

ANTÔNIO LOPES

ESTÓRIA DE FACÃO E CHUVA

(Trinta e cinco crônicas e duas louvações)

Tempo de tolerância

Duelo à sombra

O homem do guarda-chuva

Meus encontros com Baden

Pincel danificado

A bela assustada

A menina e seu computador

Estilo BB

Nelson de ferro e de flor

Entre o som e o céu

Shakespeare em Macuco

Estória de facão e chuva

Caçador de mim

Duelo de Itararé

Em ritmo de pagode

Conversa com passarinho

A bolsa e a vida

Cavalo em forma de violino

Lendas do mar bravio

A solidão pungente

Cinema, eterna diversão

Um amigo da escola

Com afeto, com biscoito

Para uma menina sem cabelos

O homem de álcool atrás

Emprego inesquecível

Dom Quixote no Piauí

A professora e o militar

O dia em que soltei Pepeu

Na bola ou no apito

Borges para am...


O gol na garganta

Gilda, quem diria, acabou em Macuco

Editora da UESC

A morte e a morte de Raymundo Sá Barreto

A bem da verdade

ESTÓRIA DE FACÃO E CHUVA

(Trinta e cinco crônicas e duas louvações)

ANTÔNIO LOPES
(Da Academia de Letras de Ilhéus)

ESTÓRIA DE
FACÃO E CHUVA
(Trinta e cinco crônicas e duas louvações)

Ilhéus - Bahia
2005


Editora da UESC

©2005 BY ANTÔNIO LOPES
Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (073) 3680-5028 - Fax: (073) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
SANTA CRUZ**

JOAQUIM BASTOS - REITOR

LOURICE LESSA - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

PROJETO GRÁFICO E CAPA

ALENCAR JÚNIOR

CONSELHO EDITORIAL:

ANTÔNIO ROBERTO DA PAIXÃO RIBEIRO

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

ERONILDA MARIA GÓIS DE CARVALHO

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

FRANCOLINO NETO

LINO ARNULFO VIEIRA CINTRA

MARIDALVA SOUZA PENTEADO

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

MARILEIDE SANTOS OLIVEIRA

PAULO DOS SANTOS TERRA

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

ROSANA LOPES

ROZEMERE CARDOSO DE SOUZA

EQUIPE EDITUS

DIRETOR DE POLÍTICA EDITORIAL: JORGE MORENO;

REVISÃO: MARIA LUIZA NORA, ALINE NASCIMENTO;

SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: MARIA SCHAUN;

COORD. DE DIAGRAMAÇÃO: ADRIANO LEMOS;

DESIGN GRÁFICO: ALENCAR JÚNIOR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L864 Lopes, Antonio.
 Estória de facão e chuva : (trinta e cinco crônicas e duas
louvações) / Antonio Lopes. – Ilhéus, Ba : Editus, 2005.
 184p.

ISBN: 85-7455-096-5

1. Crônicas. 2. Crônicas brasileiras. 3. Orações.
4. Discursos brasileiros. I. título.

CDD 869.94

Do autor:

Buerarema falando para o mundo
Letra Impressa/1999

Solo de Trombone
(ditos & feitos de Alberto Hoisel)
Editus – Editora da Uesc/2001

Luz sobre a memória
Agora Editoria Gráfica/2001

Nota da Editora:

As trinta crônicas foram publicadas em tempos diferentes no jornal *Agora*, semanário na época, hoje diário. As orações foram pronunciadas em 28 de maio de 2001, quando da posse do autor na Academia de Letras de Ilhéus, onde ocupa a cadeira n° 4.

Apresentação

Antônio Lopes nos apresenta seu terceiro livro. Após *Solo de trombone* (ditos e feitos de Alberto Hoisel) e *Buerarema falando para o mundo*, chega até nós *Estória de facão e chuva* (trinta e cinco crônicas e duas louvações).

Conheço os três e posso dizer que esses livros nos fazem rir e pensar, mas vamos nos ater ao último, aquele que nos cabe apresentar. Peguei *Estória de facão e chuva* com emoção. Sabia, de certa forma, o que me esperava.

Acredito que Antônio Lopes, com sua escrita, nos descomplica, nos tira aquela pose que pode estar querendo se instalar, nos humaniza a ponto de darmos boas risadas de nós mesmos, e risadas de deboche, o que é melhor. Com suas histórias, a realidade da vida fica clara e uma certa sabedoria, cheia de ternura, procura abrigo em nós.

E lá fui eu levada por esse homem que nasceu em Triunfo, Pernambuco, mas que é macaquense, hoje bueraremense, até a raiz do cabelo.

Acompanhei seu encontro com Baden, sua humildade diante do grande violonista. Quem conhece Lopes acompanha o relato como se o estivesse vendo. Fui apresentada a um Washington Landulfo novo para mim, desconhecido. A idéia que fazia do velho mestre era diferente, mas gostei do seu jeito debochado, brincalhão. Dei muita risada com os relatórios dos funcionários da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Emocionei-me com sua filosofia em Tempo de Tolerância: “O homem deve aproveitar a velhice para ser bom, não para ser sábio”. E fica a pergunta, que sei que ele já respondeu: E existe maior sabedoria que a de tentar atingir uma certa bondade?

Lopes oferece a Nelson Schaun, a quem se refere com tanto respeito e carinho, um dos seus mais bonitos retratos, o de um gigante forjado na absoluta simplicidade. Fala de Nelson Barros com respeito, com reverência. E constata que a morte de seu Gilberto da Padaria “encerra um ciclo, uma geração de homens limpos e puros”.

Mas nem só os homens grandes e bons o emocionam. Assim como Jorge Amado, Lopes simpatiza com “conterrâneos” (se é de Buerarema, é seu conterrâneo) como Zito Calango, Joãozinho Calça Frouxa, tipos que nos emocionam com seus limites e sua humanidade, ou como Raimundo Galvão, redator de notícias da Difusora, Davi a enfrentar o Golias Paulo Nunes, também aqui o gigante sendo vencido pela falta de subserviência, pela tranquilidade do pequeno Davi que hoje cantaria para o deputado seu patrão: tô nem aí, tô nem aí...

Enfim, Lopes, ainda quando debocha, quando tenta ser cortante, me dá a impressão de que perdoa muitos pecados, exceto a prepotência e a desonestidade.

Ele gosta “do poeta, do romântico” pois “o paraíso na terra pertence aos ingênuos, aos que acalentam sonhos e utopias... aos que cantam e assoviam em manhãs de sol”.

É assim que vejo o escritor: amadurecendo e elaborando um texto sábio, simples e leve. E percebo que o homem envelhece com o propósito de, a cada dia, ser uma pessoa melhor.

Por tudo isso eu lhe dou parabéns, Antônio Lopes. Por saber escrever e por saber ser.

Maria Luiza Nora

Diretora da Editus

CRÔNICAS

Meus encontros com Baden	13
Pincel danificado	16
O homem do guarda-chuva	20
O estilo BB	24
A menina e seu computador	28
Entre o som e o céu	31
Nelson de ferro e de flor	37
Duelo à sombra	39
Tempo de tolerância	43
A bela assustada	46
Estória de facão e chuva	50
Shakespeare em Macuco	54
Conversa com passarinho	57
Em ritmo de pagode	60
Cavalo em forma de violino	64
Duelo de Itararé	67
A bolsa e a vida	71
A solidão pungente	74
Lendas do mar bravio	78
Um amigo da escola	82
Cinema, eterna diversão	85
Para uma menina sem cabelos	88
Com afeto, com biscoito	91
O homem de álcool atrás	94
Dom Quixote no Piauí	98
Emprego inesquecível	102
O dia em que soltei Pepeu Gomes	106
Na bola ou no apito	110
A professora e o militar	114
O gol na garganta	117
Borges para amadores	121
Caçador de mim	125
Gilda, quem diria, acabou em Macuco	128
A morte e a morte de Raymundo Sá Barreto	131
A bem da verdade	134

LOUVAÇÕES

Discurso de posse do autor na Cadeira nº 4 da Academia de Letras de Ilhéus, em 28 de maio de 2001	141
Discurso do acadêmico Hélio Pólvora, ao receber Antônio Lopes na Cadeira nº 4 da Academia de Letras de Ilhéus, em 28 de maio de 2001	163

DEPOIMENTO

Confesso que sobrevivi	179
------------------------	-----

CRÔNICAS

Meus encontros com Baden

Tive com Badem Powell dois encontros. No primeiro, lá pelo início dos anos 60, ele mudou minha vida, de certa forma, sem que soubesse disso. Eu começava um curso de violão, quando, certo dia, fui assistir a um show do músico e a ele fui apresentado no camarim, a quem estendi minha mão trêmula e fria, sem conseguir sequer dizer “olá”.

O que aquele moço, apenas quatro anos mais velho do que eu, um dos pais da bossa-nova, fazia com o violão me impressionou de tal forma que, ali mesmo, em pleno Teatro Municipal de São Paulo, concluí que, se tocar violão era aquilo que ele fazia, eu estava querendo algo além das minhas forças. Limitei-me a ficar de olhos e ouvidos pregados nos dedos e cordas do violão, meio hipnotizado, meio tonto. Aquele não era apenas um violonista. Era Baden Powell.

Pela vida a fora, como todo bom brasileiro, iniciei muitos cursos de violão (clássicos, “práticos”, com bons professores e com charlatães), mas me pareceu que sempre carregava sobre os ombros aquela audição do Municipal. Jovem, eu pensara em escalar o planalto, sem saber que a vida não gosta de dar saltos – e arte, muito menos.

O tempo passou. Nos anos 80, encontrei-me novamente com o músico, já perceptíveis os estragos que a vida nos fizera, o excesso de uísque a lhe corroer o estômago e o humor, mas sem lhe afetar a alma de artista. Era setembro e ele viera

para um espetáculo no Teatro Municipal de Ilhéus, sendo convidado por mim para uma entrevista na tevê. Como as coisas não funcionaram ao tempo e à hora, com técnicos atrasados e tomadas que teimavam em dar mau contato, tive, com imenso prazer e não menor ansiedade, que lhe fazer sala.

No estúdio, enquanto eu procurava puxar uma conversa que lhe espantasse o mutismo sem despertar o mau humor, Baden acendeu um cigarro (outro de seus vícios históricos). Imediatamente, um dirigente metido a durão mandou-me um recado: que eu dissesse “aquele senhor” que era proibido fumar no estúdio. Remeti recado de volta, igualmente curto e grosso, aproveitando o portador: “aquele senhor” é simplesmente Baden Powell e, pela parte que me toca, Baden Powell pode até fazer xixi no estúdio, quanto mais fumar, que não sou eu quem vai proibir – e que ele, o durão, viesse fazer a proibição, pessoalmente.

Não veio, é claro. Mas procurei levar, pois eu estava inusualmente diplomático naquela tarde, o violonista para fora, com seu cigarro fumegante, para evitar conflitos. Nos fundos do estúdio, ao ar livre, só eu e ele, retomei a tentativa de conversar e levantei algumas dúvidas de fã e ex-futuro colega.

Falei de músicos, citei um de seus mestres (tinha feito cá minha pesquisazinha), Antônio Augusto Sardinha, o Garoto (que ele confirmou ser “uma eterna paixão”), Kaximbinho (“é um dos grandes”, ele concedeu), me referi a Paulinho Nogueira (sobre quem ele fez silêncio) e terminei, incentivado por esses êxitos, entrando em sua própria música. Baden pouco falava, mas ouvia com atenção.

Encorajado por essa manifestação de interesse, disse-lhe que sua execução de *Asa Branca*, talvez por um sentimento atávico, me faz “ver” solo gretado, sol a pino, céu sem nuvens e gado morto ou agonizante no sertão nordestino.

Ainda calado, ele mostrava novo brilho no olhar por

trás dos óculos de grau. Tomei coragem e prossegui com minha recém-começada carreira de crítico musical *tête-à-tête*. Perguntei se esse entendimento era fantasia minha ou se era possível que ele houvesse, no arranjo da música de Luiz Gonzaga, tentado passar essa impressão.

Baden me olhou nos olhos e resumiu sua resposta, que soou absolutamente elogiosa, vindo de quem vinha: “É porque você *viu* as imagens que eu botei na música. Música tem que ter imagem e o ouvinte precisa *ver* essas imagens, senão a coisa não funciona”.

Naquele instante, fomos chamados para a gravação, e eu, emocionado, perdi a oportunidade de lhe contar como vê-lo tocar, tantos anos antes, me fez desistir do violão. Mas fiquei com a sensação de, não conseguindo ser músico, ter sido aprovado como ouvinte, o que não me parecia pouco.

À noite, no teatro, fiz grande esforço, para não chorar, enquanto Baden executava *Asa Branca*, que eu ouvia como se fosse só para mim, e não consegui.

Pincel danificado

Dentre as muitas figuras que marcaram a geração dos anos 60 do IME (Instituto Municipal de Educação) de Ilhéus, uma das mais notáveis foi Washington Landulfo. Era um gorducho, bonachão, inteligente e divertido professor de francês e química. Nas aulas, Landulfo não tomava conhecimento dos alunos. Falava baixinho, a ponto de só ser ouvido pela turma da primeira fila, enquanto o restante do pessoal, do meio pro fim da sala, podia conversar, jogar porrinha, estudar outras matérias, ele pouco se incomodava. A sua turma era a primeira fila, alunos que ele passava a conhecer, cumprimentar nos corredores, chegando até a tratar alguns pelo nome. Na prova, o comportamento não era muito diferente. Ditava as questões e quem quisesse podia “pescar” à vontade, ele pouco ligava, embora com frequência colocasse quesitos que eram verdadeiras armadilhas, dificilmente acertados por quem não houvesse estudado e, mais do que isso, assistido com atenção às suas aulas.

Certa feita, abriu o *Diário da Tarde* durante uma prova, deixou que todo mundo “se virasse”. Ao corrigir, identificou os que fraudaram as respostas, deu nota baixa a todos eles, acompanhada de uma piada relacionada com pesca e pescaria. A mais repetida foi “Viva São Pedro!”, referindo-se ao padroeiro dos pescadores...

Médico, exercendo a função de legista, Landulfo era

conhecido pela descontração com que tratava os testes de virgindade, pelo menos nos “laudos” que fornecia a poucos amigos íntimos, após os exames.

Era um tempo em que se dava importância tanto a teste de virgindade quanto à própria, falava-se em deflorar, *tirar o selo*, seduzir, *tirar de casa*, *desencaminhar* e outras expressões hoje absolutamente anacrônicas. Ao fazer esses testes, o professor Landulfo guardava, perante a família e a paciente, toda a seriedade que a ética recomenda, para, diante dos amigos, soltar a voz, em termos nada científicos. Lembro-me de um caso de certa notoriedade, cujo resultado chegara a espicaçar a curiosidade de muita gente, tanto pela estatura social da família envolvida quanto pela folclórica ausência de encantos da moça...

Estando na roda habitual de bate-papo no *Diário da Tarde*, o velho mestre foi chamado a exercer a perícia médica em caráter extraordinário e não se fez de rogado. Dirigiu-se à delegacia, que ficava a poucos passos, deixando o pessoal morrendo de curiosidade, e fazendo-o prometer que voltaria com o resultado. Examinou a moça, cumpriu o constrangedor ritual do teste, assinou o laudo e deu o caso por encerrado, regressando à roda do *DT*, onde era aguardado com natural ansiedade.

– Então, professor, é virgem ou não é? - permitiu-se perguntar o circunspecto Octávio Moura, editor do *Diário da Tarde*.

Washington Landulfo fez aquele silêncio retórico de quem tem uma grande novidade para divulgar. Olhou cuidadosamente em volta, a ver se sua resposta não feria ouvidos mais sensíveis, certificou-se de que não havia nenhum estranho e respondeu candidamente, com sua característica voz baixa, bem a seu estilo, lembrando-se da decantada feiura da moça:

– É virgem, sim. Provavelmente ainda não encontrou alguém com coragem suficiente...

Em sala de aula, particularmente às mocinhas mais atiradas, o professor Landulfo caprichava em respostas de duplo sentido, sempre que a situação exigia. Certa vez, uma delas lhe perguntou, a propósito de nada, apenas para encompridar conversa, se ele, que se dedicara às artes em tempos de moço, ainda praticava a pintura. A resposta veio de primeira, acompanhada de um riso maroto e das risadas escancaradas de toda a sala:

– Não, minha filha. Agora que estou na prorrogação dos sessenta, não pinto mais nada, pois já estraguei o pincel...

Em 1960, o IME, espécie de Pedro II em Ilhéus, com professores concursados e, em sua maioria, de alto nível, começa a entrar em crise. Era o governo de Henrique Cardoso, sendo diretor do colégio o professor Wilson Trindade, substituindo Pedro Lima na direção do estabelecimento (que renunciara após muita pressão dos alunos). Havia algum atraso de pagamento dos professores e o nível de excelência da instituição dava sinais de comprometimento, com a notícia da entrada de professores do município (nível de Escola Normal). Concurso, em que o último aprovado foi o professor Pedro Lima, nunca mais...

O colégio de há muito havia perdido Milton Santos e, mais recentemente, José Cândido de Carvalho Filho, que se mudaram para Salvador. Eram os sinais dos tempos, embora a renovação fosse tentada, com nomes da melhor qualidade, a exemplo de Acioli da Cruz Moreira, os recém-padres Dorival de Freitas e Jorge Saraiva Castro, além de conservar os experientes, como Washington Landulfo, Pedro Lima, Antônio Cruz, Simone Cerqueira, Leopoldo Campos Monteiro, João Arbage, Wilson Rosa, Horizontina Conceição e outros.

Mas havia claros sinais de crise. E como sinal de crise

pede reunião, a reunião foi feita. Uma reunião-padrão, das que os prejudicados promovem não só em escolas, mas em empresas, sindicatos e entidades em geral, e que, historicamente, nada resolvem.

Aquela também nada resolveu, porque o poder de decisão não estava com os professores, talvez até fosse uma questão de conjuntura histórica, um momento objetivo de mudança, em que nada mais poderia parar o processo. Os alunos, ao menos os mais politizados, ligados ao Grêmio Castro Alves, acompanhavam com interesse os acontecimentos, na esperança de alguma boa notícia. Esse monitoramento era a distância, pois não tinham acesso ao que realmente ocorria lá dentro, a não ser... a não ser através do professor Landulfo, sempre bem humorado e irreverente. A turma ficou de olho, e com tamanha sorte que viu o velho e gordo mestre num momento em que ele deixou a sala de reuniões para ir ao sanitário. Imediatamente os estudantes ansiosos o cercaram:

– Professor, como estão as coisas lá dentro? - perguntaram.

Landulfo, como se lembrasse do quadro que deixara há pouco (com a professora de espanhol a exhibir um par de pernas que não tinha rival em Ilhéus e adjacências, e a lente de canto orfeônico portando um decote muito avançado para os padrões da época...), somou a essas imagens o atraso no salário, que já o preocupava, mais o fim da reserva de mercado perdida para os professores do município, e respondeu, de chofre:

– Uma beleza, meu filho, uma beleza... Tem de tudo um pouco: Professores municipais.../ Mestres sem capitais.../ Pernas argentinas/ E peitos musicais!...

E com insuspeitada rapidez para sua idade e volume do ventre, encaminhou-se para o sanitário, como se estivesse com uma pressa muito grande de voltar à reunião.

O homem do guarda-chuva

Ao contar uma historinha sobre o professor Washington Landulfo, não imaginava que a popularidade do velho mestre, passados mais de quarenta anos, ainda estava tão em alta. Foram muitas as referências (para esta coluna, mais de três já significa uma grande repercussão), lembranças de outras “tiradas”, recordações de tempos idos no nosso Instituto Municipal de Educação.

Um leitor sugere até um encontro de ex-alunos do IME, idéia que fica desde já aprovada de minha parte, embora não possa sugerir nenhuma forma de fazê-lo, considerando a enormidade da coisa: não seria exagero dizer que metade da população de Ilhéus passou por aquele colégio, o que impossibilitaria envolver todos os ex-alunos, a não ser que nos limitássemos a um “corte”, a um período histórico. Mas a sugestão é ótima e merece ser trabalhada por gente de melhor engenho e arte do que eu.

Voltando a Landulfo, devemos dizer que ele não se pretendia epigramista da estatura de Alberto Hoisel, mas cultivava seus versinhos maldosos, além de ser uma pessoa que, para aquela época excessivamente puritana (quando comparada com a de hoje), tinha uma linguagem muito liberal.

Se levarmos em conta que o bom verso satírico costuma ser impúblicável, mais ainda neste caso, quando o próprio linguajar “normal” do autor já sofria restrições, explica-se porque

pouco se conhece de Washington Landulfo.

Antônio Olímpio, político, pescador e homem de letras, conta que, certa feita, no IME, um aluno escreveu no quadro negro (que era verde!), numa clara referência, a frase “O professor bebe!”. Diga-se, por entre parênteses, que o nosso lente de francês e química tinha certa paixão pelo, conforme ele chamava, “elixir”, tomando seus golinhos, geralmente depois do expediente, em companhia do jornalista Octávio Moura, redator-chefe do *Diário da Tarde*...

Ao entrar na sala e dar de cara com aquela piada, o gordalhão Landulfo não perdeu a esportiva. Pegou a esponja e, lentamente, talvez enquanto pensava na resposta, limpou o quadro. Diante do silêncio sepulcral que se seguiu, escreveu, para espanto geral dos estudantes:

*“Há neste mundo sem graça
Uma dualidade profunda:
Há uns que tomam cachaça,
Outros que tomam na...”*

Escandalizados com a resposta do professor, os provocadores jamais voltaram ao assunto, certamente com receio de reação mais contundente.

Mas os tempos eram declaradamente de chistes, sátiras, trocadilhos. Daí, sobre o mesmo Washington Landulfo, seu aluno Lino do Valle Coelho produziu frase interessante, ao definir a Refinaria Landulfo Alves, de Salvador, cidade de origem do professor:

– É o lugar onde Landulfo bebia petróleo!... – sendo escusado lembrar que “petróleo” é um dos cerca de 150 nomes pelos quais é tratada a velha e boa cachaça brasileira.

Outro ex-aluno saudoso, o “bicho de teatro” Pedro Mattos, signatário de coluna lida durante muito tempo no

jornal *Agora*, traça um perfil rascante do mestre:

– Homem simples, de poucas palavras, de ações enérgicas, boca suja, amigo de uma piadinha. Andava devagar, arrastando os pés, com seu inseparável guarda-chuva surrado, adentrando a sala de aula sempre com pequenos atrasos.

Conta Pedro Mattos que, ao corrigir uma prova de francês em que exercera severa marcação sobre os “pescadores”, Landulfo distribuiu notas baixas à vontade, com exceção de uma aluna que, pelo porte, despertava o interesse até de um frade de pedra, ou, conforme definiria o saudoso Stanislaw Ponte Preta, era mulher para mais de 200 talheres. A esta (que anotara previamente as respostas no próprio corpo, um pouco acima da barra da mini-saia), deu dez, acompanhado de um comentário judicioso: “Esta nota não reflete seus conhecimentos da matéria, mas faz jus ao que estava escrito em seu belo par de coxas”. Grande Landulfo!

Dentre as vítimas da verve de Landulfo encontra-se o insuspeitável Francolino Neto, penalista famoso, aposentado da UESC. Oriundo de Itajuípe, já naquela época era advogado e professor conhecido e respeitado em Ilhéus, dedicado à literatura, leitor estudioso e produtor de textos em prosa e verso (particularmente sonetos), integrante de primeira hora da Academia de Letras de Ilhéus, de que é baluarte até hoje.

Ao ouvir uma conferência sobre Boris Pasternack (escritor russo que entrara em moda com *Lolita*), Washington Landulfo se sentiu inspirado. E rabiscou, enquanto o conferencista discorria sobre a literatura russa, estes versinhos, onde mistura ternura e maldade: *O neto de Francolino/ Falando de Pasternack:/ É conversa de menino/ É cultura de almanaque.*

O professor Francolino, além de umas boas risadas, jamais deu qualquer importância ao fato, comprovando que os tempos eram mesmo de explícita tolerância.

Naqueles festivos anos sessenta, quando o professor

Landulfo se aposentou, houve no IME uma solenidade muito concorrida, com discursos, agradecimentos, flores, lágrimas, música e as coisas comuns a essas ocasiões.

Ao final da festa, um magrinho e elétrico chamado Pedro Mattos, armado com um velho guarda-chuva, um paletó e muito talento, subiu ao palco e fez uma série de imitações do homenageado, que a tudo assistiu com ar de beatitude.

Aquele público, privilegiado ao ver no menino o prenúncio do homem de teatro que ele seria alguns anos mais tarde, delirou.

No discurso de encerramento, o mestre fez uma referência ao show de Pedrinho e, demonstrando estar em grande forma, apesar de encontrar-se na “prorrogação dos sessenta”, conforme dizia, era ainda o bom Landulfo de sempre. Encarando a platéia, não permitiu que aos seus palavrões, escandidos para que todos entendessem, faltasse nenhuma letra, arrancando risos absolutamente descorados daquele auditório puritano, formado por professores, freiras, estudantes e autoridades diversas, entre elas o prefeito Henrique Cardoso:

– Gostei de tudo, mas minha imitação não foi perfeita. O rapazola não proferiu nenhuma p. ..., não mandou ninguém se f. ..., portanto não foi a mim que imitou.

O estilo BB

Euclides Neto (ex-prefeito de Ipiaú), no seu *64: Um Prefeito, a Revolução e os Jumentos* (Livraria Fator/1983) fez, como Graciliano Ramos (então prefeito de Palmeira dos Índios), de um frio relatório administrativo uma peça de boa literatura. Não se recomenda dizer que seja o caso da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil – cuja responsabilidade é fiscalizar a utilização dos empréstimos feitos a agricultores e pecuaristas – que faz circular pela *web* uma série de relatórios, dos quais o professor Geraldo Borges, da UESC, recolheu e enviou trechos muito interessantes a este escriba. Em meio às toneladas de lixo que nos chegam por *e-mail*, recolho (e acolho) com prazer este material, que diverte e instrui sobre os caminhos da burocracia oficial.

A seguir, uma visão do conteúdo dos documentos:

Neste, um exemplo de como as coisas funcionam (ou não funcionam) no serviço público, em que tudo é submetido a profundas discussões, dezenas de carimbos e centenas de assinaturas e vistos, percebendo-se um grande medo de tomar decisões ou de afirmar o que deve ser apenas sugerido: *Visitamos o açude nos fundos da fazenda e, depois de longos e demorados estudos, constatamos que o mesmo estava vazio.*

Esta outra informação revela um escritor em potencial, tanto pelos vãos da imaginação fértil quanto pela facilidade nas invenções gramaticais, denotando também forte vocação

para a tragédia grega: *Era uma ribanceira tão ribanceada que, se estivesse chovendo e eu andasse a cavalo e o cavalo escorregasse, adeus, fiscal.*

Mais adiante, o funcionário, embora defendendo uma tese, não abandona os cuidados que precisa ter com suas afirmações, além de abusar um pouco do duplo sentido: *Na minha opinião, acho bom o Banco deveria suspender o negócio do cliente, para não ter aborrecimentos futuros.* Ainda que possa ser acusado de usar um lugar-comum, esta informação concentra uma lógica irretocável: *O sol castigou o mandiocal. Se não fosse esse gigante astro, as safras seriam de acordo com as chuvas que não vieram.*

Mesmo em situação de iminente perigo de vida, o zeloso fiscal do BB não abandona o padrão burocrático em que foi criado: *Cobra – Comunico que faltei ao expediente dia 14 em virtude de ter sido mordido pela peçonhenta epigrafada. Os anexos seguem em separado.* Talvez, pode ser, talvez, muito antes, pelo contrário. O estilo parece excessivamente conciso, mas não se pode dizer que lhe falte clareza, apesar da preocupação do autor em não se comprometer: *Se não fosse o sol, tudo indicava que a chuva aumentasse a safra.*

Aqui, o texto parece um tanto confuso para os não iniciados, identificando-se até certa conotação erótico-pronográfica de gosto duvidoso e tendência para o calão. Mas, com boa vontade, é possível deduzir que o operoso servidor público se refere à má distribuição de chuvas: *Cliente aguarda a capilaridade pluviométrica da zona para plantar a mandioca em local mais macio e úmido.*

Às vezes, a linguagem popular, colhida nas roças e arredores, se torna intraduzível para nós, simples animais urbanos: *A casa de farinha nunca foi para a frente, porque o mútuario que fez o empréstimo deu para trás e nunca mais se levantou.* Apesar da cortesia em atender o autor do relatório e lhe prestar

informações, a mulher do devedor não foi poupada pela ambigüidade de estilo do bancário: *Fui atendido na fazenda, pela mulher do mutuário. Segundo fiquei sabendo, ninguém quer comprá-la e sim explorá-la.* Uma ofensa (involuntária, é claro) aos de baixa estatura, aqui comparados a coisa pior do que aquelas velhas piadas a que já estão acostumados: *Imóvel de difícil acesso. O mato tomou conta de tudo, deixando passagem só para animal rasteiro. Próxima vistoria deve ser feita por fiscal baixinho.* Enfim, este fiscal dá sorte no seu trabalho “fiscalizatório” e flagra o tomador do dinheiro do BB com a mão na massa, quer dizer, na máquina. Embora sua descrição possa, se mal lida, sugerir uma impossibilidade teórica, contém a informação de todo um processo fraudulento: *A máquina elétrica financiada é toda manual e velha.*

Este outro trecho de relatório, eivado de invenções gramaticais, provavelmente teve origem na mesma fazenda onde foi gerada a observação anterior: *O fazendeiro financiou a máquina elétrica mas fez todo o trabalho braçalmente e animalmente.*

Sabido (atualmente se prefere dizer “esperto”), o mutuário toma emprestado vacas, bois e bezerros, preparando o ambiente para receber o fiscal. Este, não menos sabido, mata logo a charada, chegando até a identificar o destino do dinheiro, gasto além-fronteiras da fazenda: *O gado está gordo e forte, mas não é financiado e sim emprestado, somente para fins de vistoria. O filho do fazendeiro está passando férias na Disney.* Ótimo material para os lingüistas, abundam nos relatórios os sentidos dúbios, sem que nos impeçam de, por entre sombras, vislumbrar o que se quer dizer: *Trajeto feito a pé porque não havia animal por perto, só o burro do fazendeiro. Despesa de locomoção grátis.* Uma contradição. O excesso de zelo com a clareza traz de volta a velha ambigüidade e obtém resultado inverso do perseguido: *O contrato permanece na mesma situação da vistoria anterior, isto é, faltando fazer as cercas que não*

ficaram prontas.

A anarquia estilística leva o autor de um relatório a misturar alhos com bugalhos, quer dizer, atribui a gente funções que, ao menos pela tradição ocidental e cristã, costumam ser desempenhadas pelos touros, aqui equiparados a “qualquer pessoa humana”, conforme fizera aquele ministro com seu cachorro: *Mutuário adquiriu aparelhagem para inseminação artificial mas um dos touros holandeses morreu. Sugerimos treinamento de uma pessoa para tal função.*

O apocalipse organizado parece ter chegado a essa fazenda visitada pelo fiscal do BB, onde ele cometeu uns versos, que até parecem à espera de música: *O tempo castigou a região. O sol acabou com a farinha e a chuva com o feijão.*

Se um pouco de erudição valoriza qualquer texto, por que não se valer desse recurso reservado a poucos? Crendo-se um desses raros privilegiados, nosso fiscal meteu lá, no seu relatório: *A erradicação da pluri-euforbiácea carece das condições pluviométricas. A euforbiácea foi substituída pela musácea, sem o consentimento e autorização do nosso querido banco.* Para encerrar, um relato que identifica não só esse tomador do Banco do Brasil, mas muitos brasileiros em geral: *As garantias permanecem em perfeito estado de abandono. O cliente vive devidamente bêbado, devendo aos bares, a Deus e ao mundo.*

Graciliano Ramos e Euclides Neto fizeram bem melhor, mas não conseguiram ser tão engraçados. Ao menos para quem ache engraçado gastar dinheiro público para escrever bobagens.

A menina e seu computador

Ao “surfear”, mal equilibrado, pela *web*, dou um encontro na menina Leidiane, uma pequena artista cavalgando uma prancha com tal maestria que me deixa encabulado. Talvez por costume e condescendência em tratar com tímidos e desastrados, ela logo deixa claro que tem 14 anos, gosta de nadar, jogar vôlei e... mexer com computadores, é óbvio. E informa que não sai de casa “pra nada” e que “tem lugar aqui na minha rua que eu nunca pisei”.

Leidiane, uma especialista em Pato Donald, Pateta, Pluto, Mickey, Rei Leão e outras invenções de Walt Disney, é um típico produto desse incrível mundo dos *chips*, passa horas diante da tela do seu micro, sabe tudo sobre essa máquina que a alguns sufoca: leve, lépida, fagueira, feliz, competente, risonda e franca, ela navega e faz amizades. “Tenho mais amigos virtuais do que reais, rá-rá-rá”, diverte-se essa doce garotinha.

Fico com vontade de ver de perto essa menina típica de sua geração, pedir-lhe, quem sabe?, algumas gotas de ajuda para minha inteligência que nunca teve sobras e que agora, além de parca, dá inquietantes sintomas de cansaço. Em outros tempos, fizesse ela o supremo sacrifício de desligar sua máquina e vir até Ilhéus, eu a levaria pela mão, numa manhã de sol, a andar pela Soares Lopes, ver a cidade do alto do mirante do Unhão, a praia do Cristo e a Maramata aos pés do morro de Pernambuco, dar uma passada nas cabanas da praia,

molhar-se no Véu de Noiva em Olivença, comer caranguejo de Canavieiras, ela bebendo água de coco e eu, disfarçadamente, água de coco com uísque.

À tarde, com aquela brisa que Deus fez especialmente para Ilhéus, iríamos tomar sorvete no Ponto Chic e falar mal dos passantes, que esta é a principal instituição brasileira, em qualquer latitude deste país. Era minha intenção mostrar a Leidiane que é bom estar aqui fora por algum tempo, onde o sol é acariciante, o domingo é de praia, o mar é morno, a vida é bela e o ser humano real talvez ainda valha algum esforço, apesar de tudo. Mas é forçoso reconhecer que a época está mais para a “surfista” de Planaltina do que para este cronista semanal, já esfacelado por colesterol alto, estresse, angústia, maus políticos e sonhos desfeitos.

Provavelmente, eu apresentaria a menina ao professor Francolino Neto, na expectativa de que ela fosse vitoriosa no que eu fracassei: convencê-lo da inevitável obsolescência da máquina de escrever e das vantagens em rapidez e eficácia encarnadas num moderno editor de texto. Creio que não o convenci porque também eu não estou tão certo de que assim seja, o que me tornaria, além de promotor dessa lavagem cerebral, também potencial candidato a fazê-la em mim mesmo...

Depois, iríamos ver Raymundo Pacheco Sá Barreto, naquele casarão onde as pessoas entram sem pedir licença, porque as portas estão sempre abertas. Ali, Leidiane estaria com sua linguagem de computadores mais à vontade, diante desse jovem de 76 anos, tão vidrado em *internet* e outras maluquices modernas quanto a própria visitante. Ao tomar cafezinho com os biscoitos famosos de d. Itassucê e ouvir as saborosas estórias do “senador”, eu aproveitaria o encontro do menino de 76 anos com a menina de 14 para aplacar certa angústia que mantenho a respeito de micros em geral.

Apregoam as más línguas que algumas dessas máquinas

vêm com um diabinho dentro, um *chipzinho* com tridente, que gasta seu precioso tempo a zombar de pessoas incautas como eu, um capetinha capaz de, dum momento para outro, feito um mágico desinventor, fazer sumir páginas inteiras que nos consumiram dias e dias de trabalho árduo, suor e sangue.

Apesar das opiniões contrárias de Arnold Coelho, Marcel Leal, Beto Hoisel e outros micreiros apaixonados, há momentos em que sou capaz de jurar ser o meu computador uma dessas engrenagens diabólicas, cruelmente sabidas, com a inteligência inteiramente devotada ao mal. Tanto é assim que, certo dia, enquanto eu suava em bicas à procura de um desses documentos misteriosamente desaparecidos, ouvi um risinho de mofa, na intensidade e altura que, suponho, identificam o riso padrão do demônio cibernético. E que ninguém diga que fui vítima de imaginação misturada com desespero e raiva, pois bem sei ouvir e entender uma risada, mesmo nessas situações agudas.

Ele riu, sim. No entanto, desautorizo, porque não sou dado a exageros, toda e qualquer notícia de que eu já vi as fuças do danadinho. Não as vi, mas ouvi-lhe a gargalhadinha safada, para mim prova mais do que provada de que estive a ponto de dar de cara com ele, o que vai acontecer mais dia menos dia. A não ser que, no verdor dos seus anos e entusiasmo pela *web*, *ships*, HDs, disquetes, “pranchas” e outras invenções desse mundo maluco, Leidiane e Sá Barretto me provem o contrário. De preferência com documento assinado e firma reconhecida no cartório deste último.

Entre o som e o céu

Carismáticos, católicos outros, evangélicos e embusteiros de variados matizes parecem ter feito um pacto sinistro para invadir minha casa, via tevê, e me oferecer, a preços módicos, largos espaços no céu, neste domingo de tantas incertezas. Diante de tamanho bazar, onde cada um parece ler a mesma bíblia de maneira diferente, o pensamento me leva a Buerarema, em época de vida bem mais simples.

Só conhecíamos duas religiões, sendo a principal delas, em termos de quantidade, a católica, enquanto a batista tinha a preferência da minoria. Os tempos eram de tolerância, nunca jogamos pedra nos “crentes” (conforme moda em todo o Brasil), não por falta de vontade ou oportunidade, mas impedidos pela força moral do pastor Freitas. Este, advogado pela Faculdade de Direito do Recife, principal educador da vila, ex-diretor do lendário Ateneu Sul-baiano e, já desativado o Ateneu, diretor do Ginásio Henrique Alves, tinha respeito para dar e vender. E, principalmente, impor.

Logo se vê, não vivíamos as complicações de hoje, devido ao pequeno leque de opções: 85%, no mínimo, de católicos, e 15% (se muito) de “protestantes”. Menino, eu seguia a tradição da maioria familiar bueraremensense-brasileira e freqüentava a Igreja de Nossa Senhora Santana, onde pontificava o padre Granja, durão, ortodoxo, batina preta, latim na ponta da língua, o mesmo latim com que infernizava a vida de alunos

relapsos do Ginásio Henrique Alves, eu entre eles. Outra característica do cuidadoso sacerdote era o olho vivo em mulher que se apresentasse na “sua” igreja e na “sua” missa com trajés inadequados para a ocasião, como, por exemplo, braços de fora, canelas à mostra, vestido decotado ou colorido, tendo na cara sinais de batom, ruge, carmim ou assemelhados. Ai dela! Era imediatamente convidada a sair, não de maneira discreta e educada, mas de forma “exemplar”, para que todos tomassem conhecimento de que ele, o padre Antônio Granja, representante de Deus em Macuco, não considerava esse comportamento apenas erro a ser corrigido, mas mancha moral a ser lixada até o sangramento, pecado mortal que exigia punição, se possível, com o imediato fogo do inferno de Satanás, pois a casa de Deus não admite libertinagens.

Sequer projeto as providências que o pároco tomaria diante da possibilidade de ali entrar alguma mulher vestindo calça, conforme se vê hoje, pois naquela época ainda não se havia criado o termo unissex. Era calça para homem, vestido para mulher e batina para padre. Após a certeza de estar a platéia escoimada de possíveis excessos de liberdade e tentações carnisais, o padre vociferava em latim, a nave inteira a lhe responder com “améns” e “óremus”, fazendo coro a expressões sobre as quais pouco ou nada sabíamos do significado.

Na missa ou na rua, o padre Granja era o mesmo, com sua batina preta nem sempre limpa, que o cobria do pescoço ao acalcanhar, arfando, suando e bufando em tempo quente, mas confortavelmente instalado dentro dela no inverno. A diferença perceptível é que, na missa, ele acrescentava à batina os paramentos exigidos pela ordem, enquanto na rua a ela somava um guarda-chuva, fosse tempo de vento sul ou de sol escaldante.

O discurso, repetitivo, mostrava que a salvação é possível, mas difícil e destinada a poucos, pois tantos são os pecados a

rondar a fragilidade do homem. Daí, bater forte nos pecadores, procurando assustá-los com o braseiro do inferno que, não tenham dúvidas, é muito mais quente do que esse foguinho besta das trempes da cozinha e das fogueiras de São João. O fogo comum, dizia a nossa crença (que padre Granja não se esforçava por desfazer), é capaz de apagar as brasas do fogaréu de Lúcifer, assim como a água apaga o fogo terreno. Por um processo que nunca entendi, no inferno não se morre, porque morto já se está, queima-se para todo o sempre, amém, mas sem direito à graça de virar carvão, pois assim o castigo deixaria de ser eterno. Essa ameaça e outras de semelhante teor eram dirigidas aos pecadores renitentes, os homens que prevaricassem, freqüentassem o Ponto Certo, onde habitavam as “meninas” de Maria K Te Espero (e, logicamente, habitava o pecado), ou as mulheres que usassem roupas mostrando excessivamente o corpo. Adultério feminino ele sequer se dava ao trabalho de condenar, pois nem imaginava que tal excrescência moral pudesse ocorrer em “sua” paróquia.

Hoje, quando as igrejas de variadas tendências usam mil e um tipos de truques vocais e coreográficos para atrair os jovens, se algum desavisado leitor entender que o ambiente acima descrito não era capaz de atrair a juventude de minha época, terá entendido mal. Da parte que me toca, fui assíduo freqüentador das missas do padre Granja, não exatamente pela pregação em latim da qual eu nada entendia e, Deus me perdoe, nunca me mostrei muito interessado.

Admito, esperando que o fogo do inferno me seja rápido, ter sido o órgão executado pelo escrivão Gildo Lopes Pereira, acompanhando o coral das “Filhas de Maria”, o único e grande atrativo que me levava à missa (salvo um ou outro atrativo transitório e impublicável em jornal de família e que jamais confessei sequer ao padre Granja). Talvez Gildo não fosse um grande executante, nem aquele coral fosse o melhor do

mundo, mas, aos meus ouvidos inocentes, instrumento e vozes soavam como mensageiros de uma paz e bem-estar que me fascinam até hoje. Aquele órgão e aquelas vozes com o “Queremos Deus, homens ingratos” concorriam com a pregação mal-humorada do padre e dela ganhavam fácil: enquanto ele me acenava com o inferno, eu, montado nos sons, fugia para o céu.

Neste domingo de angústias, jogado no turbilhão da vida adulta, fecho os olhos e os ouvidos às ameaças dos pregadores da tevê e, com a memória dos sons de Gildo e nas vozes das “Filhas de Maria”, me sinto distante e seguro, inatingível pelo calor do braseiro em que o Capeta, com seu tridente, transformou o mundo maluco que me rodeia.

Nelson de ferro e de flor

Um não identificado repentista nordestino, falando de Gregório Bezerra, saiu-se com estes versos:

*Mas existe nesta terra
Muito homem de valor
Que é bravo sem matar gente
E que luta em seu favor,
Como Gregório Bezerra,
Feito de ferro e de flor.*

O educador ilheense Nelson Schaun (um autodidata que conseguiu ser filólogo, sociólogo, jornalista, latinista e professor de português) também era feito de ferro e de flor. E tinha outros pontos comuns com o comunista pernambucano. Militante do PCB, Nelson foi arrastado pelas ruas de Ilhéus (tal qual Gregório no Recife) tendo no comando da operação um certo coronel Arsênio Alves. Presos ambos, em locais diferentes, foram manietados, amarrados como bichos ferozes, humilhados, ofendidos, enxovalhados, exibidos como troféus, caças de duas ditaduras diferentes no tempo e iguais no comportamento.

O Nelson-flor que eu conheci na rua do Sapo nº 45 era filho da resistência, o caráter forjado na luta política, homem que absorvera as iniquidades e as exorcizara, não se permitindo

cicatrizes perceptíveis, nele ou na família. Se as tinha, era no íntimo, para consumo interno. Jamais ouvi os Schaun comentarem esse passado de sofrimento, quer fosse como vanglória, quer para tornar público oculto rosário de lamentações. Nelson Schaun não pousava de herói ou vítima, não transformava sua vida num romance sujo ou poema barato, e sua família (à frente d. Vanja, esposa e companheira de fugas e esconderijos) fazia o mesmo.

Ele apenas usava sua experiência para, balizado por princípios humanistas, ler e traduzir o país que o rodeava. E, é lógico, manter a capacidade de indignar-se com o que via. Tendo os pés e a cabeça no seu tempo, passava a impressão de que o passado, importante como farol do presente e do futuro – não fosse ele versado na dialética marxista – não é matéria-prima de choro nem vela.

‘Quando conheci Nelson Schaun, eu era um tímido adolescente, incapaz de lhe apreender a grandeza ou fazer esta interpretação, que só me ocorre neste momento. Não fui seu aluno, a não ser por via indireta. Na casa da rua do Sapo, hoje Visconde de Ouro Preto, seu filho Nicolau, Hermano, Sandoval e eu nos reuníamos para estudar as matérias do currículo do Instituto Municipal de Educação (IME), mas, principalmente, coisas amplas e variadas, que incluíam nossa descoberta de Marx, Rosa Luxemburgo, Máximo Gorki, Trotsky, e por aí vai, além, naturalmente, de embalar sonhos e prescrever soluções para tirar o Brasil da beira do abismo.

Havia no quintal, se bem me lembro, uma mangueira, primeira e única sede dessa confraria dos quatro, que imaginávamos como uma coisa fechada, uma espécie de maçonaria (o que digo?), que ganhou a noite dos tempos e nela desapareceu.

Parênteses, para dizer que debaixo dessa mangueira dos Schaun, pouco antes, em 1959, nascera a Academia de Letras de Ilhéus. Note-se que a instituição veio à luz sob evidente

espírito de tolerância, na casa de um comunista, abrigando o bispo diocesano, alguns integralistas e, naturalmente, os indefectíveis do tipo “nem contra nem a favor, muito pelo contrário”. Fecha parênteses.

Mas ninguém pense que o velho comunista tinha alguma influência nessa nossa leitura “perigosa”. É de justiça dizer que jamais presenciei de Nelson Schaun qualquer ação de proselitismo, alguma tentativa de nos influenciar no que líamos, no que fazíamos ou no que queríamos ser na vida. Com Nicolau, seu filho, o comportamento era o mesmo, até porque ele nos equiparava a todos, como se fôssemos também seus filhos. Nelson Schaun era um comunista liberal, se é que posso ser entendido.

O sustento da família era tirado das aulas de português e latim, que dava em sua casa, ao ar livre, sob a mangueira, cercado pelas flores de d. Vanja. Além de professor, era incorruptível fiscal da língua portuguesa, sempre pronto a, com clareza e bondade, explicar os motivos de acentuar ou não uma palavra, trocar um termo por outro, suprimir uma redundância, melhorar um texto, aclarar uma sentença.

Além de ter copidescado (anonimamente) textos para *O Renovador*, jornalzinho do Grêmio Castro Alves (IME), que eu dirigi, concordou comigo que “plangente violão” encontrado num clássico da MPB, era uma imensa bobagem. Aquela aprovação do mestre, mais do que me envaidecer, avalizou minha nascente ojeriza aos adjetivos.

Não era um comunista durão, ortodoxo, dos que expellem seriedade burguesa pelos poros. Nunca o vi comer uma criancinha sequer, em qualquer das três refeições. Ao contrário, era um Nelson simples, aberto, bem humorado, de bem com a vida, chegado a uma cerveja, capaz de dar boas risadas, se a piada valesse a pena. Uma de suas leituras habituais era o jornal *Última Hora* e, nele, a coluna de Stanislaw Ponte Preta.

Tinha ele 62 anos quando o conheci e ainda era dono de raciocínio vivo e rápido. Certo domingo, à porta da casa, filosofava sobre a vida e a morte com um motorista de táxi e, a certa altura, este lhe perguntou:

– Professor, qual é o nome daquelas mulheres que cho...

– Carpideiras! – Ele respondeu de chofre, deixando pálido de espanto o pobre homem, que, antes de se recuperar do susto e cair na risada, esteve a ponto de desembestar rua do Sapo a fora, tão inusitada lhe pareceu, não a resposta, mas a compreensão da pergunta.

Mais tarde, no almoço com d. Vanja, Nicolau, Simone, Socorro e Solange (e eu), o assunto foi muito comentado, com o “velho”, entre um e outro copo de cerveja, se divertindo muito com a impressão que causara àquele homem, para quem, dali em diante, Nelson Schaun não só era um “porreta” em língua portuguesa, mas também uma espécie de bruxo, capaz de ler e ouvir pensamentos. E do que sabe este escriba outonal para dizer que o motorista não estava certo?

Este é o Nelson que guardo (mais no peito esquerdo do que na cabeça), com base em cortes e traços de uma já pouco confiável memória. Única certeza certa é a de que me orgulho de, mesmo sem compreender o significado do momento, ter convivido com um dos homens mais dignos, incorruptíveis, sofridos, honrados e lúcidos que Ilhéus conheceu: Nelson Schaun, um que era feito de ferro e de flor.

Duelo à sombra

A passagem dos bem trabalhados 40 anos do comunicador Orlando Cardoso nos leva a recolhidas histórias do rádio itabunense, particularmente da Rádio Difusora Sul da Bahia. Orlando, a par de ser bom profissional, bom colega e bom amigo, é apreciador de uma boa anedota, sendo ele mesmo grande contador de histórias curtas. E no seu repertório há muitas envolvendo o jornalista Raimundo Osório do Couto Galvão (presença obrigatória em qualquer lista de comunicadores de Itabuna), a exemplo desta, que reconto aqui, guardando dos fatos a maior proximidade possível.

O citado Galvão era redator de notícias da Difusora, aí pelo ano da graça de 1966, responsável pelo radiojornal das 7 horas, apresentado por uma dupla: este atabalhado locutor que vos fala e o sempre correto Ramiro Aquino, a quem eu procurava, se não ajudar, ao menos não atrapalhar. Diga-se que a Difusora funcionava em prédio próprio, o edifício Catalunha, tinha boas instalações, sem que ninguém imaginasse que ela chegaria ao nível de degradação em que se encontra hoje, mas esta é outra história. O fato é que, logo na entrada, o visitante encontrava um corredor e, no fim do corredor, à esquerda, a Redação.

É também de conveniência não esquecer que o pecuarista Paulo Nunes, homem muito rico, proprietário de léguas de pasto, bois de engorda e dinheiro no banco, pioneiro na

semi-industrialização de carne, com sua Charqueada Catalunha, era deputado estadual e, igualmente, dono da Rádio Difusora. Diga-se também que esse ilustre representante do povo, depois que se elegeu deputado, só se referia a si próprio na terceira pessoa, como se falasse de alguém que não fosse ele mesmo. Na estranha sintaxe do parlamentar sergipano-itabunense, não havia “eu fiz...”, e sim “o deputado Paulo Nunes fez...”. Não dizia “eu vou...”, mas “o deputado Paulo Nunes vai...”. Questão de *marketing* pessoal, em que esse homem sem letras, mas altamente inteligente e articulado na comunicação oral, foi, provavelmente, o criador entre nós.

Num fim de tarde de sexta-feira, quando todos os controles se afrouxam, está a emissora vazia (com exceção dos que, por imposição do trabalho, não podiam sair), com todo mundo dando expediente n’*O Tico-Tico*, falando da vida alheia e bebendo Pixixica com Hercílio (diretor da empresa e filho do Homem), enquanto a emissora está em calmaria, nada para acontecer...

Mas aconteceu: um senhor impressionantemente magro, de óculos escuros (apesar das sombras da noite já descendo), entra no prédio, seguido por um grupo de três ou quatro “assessores”, passo decidido corredor a dentro, e vai de rota batida até à esquerda do corredor onde está Raimundo Galvão. Este, de olhar enviesado e fixo sobre o teclado da velha Remington (toda máquina de anedota é uma velha Remington, notaram?) “fechava”, apressado e atrasado, o *RD Notícias*, nosso noticiário. Como alguém acostumado a mandar, o homem, também ele apressado, vai direto ao ponto, sem sequer dar boa noite:

– O senhor escreva aí que o deputado Paulo Nunes está em Itabuna e que ele acaba de requerer ao governo que aumente o crédito dos produtores de cacau no Banco do Brasil. Diga também que o deputado Paulo Nunes vai dar uma entrevista

aqui na Difusora amanhã ao meio-dia, e que o deputado Paulo Nunes fica na cidade até a próxima terça-feira, mantendo contatos com políticos e empresários da região. Ah, sim, não esqueça também de dizer que o deputado Paulo Nunes...

Não sei se por ironia ou desencanto com o emprego, Raimundo Galvão (já nervoso com a interrupção do seu trabalho) resolveu parar a surpreendente e inoportuna fluência verbal do visitante, com esta pergunta absolutamente fora de propósito:

– Tudo bem, meu senhor. Tenha calma, eu anotei tudo. Mas se mal pergunto, quem é e por onde anda esse tal... “deputado Paulo Nunes”?

Nesse momento, os cupinchas se entreolharam e, como se previamente combinado, recuaram para o fundo da sala, temendo a explosão que estava a caminho. O deputado firmou os olhos por trás dos óculos escuros, parecendo em dúvida sobre que remédio prescrever para tamanha insolência, praticada dentro de propriedade sua. Pensou em demitir, prender e arrebentar, o que era perfeitamente condizente com aqueles anos de chumbo, mas, já experimentado nas manhas da política, mediu e pesou os efeitos de retaliação ou condescendência, negociou consigo mesmo e escolheu a segunda alternativa.

Mais do que condescendência, preferiu a didática, ao perceber, com estranheza, que aquele ignorantão, parecendo uma criança inocente, não sabia a importância do homem que se encontrava diante dele, nem tão pouco o significado daquele momento histórico. E, movido por esse misto de raiva (a lhe queimar o peito) e bondade (a lhe abrandar o coração de avô), preferiu a via política. Tratou o insolente como um pobre aluno do jardim de infância, esclarecendo o assunto, com pausas retóricas entre uma palavra e outra, quando aproveitava para respirar fundo e conter a ira:

– É o deputado Paulo Nunes, meu filho, quem está aqui

na sua frente... O deputado Paulo Nunes, meu filho, sou eu... O deputado Paulo Nunes, meu rapaz, é o dono desta emissora, é quem paga os salários de todos aqui, incluindo o seu...

Se esperava algum deslumbramento diante de tão estarecedora revelação, decepcionou-se, pois não ouviu sequer um formal “muito prazer”, um “desculpe minha falha”, um “muito obrigado”, nada, nada. Raimundo Galvão (um dos melhores profissionais dentre toda a fauna de velhos jornalistas que por aqui passou) assumiu aquela cara bem nossa conhecida, a cara de Raimundo Galvão, ar absolutamente ausente, como se a conversa nem fosse com ele, parecendo dizer, lá com seus botões:

– Grande coisa!...

E, dando a audiência por encerrada, voltou a batucar seu noticiário, enquanto ao poderoso Paulo Nunes, balançando a cabeça como se dissesse “este é um caso perdido”, só restou a retirada estratégica. Seguido pelos “assessores”, cheios de solidariedade e espanto.

Tempo de tolerância

O tom chamado “pessimista” com que anunciamos a proximidade da morte, após o ato de fazer sessenta anos, deixou alguns leitores inquietos. Não creio que haja pessimismo em falar da morte, nem em admiti-la próxima, quando se atinge determinada idade. Nossa substituição (será este um termo menos traumático?) é inevitável e até creio de utilidade nos prepararmos e preparar aqueles que, de alguma forma, sentiriam nossa falta, nos primeiros quinze dias. Mas isso não quer dizer que nós, mesmo sexagenários, tenhamos alguma intenção de adiantar o relógio do desenlace, ao menos pela parte que me toca. Embora sem pressa, não há mal em se ter a casa arrumada, a mesa posta e a mala pronta.

Outra conclusão a que se chega é que tal idade dá muitas rugas e quase nenhuma sabedoria. O que o balanço mostra como saldo positivo, para os que tiveram olhos de ver o mundo e ouvidos de ouvi-lo, é a experiência, muitas vezes confundida com o saber. Tal qual o diabo da anedota, que sabe das coisas não por ser diabo, mas por ser velho, também nós, os humanos, ameilhamos algumas informações ao longo da travessia, que se constituem mais em truque do que em sapiência.

E esse não é, certamente, um cabedal importante. Penso que qualquer resquício de sabedoria que venha com a idade vale muito pouco se for desacompanhado de bondade. O homem deve aproveitar a velhice para ser bom, não para ser sábio.

É um tempo de exercitar a tolerância, descobrir que há várias verdades no mundo, sendo a nossa apenas uma delas, mais uma. A verdade, olhada desse ângulo, parece com aquela mulher da canção de Lupicínio Rodrigues: “é de todos que andam na rua, não vai viver só pra mim”. E, em muitas ocasiões, essa verdade de que somos proprietários não passa de equívoco imposto pelo grito ou pela autoridade que eventualmente possuamos.

Seria conveniente que, talvez a partir dos sessenta, todos trilhássemos um caminho de tranquilidade, fôssemos mais serenos e cordatos, mais capazes de agüentar os chatos, mesmo os de galocha (que, todo mundo sabe, são os piores), apreciar (e não combater) o som alto do “pagodê” vindo da casa vizinha, em festa para a qual não fomos convidados, até entender o ponto de vista do vendedor que nos quer impingir chuveiro elétrico em tempo de racionamento de energia.

Que bom se aprendêssemos a aceitar, sem xingar-lhe a genitora, o motorista que, à nossa frente, muda de pista sem sinalizar; o homem que, na mesa ao lado, mastiga com a bocarra escancarada e barulhenta; o casal de namorados à nossa frente, em desinibidas contorções, tentando – conforme dizia Alberto Hoisel – “fazer na mesa aquilo que a gente faz na cama”; ou, ainda, o bêbado que, como todo bêbado, nos aborda com aquele bafo de bêbado e diz “você pensa que eu estou bêbado?”.

Poderíamos, quem sabe, até pensar em reconhecer que o time adversário ganhou porque é melhor do que o nosso. Se a idade nos trouxer alguma coisa significativa além do reumatismo, que nos ensine ter soado a hora de aprender que perder também é do jogo, qualquer que seja o jogo, mais ainda o jogo da vida.

Creio ser importante também, para uma convivência civilizada, aprender a separar a pessoa das suas ações, treinando-nos para avaliar o trabalho, não o trabalhador. Imagino,

como exemplo, que seja fundamental sermos duros com o governo, mas compreensivos com o governante, desde que ele se mantenha nas fronteiras do erro com boa intenção, que seu crime seja “apenas” culposos, não o ato mau praticado com deliberação. Digamos que, com o advento da compreensão e da tolerância, é necessário combater o pecado, não o pecador.

O mundo é de todos, de todas as tendências, eu não tenho o menor direito de querer impor meus pontos de vista, cada indivíduo é o que é, não o que gostaria de ser, muito menos o que nós gostaríamos que ele fosse. Na absoluta maioria dos casos, as pessoas não nos irritam porque querem, mas por ignorância, por questões culturais, por falta de orientação, muitas vezes até por vontade de nos agradar.

Portanto, consideremos só a intenção, geralmente boa. Joguetes na mão do destino (ou que outro nome se queira dar a essa força), os homens “não sabem o que fazem”, com as exceções de praxe, como, por exemplo, violar o painel do Senado.

A bela assustada

Em pleno centro de Itabuna, tarde de sexta-feira, tempo de greve dos policiais, ando (em verdade, quase me arrasto), tentando ir do médico para o fisioterapeuta. Ao ouvir o barulho de meu esforço, uma de duas mocinhas graciosamente postadas à minha frente dá inesperado pulo, ameaçando desabalada carreira Cinqüentenário a fora, em estado de quase pânico.

Pensei em barata cascuda, rato calunga, cascavel de chovalho ou cachorro azedo, enfim, essas bobagens que causam faniquito a certas mulheres, desde que o mundo é mundo e mulheres são mulheres, mas não vi sequer sombra de alguma dessas ameaças. O que vi foi a bela recobrar a sensatez no exato momento em que eu me descobria como causa primeira e única de tão grande vexame na via pública. O motivo seria o jeito involuntariamente sorrateiro com que, por mazela ainda não devidamente identificada pela ciência médica, tenho levado as pernas ultimamente, lembrando que antes eram elas que me levavam.

Refreado o ímpeto de gritar “socorro, me acudam!”, mas ainda portando no rosto as marcas da vergonha e da surpresa, ela teve a bondade de deixar escapar um “estou muito assustada com essa falta de policiamento...”, à guisa de explicação para seu tresloucado gesto.

A frase, diante do perigo latente que eu ainda representava,

foi dirigida menos a mim do que à companheira, igualmente pálida de espanto. Mas aceitei a parte que me cabia (um olhar oblíquo e um sorriso absolutamente amarelo), como desajeitado pedido de desculpas pelo constrangimento que ela imaginava me haver criado. Tivesse eu o suficiente dom da palavra, voz confortante e rápido poder de adaptação a situações inesperadas, diria, ali mesmo, que ela não precisava pedir desculpas.

Ao contrário, menina da tarde, sou eu quem deveria me penitenciar por atrapalhar sua distração, por ter trazido à terra seu pensamento que vagava por lugares distantes, talvez nunca dantes navegados, quem sabe de asas abertas, quem sabe cavalgando corcéis de sonhos e esperanças. Imagino haver cometido crime culposo, mesmo assim inafiançável, de assustar uma moça na via pública. Devo, não nego, sou réu confesso, peço clemência.

Talvez, bela da tarde, pessoas como eu, já um tanto desiludidas do mundo e dos homens, cheias de assuntos urgentes a tratar com os gerentes, sejam do Banco, da loja de miudezas ou do SPC, não devessem andar por aí sem tomar os devidos cuidados em não espanar as utopias dos que conservam a doce ventura do sonhar.

Digo-lhe mais, minha menina, que com sua idade, beleza e ingenuidade que parece sabedoria, você tem direito a mais organização no seu desfile vespertino, com infra-estrutura profissional e apoio logístico montados pelo poder público. Melhor que ele, o desfile, seja feito sobre tapete discretamente cor-de-rosa, visto de posição estratégica, em arquibancadas, cordões de isolamento, passarela, talvez ingresso pago e venda de pipoca, mas com segurança suficiente para evitar conflitos como o que nos envolveu.

Independente de greves e outras tragédias sociais, o assunto seria prioridade da Polícia Militar e Civil, Aeronáutica,

Exército, Marinha e Guarda Municipal. Canhões, obuses, carros de combate, bazucas, tanques, algemas e camisas-de-força deveriam ser colocados a serviço do absoluto bem-estar de meninas como você, para que nada, pessoa ou bicho, as assuste ou lhes canse a beleza.

Enfim, bela da tarde, respire fundo, continue com seu passeio, disfarce o medo, mas tenha os olhos abertos, que a cidade, o Estado e a Nação, estão cheios de malfeitores, alguns de gravata, outros de farda, uns notórios, outros disfarçados até de senador, enquanto, no presente momento, os policiais tentam garantir a própria sobrevivência.

Tenha presente, porém, menina assustada, que tudo isso há de passar, mesmo que demore, e aprenda a recitar Geir Campos (“Não faz mal que amanheça devagar; o que nos cabe é ter os olhos enxutos e no peito a intenção de madrugar”), embora eu já nem saiba se são mesmo assim os versos.

Procurando ser tão generosa quanto é bela, releve esta minha ação desastrada, insista no seu direito de ir e vir, não dê importância a este incidente, humanize a rua com sua presença que nos limpa os olhos feito gratuito e eficiente colírio.

Por fim, lembrando a canção de João Bosco-Aldir Blanc lhe digo, bela da tarde, o que muitos de minha idade gostariam de lhe dizer mas só eu tive a oportunidade: “obrigado por você ter me ouvido”.

Em seguida, eu iria embora, deixando a bela boquiaberta com tão inesperada demonstração de cultura, gentileza e fidalguia, em plena tarde de greve da polícia. Como me faltou capacidade de improviso, digo agora, em bilhete à mocinha assustada: não se arreicie quanto a este velho cronista, caso venhamos a tropeçar outra vez. Ele não lhe fará mal, pois anda preocupado em salvar, literalmente, a própria pele. Apavorado, teme que furem o resto do tesouro nacional e joguem o país, de vez, no fundo do abismo, e que ele vá junto, como

peça velha e imprestável.

Assaltantes, seqüestradores, pequenos e grandes delinqüentes lhe povoam os pesadelos, e nem acordado está livre de alucinações: no mês passado, ao meio-dia, saindo do ABC da Noite, foi abordado por um vampiro de olhar esfaimado, que lhe perguntou humildemente se o Banco de Sangue da Santa Casa fecha para o almoço...

Por favor, não espalhe, mas eu lhe afirmo que, após ler o jornal ou ver o noticiário do rádio ou da tevê, de cabelo em pé e corpo tremendo feito vara verde, sinto uma vontade louca de gritar pela rua, “socorro, me acudam!”. Se não o faço, é porque a vergonha me paralisa, com a cumplicidade das pernas, que já teimam em trocar o esforço pelo repouso. Do que, aliás, não se pode culpá-las.

Estória de facão e chuva

Nas últimas semanas, a chuva tem caído sobre a cidade a intervalos irritantemente regulares. Há dias em que chove quatro, cinco vezes, para desespero de uns e alegria de outros.

Certo psicólogo afirma (um tanto apressadamente, creio) que não gostar de chuva é um sintoma claro de depressão. Em sendo isto verdade, este locutor que daqui fala à nobre torcida grapiúna seria certamente um prato cheio a alimentar a fome de tal psicologismo. Pois se a matéria é chuva, confesso, mesmo sabendo que os lavradores vão me crucificar, sou contra.

Peço que me poupem da explicação de que a chuva é necessária, que é água, água é bom para a saúde e “saúde é vida”, conforme criativo mote de campanha de famoso deputado. Tudo isso é acaciano, mais ainda nestes bicudos tempos de apagões oficiais e officiosos, mas eu me vingo desses argumentos ao lembrar que urubu também é necessário e nem por isso já se viu algum cidadão medianamente ajuizado e temente a Deus desfilando no centro da cidade com um deles debaixo do braço.

Aliás, é prudente que fiquemos apenas no urubu, sem mencionar tantas outras coisas, pessoas e instituições que são “necessárias”, mas não são, propriamente dito, amadas. No entanto, como tenho andado em estado de graça com a seriedade do Congresso Nacional, chego a admitir, como prova de boa-vontade, que o analista tenha alguma razão, e meus motivos

pessoais anti-chuva possam estar arquivados nos recantos escuros da memória, como embolorados traumas de infância.

Quando menino em Buerarema, enfrentei muita chuva. Eram chuvas catastróficas, não no volume, mas na duração e nos efeitos “morais”. Se lhes disser que chover ininterruptamente durante duas semanas, provocando lama e irritação, era acontecimento comum, dirão certamente que mintro.

Mas eram assim as chuvas na minha terra, há quarenta anos passados, um pinga-pinga infernal continuado, de manhã à noite e, para variar, da noite à manhã novamente, até que o sol surgisse timidamente e tratasse de esquentar e secar o que a chuva esfriara e molhara.

Mesmo os fazendeiros de cacau, que tanto festejavam esse chuaréu irrefreado, passavam da alegria à preocupação, quando a água abusava do prazo, baixava a temperatura e aumentava a possibilidade do *mela*, que os técnicos chamavam de podridão parda (mal sabiam que a podridão parda, perto da vassoura-de-bruxa que viria, não passava de café pequeno...).

Aquela chuva continuada desmanchava qualquer programa. Não se podia sair à noite para namorar no portão, era impossível dar voltas no jardim aos domingos, para investimentos futuros com as meninas, ficava-se quase confinado em casa, pois até mesmo as obrigações corriqueiras, como ir às aulas noturnas no Ginásio Henrique Alves, eram de difícil cumprimento.

Aliás, o Ginásio oferecia uma dificuldade extra: até chegarmos ao prédio do Grupo Escolar Enedina Oliva, durante o abuso das chuvas, era imperioso subir uma ladeirinha escorregadia que só ela, além de transpor razoável lamaçal, o que fazíamos mediante uma esticada a mais das canelas, um pequeno pulo, usando pedras estrategicamente colocadas a meia distância das margens, para apoio dos pés.

Claro que, volta e meia, alguém “pisava em falso” na pedra e tinha pelo menos um dos sapatos mergulhado na lama, quando não boa parte da calça. Com as meninas, num tempo em que as mulheres ainda se vestiam como mulheres, o problema era muito mais grave, por motivos óbvios. Mas nós, como bons pré-adolescentes, não alimentávamos compaixão pelos infelizes de qualquer dos sexos, demonstrando com risos toda nossa crueldade.

Difícil foi o dia em que, talvez pela pequena estatura e, logicamente, pernas miúdas, a vítima foi o Pastor Freitas, amado e temido diretor do GHA. O homem fincou o pé esquerdo na pedra e levou a perninha direita em direção à margem seguinte do lamaçal, mas com tamanha infelicidade que a pedra rolou, ele perdeu o equilíbrio e não sujou apenas o sapato e a barra da calça de gabardina: foi-se com livros, papéis e óculos lama a dentro, ficando irreconhecível.

Sisudo, sacudiu a poeira (o que digo? sacudiu a lama), juntou, com nossa ajuda, o material de trabalho, voltou à casa para trocar de roupa e, alguns minutos depois, estava em sala de aula, com seu vozeirão de tribuno, analisando orações coordenadas assindéticas, como se nada de anormal houvesse acontecido.

De que forma refreamos o riso, não me perguntem. Talvez tenha sido pela fortaleza moral do velho mestre que, se bem me lembro, não me causou pena, porque não perdeu a dignidade. E se uma lição posso tirar desse episódio é que cair na lama, engravatado e diante dos alunos, sem perder a dignidade, não é tarefa para qualquer um.

Alguém que sabia conviver em perfeita harmonia com a chuva era o sapateiro José Vitorino, conhecido como Barão de Macuco.

Contou ele que, certa vez, convidado para padrinho dum casamento em São José (hoje São José da Vitória), já na estrada,

vergando terno domingueiro de linho branco duro de goma, e montado em famosa mula estradeira, mas desprevenido de guarda-chuva, começou a chover. Não era a chuvinha miúda, calma e irritante do inverno, mas chuva de verão, de caroços volumosos, chuva daquelas que, mais do que molhar, ensopam.

Em cima da hora, sem tempo para esperar a boa-vontade de São Pedro, o Barão tomou uma decisão rápida, arrojada e inovadora, bem ao seu estilo: puxou o facão corneta que carregava preso à lua da sela e, dos arredores de Buerarema até São José, foi rebatendo os pingos e os desviando de sua imaculada indumentária, para tanto utilizando a mão direita, que a esquerda estava ocupada em controlar as rédeas.

Ao chegar à festa, estava enxutíssimo, do alto da cabeça à ponta das botinas, e atraindo mais atenções do que os nublentos: requisitou parte da noite para explicar aos curiosos e salpicados de água, entre eles o padre Granja, como se expusera à chuva durante tanto tempo, sem receber dela um pingão sequer. Ao fim da narrativa, com os ouvintes segurando o queixo, procurava minimizar seu feito:

– Qualquer um que conheça esta arte muito sul-baiana de manejar o facão pode catar os pingos de uma chuva grossa, conforme eu fiz, desde que tenha munheca desentrevada e seja destituído de reumatismos...

Shakespeare em Macuco

Dia desses, falávamos aqui sobre empréstimo de mulheres e violões, o que foi suficiente para um leitor de Buerarema – com pedido de não ser identificado – sugerir que contássemos o *causo* do homem que, mesmo não emprestando a mulher, a colocou numa disputa em mesa de jogo. Adiante-se logo que o mau jogador, tudo indica que também mau marido, perdeu sua cara-metade no pano verde.

A coisa teria acontecido em tempos imemoriais, num fim de semana prolongado, lá pros lados da rua do Cacau, na parte dos fundos de um bar, improvisado e esfumaçado cassino (na verdade, cafua), onde a turma pegava forte no buraco, no vinte-e-um e no pif-paf. Bebia-se muito, jogava-se outro tanto, inventava-se, mentia-se e se caluniava à vontade, soltava-se a rédea da imaginação e da grandeza, sonhava-se com o dinheiro aparentemente fácil do jogo.

Em tal clima, não faltou caso em que se materializasse a expressão “perder até as calças”, pois mais de um carteador incauto apostou, nada tendo mais para apostar, a própria roupa do corpo, perdeu-a e voltou para casa na calada da noite, enrolado em lençol roto que alguma alma piedosa lhe emprestara para cobrir “as vergonhas”. A vergonha mesmo, aquela sem aspas que se usa na cara, o sujeito perdera precocemente, ao nascer, pois todo mundo sabe que falta de vergonha é doença congênita e não adquirida, se o indivíduo, não nasce com

ela, dela estará livre por toda a vida.

No caso da mulher perdida/ganhada no pif-paf, se alguém especula que o tal marido desejasse dela se livrar, acreditasse que tinha um jogo imbatível, simplesmente a jogou por não ter mais nenhuma espécie de capital, ou até por uma associação dessas três situações, acertará se marcar a alternativa primeira. O que, verdade se diga, não interessa ao caso.

O que interessa, e pressinto que há leitores corroídos pela curiosidade, é a que desfecho chegou essa história rigorosamente verdadeira: a mulher, no aconchego do seu lar doce lar, sendo surpreendida, manhã insinuada e sol surgido na Serra do Macuquinho, por um marido (soluçando, não de remorso, mas por efeito da cachaça que jorrava) a lhe dar a notícia de que ela fora perdida num jogo de cartas e que, daquele momento em diante, seu santo esposo não mais seria ele, porém o felizardo ganhador da mão de pif-paf. Que, não por acaso, era aquele tipo faceiro, pau d'água cambaleante e feliz ali a seu lado, a gaguejar um “muito prazer”.

Pois digo e provo que o final deste relato não nos encaminha à sofisticada tragédia grega, nem tão pouco ao prosaico noticiário policial com honra lavada e enxaguada em sangue, mas a um *happy end* digno da melhor novela global das oito. Com a intuição própria das mulheres, madame percebeu de imediato, espécie de amor à primeira vista, que, enquanto dormia o sono das justas e honestas, seu anjo da guarda velava por ela, pois a fizera lucrar na jogatina, embora desta fosse inocente objeto, ré julgada sem defesa, conhecimento ou consulta, absolutamente à revelia.

“O outro”, que jogara no escuro e ganhara não-sabia-exatamente-quem, percebeu, igualmente de chofre, que fizera ótimo negócio, a julgar pelo que seus olhos cansados de insônia e cachaça *Vaidosa* podiam enxergar: uma mulher que, sabidamente usada (que querem?), estava em bom estado de

conservação, as peças básicas no lugar, certamente com valor de revenda muito além do preço da aposta.

Quanto ao marido, encontrava-se numa situação deveras curiosa, pois perdera a aposta e a mulher mas, apesar de tudo, não estava infeliz. Ao contrário, como o coração tem razões que a própria razão desconhece, sentia-se livre e solto, chegando mesmo a admitir, de si para si mesmo, que perdera muito pouco, afinal de contas.

O novel casal desfilou pelas ruas de Macuco, amou-se, chegou a ser mal comparado por um poetaastro local a Romeu e Julieta, teve filhos, netos e bisnetos, perdeu-se sua história na noite dos tempos e dela ficou apenas uma frase que o novo marido (tão apaixonado que – em decisão ampla e irrevogável – abandonou cachaça, carteadado e rua do Cacau). Costumava dizer, com o orgulho a lhe abaular o peito magro, sempre que tinha de apresentar sua mulher em alguma roda social: – Ganhei no jogo!

E viveram assim, estilo “o amor é lindo”, até que, muitos e muitos anos depois, a morte os separou...

Conversa com passarinho

Em melancólica manhã de segunda-feira, sou perturbado pelo inesperado barulho de um pardal contra a janela de vidro de meu quarto-escritório, mais conhecido nas rodas familiares como “senzala”. Trata-se de pássaro esfalfado, resfolegando, estressado pelo esforço de atirar-se contra o vidro em desesperada busca da liberdade. O animalzinho, de muito limitada inteligência, solta piados de decepcionada solidão e tristeza, vítima provável de dor, cansaço e abandono

Teria entrado pelos vãos do telhado, que pardal é bicho chegado aos beirais das casas, e agora, vítima de curiosidade e insensatez, está metido em camisa de onze varas, arapuca, sinuca de bico, palpos de aranha. Ao se debater, de olho em seus companheiros que fazem algazarra num já desfalcado pé de acerola do quintal, me deixa a impressão de náufrago à beira da praia, as forças exauridas, a vida por um fio e a esperança de liberdade já quase o abandonando de vez.

Tento, com o auxílio de uma toalha, aprisionar esse pardal errante para, tendo a prisão como meio, devolvê-lo ao mundo, inocente preso sem crime ou julgamento. Mas o bichinho, em pânico, com a presença ostensiva desse animal maior (cuja boa vontade é vista com suspeição), junta suas últimas reservas de resistência e luta ainda contra essa prisão temporária que ele, provavelmente, imagina definitiva.

Voa aleatoriamente, volta a se bater contra o vidro,

resfolega, bebe como pode um pouco de oxigênio do ar, retempera-se para a resistência, prepara-se para novas investidas, agora já se achando, além de preso, perseguido, pardal sem direitos humanos.

Ficamos nesse jogo de vida e morte, até que o aprisiono com a tolha, e ele, bico aberto de cansaço e medo, se deixa ficar trêmulo em minha mão, já vencido em sua dignidade de animal pequeno e frágil. Do alto da janela, mostro ao pardalzinho o imenso espaço à sua frente e ele, ébrio de felicidade, parece ter esquecido o cansaço que o acomete, só tem olhos para a liberdade que a paisagem lhe insinua. Improviso um inusitado discurso de despedida, quando lhe apresento minha solidariedade de homem.

Digo-lhe que também tenho meus dias, cada vez mais freqüentes, de passarinho preso em visgueira, que igualmente sou um bicho triste e só, que se debate e se esboroa contra as vidraças da vida. Que, talvez por ser pouco inteligente e “pragmático”, não desisti de certas coisas, após algumas desilusões repetidas, e insisto na luta por quimeras e utopias, contra incompreensões, mesclando interna dor pela desgraça dos meus semelhantes com externas e passageiras felicidades que quase me deixam com complexo de culpa.

Tal qual esse pequeno companheiro desorientado, não poucas vezes tenho, arfante e fatigado, batido meu corpo sofrido contra os vidros amargos do cotidiano, na busca de um horizonte que parece inalcançável, mas essas dores me ensinaram que a esperança há de resistir para além do sofrimento.

O pardal, demonstrando que não tomou aulas com São Francisco de Assis, para aprender a linguagem dos homens, nada entende do que lhe falo, não se mostra interessado em vãs filosofias ou agradecimentos, não cultiva lirismos nem alimenta hipocrisias e conveniências. Beirando a grosseria, sem levar em conta que neste momento eu sou seu dono e senhor,

dá sinais de independência e pressa: tão logo o braço estirado e aberta a mão, ele estende as asinhas com surpreendente desenvoltura e desaparece infinito a dentro, sem sequer um “muito obrigado”.

O cronista, também se sentindo menos prisioneiro de si mesmo e das circunstâncias, retorna ao trabalho, com ar de quem acaba de realizar uma ação fundamental em defesa do meio ambiente. Tão feliz que nem lamentou o fato de seu gesto, por ele mesmo considerado de imensa grandeza, não ter sido registrado pelo Ibama.

Em ritmo de pagode

Todo mundo sabe que cavalo é montaria de amador, beleza que não põe mesa, animal de exibição, sem a sabedoria e a resistência da mula. Dentre estas, a melhor que andou pelas ruas centrais de Buerarema foi a do coronel Bertulino, uma mulinha melada, estradeira que só ela, bem calçada com ferraduras de primeira e gonzos que a faziam imprimir à andadura um ritmo hodierno quase em tempo de pagode baiano. Seu João Baié, criador de curiós e jogador de damas nos fins de tarde, nem carecia de despregar os olhos do tabuleiro, ao ouvir o *toc-toc-toc-toc* da pisada no calçamento de paralelepípedos. Pelo som inimitável já identificava o que estava acontecendo:

– O coronel Bertulino vem vindo - anunciava.

Homem de pouca conversa, o coronel (que, de verdade, era “coronel”). Apeava em frente ao *Pingo de Ouro*, amarrava a mula à sombra da tarde, sentava-se à mesa de mármore e bebericava sua cerveja lentamente, sem estresse nem culpa, como se, além de ter cacau e dinheiro, fosse também senhor do tempo que passava. Quando o sol morria em definitivo e as primeiras sombras da noite se insinuavam, ele – após impenetráveis filosofias e inviolável solidão – pagava a cerveja (raramente duas), montava na sua mulinha e, *toc-toc-toc-toc*, subia a ladeira da praça, passava a alfaiataria de Gersino Nobre, dobrava à direita no bar de seu Ramalho, depois à esquerda, após o armarinho de Téó, atravessava a ponte sobre o rio Macuco,

já chegando à fazenda de seu Nozinho Batista, e desaparecia, até a próxima tarde e a próxima cerveja. Acabara de inventar o tal de *happy hour* e não sabia.

Para nós, meninos, o coronel Bertulino era somente um senhor magro e sisudo, nenhum coronel de romance, não mordida, não fedida nem cheirava, sua presença não nos tirava o fôlego. Mas a mulinha, ela sim, era de chamar a atenção, mesmo de quem não entende do riscado, pelo pisar musical, cheia de dó-ré-mis, como se houvesse feito curso de canto orfeônico, patas de responsabilidade, a ler o pentagrama e marcar o compasso da andadura.

Tal magia só durou até o dia em que, ingenuamente, puxei o assunto com o sapateiro Zé Vitorino, enquanto tentava aprender, em sua tenda, a pôr meia-sola em sapato estragado. Ele me olhou no olho, dando a perceber o desdém de que tamanha ignorância era merecedora:

– Pois fique vosmecê sabendo que, além de pouca habilidade para a arte de fazer calçados, seu conhecimento em matéria de mula é pouco menos do que zero, se isso for possível – sentenciou, com certa crueldade. Mas...

– Mas coisa nenhuma. Aquela é uma mula bonitinha, toda ritmadazinha, mas ficaria melhor se exibindo no Circo Nerino do que trabalhando no campo, porque é muito lenta. Eu, sim, tive uma mula que botava essa aí no chinelo, não gosto nem de lembrar que me dá um nó na garganta... Foi coisa acontecida e registrada nos tempos de Macuco, quando ainda nem tinha marinete daqui pra Itabuna, os mais velhos se lembram. Chamava-se Açucena...

Naquele tempo, sem estrada, tudo que aqui chegava ou daqui saía, fosse charque do Rio Grande, bacalhau em barrica, maçãs argentinas, feijão, açúcar, café, corte de tecido ou cacau seco, era em lombo de burro. Também em lombo de burro (melhor, de mula) o freguês se locomovia, mormente quando se des-

tinava a lugares ermos, como Ilhéus e Vitória da Conquista, pois ainda não tinham inventado a Cia. Viação Sul Bahiano S/A.

Eu, que sempre gostei de viajar, aprendi na prática o muito que sei sobre montarias e, especialmente, sobre mulas, o melhor bicho de quatro patas que Deus já deixou no mundo pra gente andar escanchado em cima. Mas eis que me distancio da história, por pouco não permiti que a imaginação voasse e me fizesse entrar em outras considerações que não vêm ao caso. Ora muito bem.

Legume apagado na orelha, sovela na mão, a furar um pedaço de sola cilindrada, ele fazia sua habitual pausa retórica. Retomou o assunto, após acender o cigarro e pulverizar o ambiente:

– Por essa época, com a tenda produzindo a todo vapor, eu ia muito a Itabuna para tratar de negócios na Bota Encantada, mas ia com rapidez tamanha que as pessoas só acreditavam que eu tivesse ido porque viam os pacotes de couro de bezerro que eu trazia pra fazer sapato de luxo. E essa rapidez era justamente devido à mula Açucena, um caso raro, um caso nunca visto antes nem depois dela...

A danadinha da mula – talvez vosmecê, com essa vocação de São Tomé, não acredite, o que hei de fazer? – era tão rápida que, quando eu chegava no centro da cidade, a sombra dela ainda vinha lá pras bandas da Abissínia e só chegava meia hora depois. E sem contar da vez em que, a caminho de Itabuna, senti uma escuridão repentina, o que constatei ser um avião acima da gente, a tapar o sol e promover sombra, como no tal do eclipse. Só de brincadeira, piquei a mulinha e, quando entrei na cidade, ainda esperei um tempão para que o avião aterrissasse na Burundanga. Digo e provo que certas mulas que andam por aí a fazer batuque com as patas, se colocadas numa disputa de carreira com Açucena não pegariam nem placê.

Açucena ficou a meu serviço durante muitos anos, até a

velhice chegar, que dessa ninguém se livra, nem bicho nem gente. Já sem força e serventia para o trabalho, flanou pelo pasto, em feítio de aposentada vagabunda, rica e ociosa, guardada apenas como forte recordação de outros tempos. Até que deu pra ficar jururu, pelos cantos, pessimista e depressiva, gastou rezadeira, veterinário e remédio de farmácia, mas não teve jeito: chamada a prestar contas ao Deus das mulas, morreu vitimada pela saudade das aventuras de que não mais participava.

É de se lamentar que Açucena não tenha deixado filhos, pois, como qualquer um sabe, mula é estéril, não serve pra reprodução. Senti tanto sua morte que nunca mais quis saber de animal de montaria, agora só monto em marinete da Sulba, que não tem alma nem sentimentos pra prender a gente.

Cavalo em forma de violino

Festejado maestro pernambucano, no começo dos anos oitenta, tempo de dinheiro difícil e inflacionado, simplesmente vendeu seu único bem, o apartamento em que morava, na avenida Boa Viagem, o local de maior preço em Recife, para comprar um violino. Tornou-se proprietário de raro Stradivarius, e foi, feliz da vida, morar de aluguel. O preço da transação, já nem me lembro – pois tantas são as mudanças em nossa moeda – algo envolvendo o número 15: mil, milhões, cruzeiros, cruzados, não sei.

Sei é que, com essa transação comercial, Marlos Nobre (assim ele se chamava) ganhou generosos espaços, até nacionais, tanto nos veículos de comunicação quanto nos bares da cidade, com atenções muito superiores às que, em toda sua vida, ganhara como músico. É claro que as pessoas “normais”, destituídas de utopias e cheias de bom senso e medo de arriscar-se, não entenderam nada.

O maestro explicou, a quem teve ouvidos de ouvir, que apartamentos são muitos, enquanto Stradivarius são poucosíssimos. Apartamento compraria algum dia, tão logo os ventos voltassem a soprar favoravelmente, oxigenando sua conta bancária, enquanto aquele violino era uma urgência, oportunidade única, irrepetível, o cavalo selado que passa à nossa porta e não volta jamais. É montar ou chorar pelo resto da vida.

Também eu me envolvi em negócio parecido, não a

ponto, entretanto, de destruir as minhas já naturalmente abaladas finanças. Trata-se do seguinte: dia desses, à procura de uma gravação de música, revirei céus e terras, incomodei amigos, pesquisei por telefone e pela *internet*. Queria porque queria ter *Over The Rainbow* com Jevetta Steele (uma dessas fabulosas vocalistas negras de igreja), que canta um trecho incidental dessa música com um pequeno grupo de jazz no adocicado filme *Uma Babá Quase Perfeita* (no original, *Corrina, Corrina*). Cheguei a interromper Marcos Santarrita em meio a uma tradução, atordoado sem saber em que planeta eu descobrira essa Jevetta Steele. Mandou-me dicas de “Procura” na Web e uma frase clássica, entre a compreensão e a gozação: “mais vale um gosto do que seis vinténs”.

A duras penas, consegui saber que a cantora não teve essa música editada no Brasil, mas que era possível, numa loja de Nova York, a escorchantes preços de venda e frete em dólar, conseguir a gravação. Enfim, “mais vale um gosto...”.

Encomendei o CD em NY, mas tudo indica que meu inglês macarrônico e a condição de terceiromundista fizeram o gringo desconfiar de minhas boas intenções. Após muitas informações trocadas e truncadas a propósito do meu estressado cartão de crédito, ele houve por bem considerar o alto risco da operação e suspender o processo, com a sugestão de que eu recomencesse tudo, incluindo enviar novo pedido, confirmar número do cartão etc.

Como qualquer pobre metido a besta, considereei isso uma ofensa à minha histórica honestidade burguesa, desejei mandar o homem praquele lugar, mas como meu inglês não passa de “the book is on the table”, desisti da resposta, não por sentimento cristão, mas por absoluta incapacidade de escrever palavrões cabeludos em língua de gringo.

Encurto a história dizendo que, depois de desistir de tudo, já resignado a não mais ouvir Jevetta Steele, descobri em

São Paulo um cara baixinho, verdadeiro especialista em discos (e consumidores) estranhos, e que – num piscar d’olhos – me conseguiu a trilha de *Corrina, Corrina* (com Jevetta Steele, Armstrong, Duke Ellington, Sarah Vaughan, Dinah Washington e todo mundo), a preço (quase) de disco brasileiro, ora vejam vocês.

Não sei que futuro teve o maestro, se é vivo ou morto. Mas quero lhe oferecer, tantos anos depois, a moeda (certamente de pouco valor) da minha compreensão e solidariedade, na esperança de que seu Stradivarius não tenha causado o mesmo efeito do meu disco: tremendo de ansiedade, coloquei Jevetta Steele e *Over the rainbow* na máquina e, mesmo que não possa chamar a isso de decepção, fiquei com o sentimento de que ela ainda deve muito à genial *gospel singer* Mahalia Jackson.

Mas é acompanhada por um sax tenor sen-sa-ci-o-nal, um cara chamado Rickey Woodard, com um sopro que vou te contar! Ah, vou ver se consigo um disco dele...

Duelo de Itararé

Os brigões constituíam, na Buerarema de minha infância e adolescência, parte importante da fauna local. Lucas, Mundinho Cangalha, Bernardino, Paulo Portela, Janga, João Mingau e Zeca de Agripino Rico foram, em épocas diferentes, bons exemplos disso. Talvez o mais folclórico de todos eles seja Lucas, também o mais antigo.

Esse Lucas, que nunca perdeu parada, utilizava com frequência uma técnica infalível por ele mesmo inventada: tão logo percebia que a discussão ia se encaminhar para as vias de fato, distraía o contendor, deixando cair no chão alguma coisa, como uma moeda, um chaveiro ou caixa de fósforos. A vítima baixava a vista e a guarda o tempo suficiente para receber poderoso direto no queixo lá dele, ficando a luta quase sempre decidida, com o homem fora de combate. De toda forma, caso esse adversário já combalido tentasse ir à forra, a vantagem era de Lucas, que já começara a ganhar a luta por pontos.

Já o “cabo” Bernardino (que ganhara a patente quando embarcado na gloriosa Marinha de Guerra do Brasil) era muito bom de briga, mas com motivações muito próprias: brigava por esporte e lazer, como uma forma divertida de passar o tempo e manter a fama. Competia por competir, agindo dentro das leis de Cupertain, não era do tipo que quer ganhar de qualquer jeito. A bem dizer, não tinha raiva dos adversários, apenas os derrotava.

Pois lhes digo que, apesar de toda essa finura de trato, do Ponto Certo à boate OK de Ilhéus, do Taboão em Salvador à beira do cais do Rio de Janeiro, jamais perdeu parada, até o dia em que topou com um adversário sem humildade para reconhecer-se mais fraco: o brutamontes recebeu uma saraivada de socos, todos acima da linha da cintura de forma absolutamente legal, mas, por ser carente de espírito esportivo, não se conformou, foi à casa, pegou sua garrucha aposentada e enferrujada, e com ela acertou uma bala na coluna vertebral do grande Bernardino.

Paraplégico, o bravo marinheiro morreu poucos anos depois, menos do tiro do que de tristeza por não mais praticar seu esporte favorito, a troca de sopapos, na qual, se houvesse na época justo sistema de avaliação, o teria elevado de “cabo” a capitão-de-mar-e-guerra. Sem aspas.

Paulo Portela, o lendário primeiro prefeito de Buerarema, era dois em um. No geral, tinha comportamento de moça: tímido, atencioso, prestativo, disposto a dar a mão de ajuda a quem quer que fosse; no particular, mostrava-se um brigão nato, de punhos afiados, com inusitada vocação para decidir na mão grande o que poderia ser resolvido com uma conversa civilizada. Estilista, um clássico da briga de rua bueraredense, jamais atacou alguém de surpresa, tática da especial preferência de Lucas.

Antes, mostrava os sinais de que o pavio estava chiando, o ânimo belicoso ativado e a explosão se aproximando a passos largos, quem tivesse olhos de ver que visse (e se prevenisse!): aspirava profundamente o ar, ficava pálido, talvez com taquicardia, olhava o desafeto nos olhos e partia para a briga. Que foram muitas, principalmente no campo de futebol, chefiando o Brasil Esporte Clube, quando este era, de alguma forma, prejudicado, não importa se pelo árbitro ou pelo superior futebol do adversário. Com Paulo, era ganhar ou ganhar,

mesmo que para isso tivesse de usar punhos, pernas, paus de bandeirinha e o que mais pudesse ser improvisado na hora. Com tais armas, defendia time, cidade e dignidade da população, tudo amarrado num pacote a que poderíamos rotular um tanto arbitrariamente de “patriotismo buerareense”.

Mas sua briga mais marcante foi a que não aconteceu. Já maduro, avô, auto-exilado em Itabuna (onde tinha uma churrascaria), desentendeu-se com um carreteiro de maus bofes, metido a cearense, conversador e arrotador de valentia, que almoçara no seu restaurante e difamara o churrasco, dizendo-o “caro e de carne dura”.

Paulo, ao saber de tamanha aleivosia, procurou o homem, de quem, antes mesmo de bebido o cafezinho e acendido o cigarro, quis ouvir satisfações. Foi recebido com rompantes e cara feia, reafirmação do que dissera e mais algumas ofensas extras, à guisa de juros e correção. O velho e bom Paulo Portela sentiu pulsar nas veias o sangue de anos passados, seqüestrou grande quantidade do oxigênio ambiente, ponderou que devia ao cliente a tradicional hospitalidade macuquense, tentou contar até dez e, chegando a seis, atirou-se à garganta do injuriante. Que tentou contragolpear, no que foram, os dois valentes, contidos pela turma do “deixa disso”, reforçada por seu Oliveira, de Buerarema, proprietário de grande consideração de Paulo.

A contenda estava suspensa, mas não acabada. Paulo convenceu seu Oliveira a, em conversa de pé de ouvido, acertar com o motorista um “desafio”, à moda dos cavaleiros medievais, porém sem armaduras ou lanças, apenas com os punhos que Deus lhes deu, para que a diferença entre os dois fosse aclarada, longe de apartadores e curiosos. Contra a vontade, seu Oliveira levou a proposta ao ferrabrás e este mais do que depressa, tal qual donzela enalhada que encontra um besta, disse “sim”, teria imenso prazer em encontrar-se com o desafiante no dia seguinte, ao nascer do sol, naquela ponte próxima

ao “trevo da morte”, na saída para Buerarema. Paulo levaria seu Oliveira como “padrinho”, o motorista levaria o dele, de livre escolha. A regra era única, simples e clara: trocariam murros, até que um dos contendores jogasse a toalha, desistisse, pedisse penico urgente, corresse feito galinha assustada, morresse, enfim, fosse, de alguma maneira, vencido.

Dia seguinte, sob neblina a anunciar dia de calor forte, Paulo e seu “padrinho” na ponte na hora aprazada, aguardam motorista e acompanhante. E nesse aguardar ficariam até hoje, se, lá pelas oito horas, sol de verão a pino, não desconfiassem de alguma coisa. Passaram no posto de Zequinha Santana, na avenida José Soares Pinheiro, onde pernolitara o valentão, e descobriram que este, ao saber que seu adversário era um tal de Paulo Portela de Buerarema, dera partida na carreta antes de assentar a fumaça do gongo e, sem tempo nem para o café da manhã, desembestara Rio-Bahia acima, sem olhar pra trás.

– Se tudo correu bem, já deve tá pra lá de Vitória da Conquista - calculou Zequinha.

Boquiaberto e ofendido, Paulo insistiu com seu Oliveira para alugar um táxi e correr atrás do homem, com o fim especial de cobrar-lhe um compromisso previamente marcado e não cumprido. Com dificuldade, foi convencido a desistir, mas permaneceu em estado belicoso durante vários dias, e não poucas vezes foi visto no posto de Zequinha, a examinar os motoristas das carretas, na esperança de identificar seu “amigo”, de quem não desistira de cobrar pela palavra empenhada. Jamais dele teve notícia.

Soube-se que o homem tomou a peito nunca mais retornar a Itabuna, pois do ex-prefeito de Buerarema queria segura distância. Contam os mais antigos que essa deliberação foi tão forte que se manteve mesmo após a morte de Paulo Portela. Isso por motivo de ser o carreteiro religioso e acreditar que as almas voltam ao mundo, sempre que por aqui deixam alguma conta pendente.

A bolsa e a vida

Um repórter policial – talvez por falta de pergunta mais criativa - quis saber que pensamento assaltara (*ops!*) a cabeça de Otto Maria Carpeaux, autor de *O Elo Partido*, no instante em que este se viu diante de um par de assaltantes, tão fornidos quanto mal-encarados, a lhe exigir, numa esquina penumbrosa de Copacabana, a bolsa em troca da vida. Intelectual fiel a seu estilo, o grande frasista respondeu:

– Pensei em como seria conveniente ter asas e poder voar dali com urgência...

Nestes tempos bicudíssimos, com a palavra “seqüestro” definitivamente incorporada ao linguajar do brasileiro, lembro-me daquela situação, quase podendo dizer, com saudade. Eram tempos em que perdíamos nossas economias mas salvávamos a pele. Se ainda é possível agüentar o verso de Aaulpho, nós éramos felizes, mesmo sem saber. Ao contrário de hoje, quando as cartas parecem marcadas e os bandidos ganham sempre, naquela época tínhamos algum tipo de escolha, probabilidades, mesmo remotíssimas, de ganhar ou empatar esse jogo da vida. E tudo era feito de maneira, digamos assim, discreta, num *tête-a-tête* entre vítima e assaltante, sem envolvimento de família, polícia, imprensa e vizinhos fofoqueiros. O sofrimento, a humilhação, a sensação de impotência e – por que não? – o medo eram sentimentos apenas do indivíduo, que os guardava para si ou os alardeava multiplicados, de acordo

com sua conveniência.

Hoje, o violentado não é proprietário da dor da violência, pois esta ficou globalizada, com ramificações semelhantes a tentáculos de um polvo de pesadelo, que atingem e estilhaçam amigos, parentes e a própria sociedade como um todo.

O Brasil se mostra um país com duas invulgares capacidades: nos investimentos públicos, tudo que está ruim sempre pode ficar um pouco pior; e qualquer procedimento aqui, por mais que nasça cercado de liturgia, será vulgarizado, carnavaalizado em pouco tempo. Somos o país do informalismo e da banalização.

Com o banditismo, não se deu diferente. Superamos os antigos ventanistas e descuidistas, aposentamos o pé-de-cabra, transformamos em folclore o ladrão de galinha, criamos os meninos de rua, espécie de banco de reserva para o crime, chegamos aos traficantes com ligações internacionais, fizemos do seqüestro uma especialidade. E o governo vira as costas a toda essa escalada da delinqüência, limitando-se FHC (que está no segundo mandato consecutivo) a eventuais discursos de condenação do que a sociedade condenara muito antes dele. Nosso douto presidente fala bem como líder de oposição, mas age mal (ou não age) como governo.

O seqüestro teve metamorfose notável: antes, restrito a grandes empresários e detentores de gordas contas bancárias, com possibilidade de pagar polpudos resgates; hoje, qualquer pé-rapado corre o risco de, ao sair de casa olhando a lua, ou procurando discos voadores no céu, dar de cara com um seqüestrador armado até os dentes, disposto a confinar esse aprendiz de poeta e por ele pedir um dinheiro que faria vergonha a um seqüestrador de respeito, dos antigos e raros.

Seriam os sinais dos tempos, com dinheiro difícil e supervalorizado pelo desemprego, e o seqüestro, como meio de vida, globalizado e democratizado. Finalmente, esse crime

hediondo deixa de ser privilégio de poucos, abandona as elites, populariza-se, põe-se à disposição de qualquer brasileiro, em qualquer esquina. Estamos à mercê dos bandidos, com ou sem colarinho branco, alguns deles até com imunidade parlamentar.

Basta abrir o jornal para comprovar que as formas modernas de proteção contra o seqüestro têm-se revelado ineficazes: mesmo gente poderosa, cercada de seguranças “fortemente armados” (conforme o lugar-comum repetido pela tevê), não tem escapado dos bandidos. Igualmente preparados, estes observam a vítima, analisam o ambiente, planejam o golpe com eficiência de técnicos e, quando menos se espera, *vapt!*, dão o pulo certo e recolhem o infeliz a lugar incerto e não sabido da polícia, onde é submetido – enquanto o dinheiro não vem – a indizíveis torturas, quando não físicas, certamente psicológicas.

Recentemente, conversei com um desses negros antigos e sábios, íntimo de orixás e assemelhados, que me falou da eficácia de fórmulas clássicas e consagradas pela fé. “A oração, o despacho, o trabalho de fecha-corpo, quando feito de maneira competente – disse ele entusiasmado, dedo em riste, já alteradas as veias do pescoço, combatendo minha descrença – constituem o melhor arsenal para nos manter longe da senha desses seqüestradores destituídos de alma, coração e piedade cristã”.

Pode ser, pode ser. Mas eu ainda prefiro o estilo de Otto Lara Rezende, que me permite, com todo respeito, dispensar a intermediação das entidades dos terreiros e pedir diretamente a Deus que não me desampare nesta quadra de dificuldades. Se acaso, depois de tantos pecados cabeludos e repetidos, ainda me restar algum crédito e merecimento, que Ele me transforme num pássaro, equipado com um bom par de asas que possibilitem, em vôo alto e seguro, me colocar fora do alcance da maldade dos homens.

A solidão pungente

Fernando foi um dos poucos doidos de minha juventude que esteve no limiar: não sendo de todo lúcido, também não era doido de carteirinha, acima de qualquer suspeita, desses doidos que não deixam dúvida. Era um que sempre esteve na corda bamba, equilibrando-se entre a genialidade e a demência. Inteligência de alto nível, engenheiro aposentado da Vale do Rio Doce (diziam as más línguas que “por doença da cabeça”), fumante inveterado e bebedor eventual.

Conta o folclore que, quando fora do seu normal (o que acontecia freqüentemente), costumava economizar fósforos: acendia um cigarro e no fogo deste emendava os outros. Conversando nos bares da cidade, fumava muito e bebia pouco, criticava o governo e oferecia ótimas sugestões para salvar a Pátria. Em horas mortas da noite, os que regressavam do Ponto Certo ou acompanhavam em serenata os bordões de mestre Alcides ao violão e Dedé Relojoeiro chorando no cavaquinho, divisavam o engenheiro, pelo diáfano vidro de sua janela.

Em pungente solidão, cigarro em punho expelindo fumaça feito a locomotiva da Ilhéus-Conquista, andava de um lado para outro, no isolamento do seu quarto, longa jornada noite a dentro, dava voltas em torno de si mesmo, em conversa interminável com seus pensamentos e botões. Não dormia. Gastava a noite a resmonear sobre a vida e a morte.

Nascido com alma de repórter, tinha mania de saber “o

quê, quem, quando, onde, como?”, nos mínimos detalhes, abusando principalmente do “por que?”: não aceitava idéia pronta e acabada, antes submetendo-a a seu próprio entendimento e aprovação.

Portava congênita mania de pensar por conta própria e só dizer a verdade, doesse em quem doesse. “Não sei mentir...” – explicava candidamente, sempre que era admoestado por alguma inconveniência que dissera ou praticara.

Dentre as muitas coisas que trouxera da escola e da experiência de vida, não estavam os eufemismos. Ou, se estavam, não os praticava, para não fazer concessão a nenhuma espécie de escamoteamento da verdade. Chamar velha de “senhora idosa” não era com ele, tão pouco apelidava de desonestos os políticos que se apropriam do dinheiro que não lhes pertence, preferindo chamá-los de “la-drões”, escandindo as “sílabas” com todas as letras, til e tudo. Ao xingá-los, a dizer que suas genitoras não se comportavam de acordo com a tradição da mulher religiosa brasileira, apodava-os de fdp propriamente ditos.

Nas discussões no *Pingo de Ouro*, quando se tentava tirar o Brasil da beira do abismo a poder de idéias hidratadas com cachaça quente e cerveja gelada, mantinha sempre o mesmo comportamento corajoso: não negociava valores éticos, era politicamente incorreto, não ria de piada sem graça, nem que fosse contada pelo prefeito, não aventurava a mão em cumbuca escura, queria, antes, que tudo fosse aclarado. Homem de uma só cara, decisões rápidas e irrecorríveis. Com ele, era pão, pão; queijo, queijo.

Talvez por ironia, tornou-se funcionário público. Concurado, é claro, pois montado em pistolão de amigo ou apadrinhamento político, não aceitaria. Contavam que, no emprego, mostrou-se inadaptado, sem condições de seguir diretrizes que lhe feriam a formação. Era esforçado, exigente consigo e com os

outros, tido como altamente competente, mas não conseguiu, por princípios, dar a seu desempenho aquele toque mágico que agrada ao chefe, agrada ao chefe do chefe, abre portas e pavimenta a estrada da promoção. Fazia certo as coisas, sim, embora não fizesse as coisas certas. Isso deve ter precipitado seu diagnóstico de loucura e a precoce aposentadoria.

O auto-exílio em Buerarema atendia a dois aspectos do seu isolamento. No plano mental, conforme acontece com os portadores de esquizofrenia (que suspeitavam ser o caso), recolhia-se ao seu universo particular, fugindo do mundo cruel que nos rodeia, o que poderia acontecer em qualquer lugar; no plano físico, Buerarema, de modestas dimensões, era o retiro ideal, devido ao velho seio familiar e à compreensão dos amigos.

Certo dia, a cidade deu pela sua falta. Não foi visto no *Pingo de Ouro* nem no boteco de seu Arturzinho, meio-dia a pino não voltou pra casa cansado e triste, guarda chuva como bengala, jornal dobrado na axila e cigarro fumegante nos lábios. Na verdade, o desaparecimento não mereceu mais do que dia e meio de comentários jocosos, pois o registro de sua ausência ou presença nunca foi motivo de maior preocupação.

Na barbearia de mestre Alcides, soube-se que, justamente naquele dia, Fernando tinha no banco local uma duplicata a ser paga, tarefa impossível no momento, apesar de seus razoáveis vencimentos de aposentado. Madrugada ainda, teria partido mundo a fora, com vergonha, maleta, guarda-chuva e jornal dormido, provavelmente a pé, esgueirando-se pelo mato, feito boi de arribada ou cachorro escabreado. Sem querer encarar gerente e avalista, muito menos olhar nos olhos curiosos da cidadezinha pasmacenta e linguaruda, sumiu na vastidão do mundo.

Anos sem dar sinal de vida, regressou um dia, procurou o banco e a duplicata antiga (nada era como antes, o banco mudara de sede, de dono e de gerente). Homem perspicaz, o

novo gerente logo percebeu a insanidade naquele pedido, mas gerente é gerente: procura que procura, desencavou não o documento, mas dele uma informação. O banco, que não tem dinheiro a perder, fizera o avalista, sob choro, ranger de dentes e jura solene de nunca mais se meter em semelhante enrascada, purgar até o último centavo. Era dívida liquidada, e não se fala mais nisso. Caso o distinto quisesse mais dinheiro, que se apresentasse com cadastro atualizado e avalista confiável.

Não queria. Queria era pagar o antigo débito.

Em mão os cálculos de juros e correção monetária, com grandes dificuldades foi recebido pelo avalista, dono de léguas e léguas de cacau, pasto, vacas holandesas e arrogância. Embrulhado em humilde pedido de perdão, entregou-lhe o pagamento até do último níquel, a valores atualizados.

No dia seguinte, tão logo a notícia ganhou as ruas, foi recolhido ao manicômio Juliano Moreira, em Salvador, pois o ato que voluntariamente praticara dissipou as últimas dúvidas, se dúvidas ainda havia, de que ele era doido. Doido manso, não de pedra, não perene, apenas intermitente, mas, ainda assim, irremediavelmente doido.

De Fernando, não mais se teve notícia.

Lendas do mar bravo

Ao menos no que diz respeito à tranquilidade, comparar o nível de vida da Buerarema do meu tempo com qualquer cidade do mesmo porte, nos dias atuais, não faz sentido algum. Dormíamos de janelas abertas, as cadeiras do bate-papo noturno esquecidas à porta, ladrões, assassinos e seqüestradores não tomavam conhecimento de nossa pálida existência.

Para nós, violência era coisa de guerra do Paraguai ou, mais modernamente, de comunistas, uns comedores de crianças, de quem, vagamente, ouvíamos o padre Granja falar, mas que também não mereciam nossa atenção.

O noticiário de polícia, divulgado nos bares, na barbearia de mestre Alcides, nos escritórios da Macuco, Luz & Força e da Cacau Industrial, era representado modestamente por uma ou outra facçãozada para decidir discussão na feira de sábado ou em noitadas no Ponto Certo, a “zona” boêmia. Madrugada alta, às vezes alguém saía de lá com as tripas à mostra – mas tudo feito na melhor das intenções, resultado de exacerbadas paixões românticas ou excesso de cavalheirismo com alguma dama fatal.

Afora esses acontecimentos (considerados mais passatempo do que crime propriamente dito), havia também, para alegrar a cidade, alguns marinheiros bêbados, pois Buerarema sempre deu muitos quadros para a Marinha de Guerra do Brasil. Dudu, Nanã, Nego, Clóvis Lino, Valfredo, Bernardino,

Walter, Janga e Raimundo de Agripino Rico são alguns dos nomes que, em épocas diferentes, emprestaram a simpatia e a malemolência nativa da Serra do Jequitibá às gloriosas Forças Armadas verde-amarelas.

Em férias na cidadezinha, e após erguer o teor alcoólico do sangue a níveis mais altos do que o mastro principal dos seus navios, muitos desses marujos exibiam autoridade de “militares”, autoridade nem sempre reconhecida, o que contribuía, logicamente, para gerar conflitos: engrolavam uma espécie de “sabe-com-quem-está-falando?”, se metiam a arrojados, terminavam por causar algum tipo de problema. Se as coisas ficassem realmente feias, era chamado o destacamento da Polícia Militar, que comparecia ao local da confusão, com todo seu contingente de dois soldados e um cabo.

A força policial tratava de parlamentar com o marinheiro bêbado e, na maioria dos casos, saía com ele de braço dado, não para a cadeia, mas para a família deste, que, mesmo ressa biada, recebia de braços abertos seu capitão-de-coveta. Essas “alterações” eram resolvidas na santa paz, sem mortos, feridos, humilhados ou ofendidos, salvo um caso envolvendo Janga, que, encastelado no bar de Zé Bagana, desafiou a briosa PM e pôs a correr avenida a fora os soldados todos, graças a competentes e bem aplicados bofetões e pernadas aprendidas na Lapa carioca.

Além dessas briguinhas eventuais, nossos marinheiros bebiam muito, namoravam as moças (esporte em que Dudu era exímio atleta), se exibiam, falavam do almirante Pena Boto com intimidade, contavam bravatas vividas ou imaginadas no Rio de Janeiro, atiçavam nossa imaginação juvenil.

Há casos de sujeitos que “sentaram praça”, jamais entraram num navio, nunca saíram do subúrbio da Cidade Maravilhosa, mas, ainda assim, contavam bravatas, descreviam dificuldades no mar alto e bravio, a dureza dos comandantes e,

evidentemente, as muitas mulheres que os aguardavam, tremendo de emoção, em cada porto.

Nossa inteligência poderia até questionar a veracidade desses relatos, mas nossa imaginação não perguntava nada, bebia essas epopéias de homeros caboclos, se alimentava e se banhava nesse romantismo barato.

Afora esses visitantes, a marginalidade local era representada por uma dupla tão bueraremensense quanto a praça da feira ou a Serra do Jequitibá: Giovaldo (o Gió) e Zé Mijão não eram dupla apenas por constituir conjunto de dois elementos, mas porque eram inseparáveis, bebiam cachaça juntos, moravam juntos, juntos carregavam e descarregavam caminhões, juntos eram presos e submetidos à raiva dos policiais.

Não eram, já se vê, marginais comuns, pois trabalhavam e tinham endereço certo, eram perfeitamente confiáveis, desde que nas imediações não houvesse cachaça, a que nenhum dos dois jamais resistiu. Bebiam rinchona como se fosse água do rio Macuco, embotavam o juízo, sorviam também até a última gota de bom senso, caíam na sarjeta, deitavam-se com os cães vadios, que lhes lambiam a cara empapuçada. Um deles chegou a fazer nas calças o que se recomenda fazer na privada ou em mato recantado, daí o nome famoso de Zé Mijão.

De natural bons, ficavam, quando de cara cheia, maus e valentões, ofendiam e chamavam pra briga quem quer que lhes passasse ao alcance da vista turva e do bafo de tigre. Por não encontrar quem os enfrentasse, engalfinhavam-se entre si, rasgavam-se, feriam-se, terminavam a farra presos em celas individuais, pois a ferocidade dos dois não permitia sequer que se olhassem sem que partissem para as respectivas gargantas.

Trabalhadores durante parte do dia, o branco Gió e o negro Zé Mijão começavam seu *happy hour* quando a tarde nascia. Por volta das dez da noite estavam bêbados feito dois

gambás, presos e felizes. Soltos pela manhã, reiniciavam sua rotina de trabalho e bebedeira, rotina em que viveram muitos anos.

Nas longas noitadas na cadeia, já dissipados os vapores do álcool, deixavam esfriar o ódio recíproco, exercitavam uma espécie de solidariedade: certa vez, quando um soldado sem coração nem paciência (talvez cansado de recolher os “hóspedes” quase diariamente) resolvera tratar Zé Mijão a bolos de palmatória, o velho parceiro, lá da outra cela, tentava lhe dar apoio moral e ludibriar o policial, aos gritos de “faz cofo, Zé Mijão!” – cofo (pronuncia-se *côfo*, uma invenção gramatical de Gió até hoje não registrada pelo Aurélio, é o vão que se obtém com a mão em concha, evitando-se que a palmatória atinja a palma, o que, segundo o experiente Gió, contribui para reduzir a dor dos “bolos”). E não faltaram oportunidades para Zé Mijão retribuir tamanha gentileza, com um gutural “Faz cofo, Gió!...”.

Nas ruas, os meninos entoavam o grito de guerra da dupla (“Faz cofo, Zé Mijão!”, “Faz cofo, Gió!”) e eles, mesmo calados, denunciavam o orgulho de quem sabia estar fazendo história. Conta-se que Gió já morreu, enquanto Zé Mijão, como se fosse conservado em álcool, ainda vive. E, naturalmente, bebe, como se comemorasse esse feliz e impressionante milagre.

Um amigo da escola

O pediatra e professor Nelson Barros, ex-secretário de Saúde do Estado, começou sua vida de docente no Ginásio Henrique Alves, de Buerarema, no fim dos anos 50. Ao fazer esta afirmação, dia desses, um médico, ex-aluno do referido mestre na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, me olhou como se eu fosse um ser do outro mundo ou, na melhor das hipóteses, rematado mentiroso.

Mesmo entendendo o assombro que provoquei, repito agora meu depoimento por escrito, para que dúvidas não persistam: que tive Nelson Barros como professor de matemática no Ginásio Henrique Alves de Buerarema, aí pelo fim dos anos 50, é tão certo como dois e dois são quatro.

Não só eu, obviamente, mas dezenas de estudantes contemporâneos, ouvimos o futuro mestre de médicos baianos falar dessa ciência dita exata. E em verdade vos digo que, para um futuro professor de medicina, o homem se movia, de improviso, com insuspeitada competência nessa areia movediça de produtos notáveis, raízes cúbicas e quadradas, números relativos, equações de primeiro grau e assuntos correlatos, embora não me lembre por quanto tempo.

No entanto, generosamente, considero plenamente justificada a descrença no que digo, quando consideramos que se trata de um profissional que fez toda uma vitoriosa carreira em área totalmente diferente do campo a que me refiro. Os de

pouca fé não conseguem imaginar como alguém que se dá bem com aritmética, álgebra e geometria termina se notabilizando como pediatra de grande clínica e professor universitário de medicina, chegando mesmo a Secretário da Saúde do Estado (do que parece ter se arrependido mais tarde, porém isso não vem ao caso). E um mistério que sempre fica a cercar essas pessoas descrentes diz respeito aos motivos que, afinal de contas, fizeram o professor Nelson Barros ir dar com os costados na distante e bucólica Buerarema daqueles tempos. Se têm calma, eu explico, como faria Freud.

O jovem médico aportou em Buerarema não exatamente como médico ou professor, mas como noivo apaixonado de moça de família do município, fazendeiros de cacau e donos da Padaria Santa Fé, em plena praça da feira, com domínio sobre o centro da cidade. Chamava-se Terezinha Santa Fé, um nome forte e bonito, e ela mais bonita do que o nome indica, com quem o futuro grande mestre viria a casar-se.

Enquanto o casamento não saía, com o noivo indo frequentemente à terra da noiva, terminou convencido, provavelmente pelo seu colega Elias Couto Almeida, a dar aulas, estou certo de que inteiramente de graça, pois o dinheiro, que até hoje é manga de colete no Ginásio Henrique Alves, naquela época andava montado em bom cavalo. Aceitou o convite, passou a ensinar matemática e não o fez mal, absolutamente.

Digo-lhes que, muito ao contrário do que se pudesse imaginar, esse improvisado professor não só se locomovia bem nessa ciência de princípios rígidos, como se mostrou simpaticíssimo a seus inesperados alunos, com quem exercitava outros dons e conhecimentos. Seu aluno, lembro-me de quando Nelson Barros falava da importância do latim como formador da língua portuguesa, mostrando-nos radicais, desinências e “pistas” que ajudavam no entendimento de determinados vocábulos. “Meu melhor dicionário de português é o dicionário

de latim”, disse certa vez, afirmação reconhecidamente incomum numa aula de matemática.

Tantos anos depois, somos levados a concluir que Nelson Barros, por uma espécie de vocação escrita nas estrelas, estava fadado a ser professor em Buerarema, se não de matemática, de português, latim ou qualquer outra coisa, menos medicina, pois ainda não decidimos criar ali uma faculdade.

O tempo passou, o casamento veio, a fama veio, vieram o tempo e os compromissos, que o prenderam a Salvador, à sua clínica, a seus pacientes, a seus alunos e a vôos mais altos. Se esse rio da vida o levou por caminhos que não cruzam mais a cidadezinha, esta, por nós, que bebemos suas aulas, não o esqueceu, ainda quer manter vivas as saudades desse período. E o velho *Henrique Alves*, hoje menos romântico e menos utópico, continua muito senhor de si, honrado, orgulhoso, todo ancho de ter um dia abrigado no seu corpo docente um nome com o peso de Nelson Barros, a quem serviu de pequeno e humilde laboratório de controle de classe.

Se nós de Buerarema não cultivássemos esse grave pecado da humildade, diríamos ao mundo que o grande mestre treinou lá, em nosso campo e em nossa casa, para os grandes embates que faria depois, Bahia e Brasil a fora. E ainda, caso a modéstia nos permitisse, diríamos que ele antecipou, em nossa sala de aula, com competência e generosidade, um projeto-modismo que hoje anda por aí, chamado “amigos da escola”: nos intervalos do namoro com Terezinha, o jovem médico colocava a serviço do Ginásio Henrique Alves sua nascente paixão pelo ensino e sua imensa capacidade de ajudar, fazendo na prática, há quarenta anos, o que hoje chamam de “serviço voluntário”.

Obrigado, Nelson de Assis Barros!

Cinema, eterna diversão

A última grande invenção em Itabuna, que nos foi ofertada com a chegada do Shopping Center, é o cinema. Recuperando uma arte de que nos havíamos distanciado há anos, desde que o Cine Itabuna se transformou em entreposto da salvação eterna, muito nos temos divertido com a mais do que centenária invenção dos irmãos Lumière.

Eu, pessoalmente, me farto, sempre que o tempo curto e o preço largo do ingresso me permitem, com os grandes espetáculos. Mas, assumidamente *gauche* na vida, tenho tido mais olhos e ouvidos abertos para a platéia do que propriamente para a tela. Talvez porque, na primeira, o espetáculo seja inteiramente natural e patético como a própria vida, enquanto o da tela é maquiado pela técnica e pelas exigências do mercado.

O cinema, chamemos assim, “itabunense” nos chegou um tanto estereotipado, “amarrado” ao saco de pipocas, sendo que, em alguns momentos, a sala de exibição assemelha-se a um pequeno restaurante ou, se exagero, a um parque de diversões. Adolescentes discutem o tipo de refrigerante, discutem quem do grupo vai ter de sair da sala para fazer a compra, discutem até a formação de uma “vaquinha” que cubra as despesas, tudo de forma democrática e aberta, sem culpa ou preocupação com o silêncio exigido por velhos “tios” como eu.

Também não é incomum que, quando o “comprador” já está a caminho, alguém se levante e lhe passe, na maior

sem-cerimônia, este lembrete oportuno, em voz pouco mais alta do que o necessário: “Eu quero a minha com muita manteiga e muito sal!”.

A quem foi lá simplesmente assistir ao filme, sem maiores interesses gastronômicos, não se dá maior importância: as conversas são constantes, celulares tocam, ordens são dadas e recebidas, urgências são resolvidas.

O filme das 19h30, para desconforto de muita gente, começa às 19h30. E isto significa que os retardatários vão nos atrapalhar os instantes iniciais da projeção, enquanto o vagalume (também ele um involuntário agente da atrapalhação) procura acomodar as PSR (Pessoas Sem Relógio) que, conforme costuma acontecer com esse tipo de gente, se sentem cheias de direitos e exigências. Aos trancos e barrancos, perdendo algumas cenas, a platéia se acomoda, bebe seu refrigerante, mastiga suas pipocas e, eventualmente, vê o filme. E nesse aparentemente prosaico ato de “ver o filme”, mora um grande perigo: surgem os “narradores” – aqueles que, como se fossem os únicos a entender a história, tratam de contá-la.

Dia desses, um casal à minha frente deixou claro como se torna irritante essa prática. O marido, ao que me pareceu, não ouvia bem e, provavelmente, entendia pior ainda, o que teria levado sua companheira a, carinhosamente, lhe explicar algumas cenas. Numa delas, Julia Roberts devolve, num envelope, a aliança de casamento para George Clooney, como sinal de separação. A mulher vira-se para o marido:

– Devolveu a aliança!...

Ele, de volta:

– Como é?

Ela, agora em voz meio tom mais alta:

– É a aliança...

– Não era a mulher dele?

– Era, bem, mas ela não quer mais viver com ele...

Levantei-me, abandonei a sessão e fui comer pipoca lá fora, quando me assaltou a lembrança de Madureira.

Era o operador do Cine Maracanã em Buerarema – e, pela sua vasta cabeleira em formato de limalha de ferro, ganhara o gentil apelido de “Cabelo de Rasgar Fronha”. Tinha entre suas manias a de ver o filme antes da apresentação ao público, na quinta-feira, quando os rolos chegavam pela marinete da Sulba. Na sexta, noite da estréia, Madureira dava um jeito de abandonar o projetor e, sentado na platéia, com ares de importância, antecipava as cenas para seus amigos, eu entre eles:

– O bandido vai puxar o revólver, mas Hopalong Cassidy vai arrancar a arma da mão dele com um só tiro! – E assim acontecia, para Madureira voltar à carga:

– Eu não disse? – E continuava: Agora, a mocinha vai...

Até que alguém menos tolerante gritava lá atrás, em tom ameaçador:

– Cala a boca, Madureira!

Intimidado, ele se recolhia ao trabalho, regressava a seu anonimato, mas satisfeito da vida por ter mostrado àquela rapaziada ignorante quem realmente entendia de cinema naquela cidade.

Tenho, ao participar com entusiasmo da mais importante diversão de Itabuna, me lembrado, “com orgulho e com saudade”, de Madureira, hoje já meio careca, mas vivo, são e inteligente. Dele, posso testemunhar, foram-se os maus cabelos, mas ficou a boa cabeça. Brindei a isso com mais um saco de pipocas. Com muito sal e manteiga.

Para uma menina sem cabelos

Confesso que gostaria de produzir um grande texto, mas sem preocupação em renovar as técnicas, redescobrir a linguagem ou reinventar a gramática.

Seria um texto pequeno, nada além de uma página de ofício em fonte 14, tamanho suficiente para ser lido por velhos de vista cansada e moços de visão aguda, destinado a reinventar as pessoas e modificar seu comportamento. Esse texto, único, definitivo, final e acabado, viria ao mundo para incendiar corações, despertar paixões, acordar alegrias e motivar esperanças, sepultando em cova funda tormentos e tristezas. Mesmo que não levasse o leitor a pegar em armas, atear fogo aos escaninhos do governo e fazer transformações profundas na sociedade, ainda haveria para ele um destino nobre. O destino de levar esse leitor desavisado a pegar em flores e olhar pores-do-sol, rir de tudo o que é risível e concluir que o mundo é belo, que a vida vale a pena, e que ele descobriu isso tudo com a leitura do meu texto.

Plastificada, andaria essa página nas bolsas das madames e no porta-luvas dos seus carros, na pasta de sisudos senhores, entre cadernos de adolescentes, pregada no banheiro das meninas, entre os pertences desorganizados dos meninos, papel de parede no computador das empresas. Caso fosse destruído durante invasão do rio na Bananeira, a dona do barraco por ele choraria lágrimas grossas, mais do que pelo

seu televisor ainda não pago ou sua mesa com acompanhamento já reduzido a três cadeiras.

O bandido, quando preso, diria: “seu delegado, por Deus, me prenda, me tire tudo, até o celular e as visitas íntimas, mas não me prive desse texto, pois ele é minha farinha e minha cachaça, meu consolo, minha droga e minha derradeira esperança de redenção”. E o delegado, durão por fora e bondoso por dentro, pensaria “eu sei do que ele está falando, pois também para mim a vida perderia o sentido sem esse texto”.

Os críticos literários, inicialmente de nariz torcido, diriam: “mas que texto horróroso!...”

Entretanto, após leitura de má vontade, sairiam em desenfreada carreira à procura de um teclado, no desejo incoercível de produzir páginas e mais páginas de ensaios, análises, exegeses e opiniões absolutamente favoráveis a essa surpreendente renovação do falar e do dizer (que, na abalizada opinião do contista Hélio Pólvora, não significam, em absoluto, a mesma coisa).

Um lavrador do Serrado de Buerarema, à noite, sob a luz bruxuleante do placa, e se sentindo premiado pelo imenso esforço de soletração, diria à sua atônita cara-metade: “isto foi a coisa mais porreta que eu já vi em todos esses anos de plantar maniva, arrancar mandioca, fazer farinha e tirar leite da vaca”. Uma menina triste e de cabeça raspada, internada no Hospital Manoel Novaes às expensas do GACC, ao entrar em surpreendente processo de recuperação, enfeitado o rosto com amplo e maravilhoso sorriso, diria (logo ela, que se recusava a falar havia vários dias), compenetrada feito uma criança: “a escrita maluca desse tio desconhecido me fez tão bem ao corpo e à alma, que me sinto como se nunca tivesse adoecido. Quero ir para casa, quero de volta meus cabelos, minha escova, minha boneca e minha esperança!”

A cura milagrosa da menina do GACC seria o mote

para os médicos de todo o Brasil, que, em congresso extraordinariamente convocado, discutiriam, relatariam outros casos clínicos e chegariam à conclusão de que “esse texto precisa ser urgentemente incluído no arsenal terapêutico disponível contra a leucemia infantil, pois tem características de primeira escolha para o enfrentamento da doença”. E outros provariam, com estudos científicos, que a eficácia do texto não é só contra a leucemia, mas igualmente contra insônia, taquicardia, depressão, chateação, calo seco, falta de dinheiro, angústia e dor de cotovelo (contariam até a história não comprovada de um prefeito que, após sua leitura, arrependera-se de ser corrupto, virara honesto e até devolvera pequena parte do dinheiro público que roubara).

O dono do “meu” banco, carrancudo e importante, daria uma olhada no papel, para, logo em seguida, de pé, dedo polegar espetando funcionários e clientes surpresos, afirmar, categórico, claro, eloqüente e insofismável, em voz trovejante que “nunca, jamais, em tempo algum, nessa minha longa e vazia vida de contar cédulas e moedas, vi um humor tão contagiante e inteiramente de graça, sem juros, taxas ou correção monetária”, enquanto prenderia entre as mãos a barriga gelatinosa, sentindo o regresso do riso, que o abandonara sabe Deus quando.

Nos estádios, em domingo de futebol, torcedores do Flamengo e do Vasco, irmanados no mesmo gosto, fariam coreografias malucas e gritariam a pulmões plenos, no maior jogral de que se tem notícia, esse pequeno texto, contagiando pela tevê, ao vivo e em cores, brasileiros e brasileiras de todos os quadrantes e sotaques, do Oiapoque ao Chuí, incluindo o glorioso Estado do Ceará e o povo do Xingu.

E, assim, montado em tantas opiniões favoráveis, o texto se espalharia por aí, disputado por gregos e baianos, donos de jornais e jornalistas, revistas e livrarias, editores se

engalfinhando para publicá-lo em encadernação de luxo. Pela *internet*, devidamente traduzido em 42 línguas vivas, ele ganharia o mundo, atingiria países nunca dantes imaginados, sensibilizaria pessoas de variadas cores de pele, tendências religiosas, ideologias e preferências sexuais. E o mundo inteiro, chorando de tanto rir, e por isso se achando bom, bonito, salvo e habitável, aprovaria, em uníssono, esse pequeno e desprezível trabalho de cronista semanal do interior.

Por fim, um japonês, desses que ficam debaixo do Brasil, sintetizaria as opiniões do mundo, com poucas e certas palavras, após ler o texto em moderníssimo PC e abrir as comportas de sua represada emoção, uma lágrima indiscreta a rolar pelo olho rasgado: “mas que impressionantemente engraçadas são as bobagens escritas por esse menino aluado de Buerarema, e que condão tem o texto dele de curar todo tipo de infelicidade, de qualquer pessoa, em qualquer lugar e em qualquer língua”.

Este era o meu texto.

Com afeto, com biscoito

Divulgaram por aí que Gilberto Dantas Bastos (seu Gilberto da Padaria), de Buerarema, depois de contabilizar 86 anos neste vale de lágrimas, se cansara de viver.

E porque estava assim cansado de tanto ficar vivo, arrumou as malas e morreu de repente, nos poupando de choro, velas, preocupações e sobressaltos. Diziam ainda esses boatos que seu Gilberto da Padaria, ao perceber a chegada da hora final, dera a notícia apenas a uns poucos mais chegados, cuidando para que ninguém fosse atingido pela calamidade, a não ser na segunda-feira, já passada a hora do choque e do velório. As mesmas notícias davam conta de que tudo teria acontecido bem ao seu estilo discreto, que ele escolhera morrer num domingo, dia em que os amigos estão em lugares incertos e não sabidos e, assim, naturalmente imunizados de trabalho desagradável e notícia ruim.

Não tive dúvidas de que tudo era mentira das mais deslavadas, coisa de gente que não tem o que fazer. Mas era tanta a insistência, eram tantos os ares de verdade que comecei a desconfiar de que, nesse emaranhado de mentiras, poderia esconder-se alguma coisa desagradavelmente séria...

O Gilberto Dantas Bastos que eu conheci menino poderia ser apontado, aos 86 anos, como prova de uma tese, atualmente em moda, que afirma ser o bom humor ingrediente fundamental para se viver mais, enquanto a raiva nos adocece

e nos remete precocemente ao acerto de contas com o Criador. E o Gilberto Dantas Bastos que vi há menos de um mês mostrava-se um homem que chegou a essa idade incomum com plena e clara visão do mundo que o rodeava, lúcido, sempre pronto a rir de uma boa piada, quando não as fazia ele mesmo, até com coisas ditas sérias. Mas nunca, nem antea-tem nem hoje, foi nenhum *clown*, nenhum palhaço, nenhum velhote metido a engraçado, do tipo que anda por aí a nos constranger com gracinhas sem graça nenhuma: sabia o momento exato do chiste, não fazia deste uma profissão, apenas se valia das oportunidades. Até cultivava certa timidez, mostrando-se reservado com desconhecidos.

Era homem dos mais corretos, esse seu Gilberto da Padaria, amigo dos amigos, sofrido quando seu modo político independente de ser feriu algumas susceptibilidades na provinciana Buerarema. Não diria que fez inimigos, não tive o desprazer de conhecer nenhum deles. Mas que provocou, com suas posições claras e definidas, alguns ressentimentos à direita e à esquerda, é inquestionável.

Nos últimos anos, enfrentou dificuldades financeiras próprias da fase ruim da cacauicultura, em muitas noites perdeu o sono, mostrava-se angustiado, na tentativa quase desesperada de amortizar um empréstimo bancário ou (supremo arcaísmo) “dar satisfações ao gerente do banco”, coisa que ninguém mais faz. Enquanto a economia cacauêira se esvaía pelos ralos da incompetência das políticas públicas, endividada como um todo, seu Gilberto da Padaria raciocinava como se fosse o único devedor. O argumento de que “todos” estavam em dificuldade não o confortava: com ele, dinheiro tomado ao banco era dinheiro devido e o que se deve é pra ser pago, no dia aprazado. Nem que seja dando tratos à bola noite a dentro, em volta do próprio travesseiro.

Esses problemas financeiros, de dimensões inferiores a

seu patrimônio arduamente construído, chegaram até a lhe reduzir a verve, houve tempo em que já não sorria tanto. Mas em nenhum instante transformou suas dificuldades particulares em queixas públicas, não enveredou pelo patético caminho da autocompaixão. De sua situação financeira só tinham conhecimento os mais íntimos, e estes sabiam que ele, por formação, dava aos problemas um pouco mais do que a verdadeira dimensão deles.

Imaginei que, mais cedo ou mais tarde, o telefone iria tocar, com alguém dizendo que seu Gilberto da Padaria não morreu, tudo não passara de mais uma brincadeira de sua lavra, agora que ele recobrou o bom humor, após negociar os compromissos financeiros. Mas a desagradável sensação que me toma nesta quarta-feira, três dias depois do enterro, é que ele não estava brincando, não estava fazendo piada, a notícia de sua morte não é fofoca de comadres, o desmentido não virá. Sou forçado a admitir que Gilberto Dantas Bastos, comerciante, político, cacauicultor e, principalmente, homem bom, morreu de morte morrida, no último domingo. Por coincidência, dia de futebol, logo ele, árbitro respeitado das mais renhidas pelepas do famoso esporte bretão em Buerarema. Tenho a impressão de que a morte de seu Gilberto da Padaria encerra um ciclo, uma geração de homens limpos e puros, vindos de uma época em que os negócios eram levados a sério, compromissos eram pra ser cumpridos, palavra era pra ser honrada.

Já sem dúvidas de que seu Gilberto da Padaria se foi, suave e discretamente, num domingo azul de sol, praia e bola, choro lágrimas discretas e alimento esperanças de que os céus o recebam, dentre outras honrarias de direito, com afeto, divinos biscoitos “palito” e bolachas-de-coco, devolvendo ao antigo padeiro aquele gosto de infância com que sua padaria acariciou o paladar de minha geração.

O homem de álcool atrás

“Não! Eu não tenho vícios pequenos!” – respondia o jornalista, cronista, bebedor e professor de Direito da (então) FES-PI, Manuel Lins, à beira do balcão do Pingo de Ouro, em Buerarema. Essa manifestação de fingido mau humor vinha quase sempre que lhe perguntavam se fumava, ou coisa semelhante.

Pura retórica de alguém que achava românticos os vícios, mas que não os cultivava, nem grandes nem pequenos. O único, se procuramos algum, era a cerveja, mesmo assim vício de pouca monta e efeitos menores, pois embolava a voz na segunda e, na terceira garrafa, ficava em plenas condições de ser levado para casa, trocando as pernas, encerrada a farra.

Apesar da fama que o seguiu pela vida a fora, sou forçado a confessar, em nome da verdade histórica, que o nosso Manuel Lins não era esse bebedor todo que o folclore municipal registra. Foi, digamos assim, mais teórico do que prático, com uma resistência nada comparável a Carlos Dubois, por exemplo. Era, sim, solidário, mesmo aos cochilos, com presença até o final de festinhas em família, de serenatas com mestre Alcides e Joel de Bandurra ou dos grandes bailes no Líder Social de Buerarema. Mas sempre um bebedor (Deus me perdoe a inconfidência, o palavrão e a ofensa) moderado.

Bebedor renitente, se não na quantidade, ao menos na assiduidade, era o fazendeiro Agripino Rico, cujo nome, justíssimo, deriva de sua colheita superior a 15 mil arrobas de

cacau por ano. Homem forte, da antiga, simples, dedicado ao trabalho e amante do futebol, esse Agripino Vieira foi ingênuo o bastante para que alguns espertalhões lhe subtraíssem, em nome do glorioso esporte bretão bueraremense, muitas dezenas de cruzeiros. Mas nada que, graças a Deus, balançasse sua sólida conta bancária, erguida sobre pilastras de cacau a mais de 3 mil dólares a arroba.

Certo dia, motivado por umas complicações no estômago, Agripino procurou dr. Elias Couto Almeida e, após os exames de praxe, dele ouviu a sugestão de que era urgente parar de beber, sem o que sua gastrite iria crescer e se espalhar feito erva daninha pelas mucosas do estômago, causando-lhe estrago irreparável. A sugestão foi aceita com surpreendente rapidez.

– Assim sendo, deixo de beber ainda hoje – afirmou, para espanto do médico.

Nessa mesma tarde, procurou a Farmácia Maria, do farmacêutico Juarez Santana, e, do alto de sua importância, decretou a Afonso, o balconista:

– Me dê um vidro de Biotônico Fontoura, o maior que você tiver aí nessa butica!

Ajeitou como pôde o vidrão enorme no bolso da calça de mescla azul, transformando-se de imediato numa espécie de homem de álcool atrás, se me perdoam o péssimo trocadilho. Desse dia em diante, passou a ingerir, a espaços regulares (na hora do almoço, do jantar, antes e depois do banho, quando estava frio ou quando fazia calor, se alegre ou aborrecido) um cálice do remédio. Se flanando na rua ou vistoriando fazenda, por falta de cálice, servia-se no gargalo, com igual responsabilidade, sempre lambendo os beiços de prazer e alardeando, orgulhosão da silva, que deixara de beber, atendendo a recomendação médica, pois “cachaça não bota ninguém pra frente”. E Juarez Santana, sorrindo de orelha a orelha, vendia Biotônico como se fosse pão quente da Padaria de seu Gilberto,

em quantidades que jamais vira e jamais veria.

E assim seguiu Agripino Rico pela vida a fora durante uns dois meses, até o dia em que se viu forçado a voltar ao médico, com discreta dor no estômago, pele coceirenta, irritadiça e encaroçada, como se seu dono tivesse se deitado em colchão de urtiga braba.

Dr. Elias, no olho clínico, logo suspeitou de intoxicação medicamentosa. Na anamnese, defrontou-se com aquele inesperado Biotônico tomado em generosas talagadas e que, potencializando a medicação prescrita, estava a provocar um efeito devastador no organismo do paciente, com sinais gritantes na pele.

Seu Agripino apenas substituíra uma forma de álcool por outra, usando um truque de homem esperto para convencer as pessoas (incluindo ele e o médico) de que parara de beber.

Sensível, dr. Elias sabia encontrar-se diante de um caso atípico, sendo preferível que tão estranho paciente continuasse a beber sua cachaça *Vaidosa*, desde que em doses sensatas, a se vangloriar de não bebê-la e trocá-la por uma mistura à base de álcool, que lhe faria mais mal ainda.

Montado em tão sábia decisão científica, Agripino Rico abandonou o Biotônico, que passou a considerar bebida de alta periculosidade, e retornou ao uso regular da cachaça de cabeça de alambique, viveu anos e anos, colheu muito cacau, plantou muitas árvores e fez muitos filhos, dentre os quais Raimundo, Zeca, Chico e Ilda. Se não escreveu livro, foi porque sempre gostou mais de ser personagem do que autor.

E levou a vida sob controle até o dia em que resolveu morrer. Tomou a saideira e viajou tranqüilo, feliz e rico, sonhando com florações promissoras de safras monumentais, até porque, fosse em constantes libações no *Pingo de Ouro* ou em andanças pelas suas muitas fazendas de cacau, jamais ouvira falar em vassoura-de-bruxa ou outros desenganos assemelhados.

Dom Quixote no Piauí

Ao falar de Dom Quixote, Drummond questiona se loucura é ser cavaleiro andante ou é segui-lo como escudeiro:

*De nós dois, quem o louco verdadeiro?/
o que, acordado, sonha doidamente?/
o que, mesmo vendado, vê o real e
segue o sonho de um doido pelas
bruxas embruxado?.*

Em meio a tantas notícias de guerra, intolerância religiosa, corrupção e desesperança do homem, passou-me despercebida a notícia de que morrera no Piauí um certo Clidenor de Freitas, autoconsiderado “grande amigo” de Dom Quixote. Creio que eventuais leitores desta coluna vão gostar de saber que Clidenor de Freitas era psiquiatra.

Vidrado no *El Ingenioso Hidalgo Dom Quijote de la Mancha* (abreviado para *Dom Quixote*) de Cervantes desde os dez anos, formou a maior coleção dessa obra de que se tem notícia em território brasileiro. São mais de 200 edições, além de variados tipos de imagens e ilustrações sobre a saga do cavaleiro andante.

Possuía curiosidades, como uma edição espanhola de 1952, em dois volumes, pouco maior que uma caixa de fósforos, outra de Lisboa, de 1878, anormalmente grande, e, a mais

rara da coleção, uma espanhola, de 1930. O médico, para marcar de vez seu entusiasmo pelo personagem de Cervantes, mandou erguer uma estátua de três metros, em frente à sua clínica em Terezina, imortalizando em bronze o cavaleiro da triste figura.

Miguel de Cervantes plasmou nas páginas do *Dom Quijote* um nobre, Alonso de Quijano, que enlouqueceu porque lia romances de cavalaria, muito populares na época, coisa de qualidade literária duvidosa, talvez uma espécie de novela das oito da Globo, no século XVII.

Dois grandes *best sellers* da época, *Orlando Furioso* e *Amadis de Gaula*, estão entre os livros citados por Cervantes como pertencentes à biblioteca de Dom Quixote. De tanto ler aquelas coisas, o nobre passa a imitar seus heróis preferidos, a ponto de perder o contato com a realidade.

O livro resultou em seis edições no mesmo ano em que foi lançado e, pela vida a fora, foi o mais traduzido do mundo, com exceção da Bíblia. Resenhas, críticas, análises e ensaios sobre ele, do ponto vista literário ou psiquiátrico, encheriam estantes.

De tal forma impregnado pelos ideais cavalheirescos de amor, paz e justiça, o nobre Alonso de Quijano se prepara para sair pelo mundo em defesa desses valores, tal como faziam os heróis que ele lera. Proclamou-se *Dom Quijote de la Mancha* (Mancha era a região onde ele morava), transformou uma camponesa em “sua” dama da mais alta nobreza, dando-lhe o título de Dulcinea del Toboso, convocou para escudeiro um pobre camponês chamado Sancho Pança, abandonou poltrona e livros, vestiu-se de cavaleiro, montou num cavalo velho, agora “batizado” de Rocinante, e foi enfrentar as maldades do mundo. Acabara de passar de leitor a personagem. Estão juntos, portanto, os dois “loucos” da dúvida de Drummond: o cavaleiro andante e seu seguidor.

“Dom Quixote representa o lado espiritual e nobre da natureza humana, os valores da honestidade, do amor e do ideal, tão marcantes nos romances de cavalaria. Já o escudeiro Sancho Pança, cheio de responsabilidades, preocupações, senso prático e interesses financeiros a resolver, vive num universo oposto” – explica Clidenor de Freitas.

Os dois são o sonho e o feijão. A viagem deles em busca de aventuras mostrará sempre essa dualidade, com uma narrativa no plano imaginário, o mundo do cavaleiro, e outra no plano realista, representado pela visão do escudeiro.

É notório o amor que o fidalgo dedica a seus sonhos, vivendo neles como se só existisse aquela maneira de ver o mundo. O nobre endoidecido anda pela Espanha como se fosse um grande herói saído das páginas dos livros, com a imaginação delirante “vendo” suas ridículas aventuras parecidas com as maravilhosas proezas lidas, mediante alguns ajustes na realidade: trata monges como feiticeiros e luta com moinhos de vento como se fossem gigantes malfeitores, convencido de que apenas homens destemidos como ele poderiam derrotá-los e, assim, trazer paz e justiça para a Espanha. Ele ama, respeita e entende tão bem esse mundo que às vezes nos confunde: “esse fato é de verdade ou é mais um dos sonhos do Quixote?”.

No final, o “herói” volta para casa, já cansado de guerra, recupera a razão e “reassume-se” como o nobre Alonso Quijano. Mas o próprio Sancho Pança, seu oposto no plano imaginário, o anima a partir em busca de novas façanhas heróicas! Assim, entre realidade e imaginação, Miguel de Cervantes não toma partido de nenhum dos dois mundos. “Fica a cargo do leitor perceber que talvez não exista nada real que não tenha um pezinho na imaginação, nem nada que, vindo da imaginação, não possa pisar com cuidado na nossa realidade” – interpreta o psiquiatra.

Ele joga sobre o livro de Cervantes as luzes da ciência,

afirmando que o personagem, mesmo tomando moinhos de vento por inimigos, não é louco, “mas de uma profundidade extraordinária”, pois “mostra como pensa o homem, como o ser humano funciona”.

Aos que não concordam com tal entusiasmo, é conveniente lembrar que Clidenor de Freitas anda em boas companhias. Dostoievski, por exemplo, disse que “*Dom Quixote* é a última e mais sublime palavra do pensamento humano.” Jorge Luís Borges, o bruxo argentino, decretou que “poderiam perder-se todos os exemplares do *Quixote*, em castelhano e nas traduções; poderiam perder-se todos, mas a figura de Dom Quixote já é parte da memória da humanidade.”

Bem empregado para esse Miguel de Cervantes y Saavedra, um gozador espanhol que queria ridicularizar aqueles livros de cavalaria, cheios de histórias fantásticas. Sua brincadeira lhe saiu pela culatra: sem querer, criou a mais fantástica história de cavalaria de que a humanidade tem notícia.

Emprego inesquecível

Neste Dia do Trabalhador (que muitos ainda insistem em chamar de “do Trabalho”), quando fecho esta conversa semanal, parece oportuno relembrar minha primeira e inusitada atividade remunerada.

Era Buerarema, à época em que, no Ginásio Henrique Alves, mantinha meus contatos iniciais com a literatura. Mesmo modesta, a biblioteca do Grêmio de Movimento Cultural Bueraremense (GMCB) nos facultava encontros fortuitos com grandes escritores e nos levava a descobertas de profundo e permanente prazer. Tantos anos depois, considero muito rendoso esse começo com as letras, pois, se não me tornei alguma espécie de literato (argh!), com linguagem rebuscada e fraseado imaginoso, ao menos aprendi a ter algum respeito pelos livros, aos quais não costumo chutar as partes baixas, nem puxar as orelhas.

Daquelas estantes com portas envidraçadas retirei, para leitura à luz oscilante do placa, os épicos de Jorge Amado, o estilo seco de Graciliano Ramos, o verso libertário de Castro Alves. Lá estavam, igualmente encadernados em papel manteiga, os portugueses Eça de Queiroz, Herculano, Antero de Quental, Guerra Junqueiro. Todos eles, lusitanos e brasileiros, muito colaboraram para que este depressivo produto que aqui se apresenta enchesse de pucumã os brônquios, bronquíolos, nariz e garganta. Em nome da arte, amarguei muito olho

vermelho e tosse matinal.

Mas nem só nessa “erudição” arrotada acima bebeu este locutor que vos fala. Com um pé no popular, captei nas ruas e nos bares, diretamente da boca do povo, um pouco de poesia, evidentemente clássica, bem rimada, bem medida e acentuada, embora de versos que, mesmo nesta época de tolerância, se publicados, além de me custar o emprego, deixariam frades de pedra corados até a raiz dos cabelos.

Quase toda essa lavra poética colhida na oralidade do bar de Zé Bagana já esqueci, em nome de Deus, da moral, dos bons costumes e da conveniência de adulto. No entanto, a velha memória, utilizando seu sagrado direito de dar cambalhotas, insiste em manter traços de uma dessas composições, por sinal das mais ingênuas, mesmo assim de publicação discutível, que certamente escandalizaria o pastor Freitas e a professora Aflaudísia e, jamais, em tempo algum, receberia o *imprimatur* do padre Granja.

Trata-se do poema “A flor do cume”, de autor anônimo (dizem que um soldado, presumivelmente desocupado), que, a propósito de contar a lírica e ecológica aventura dum indivíduo que plantou uma roseira no alto da serra (e, menino, eu imaginava ser a veneranda Serra do Jequitibá), produzia uma série memorável de cacófatos. A poética desse soldado desconhecido abriga versos de extraordinária qualidade literária, como estes:

*Quando vem a chuva fina
Salpicos no cume caem,
Formigas no cume entram
Abelhas do cume saem;
Mas se vem a chuva grossa,
A água do cume desce,
A lama do cume escorre,
O mato do cume cresce...*

Quem quiser se deliciar com “A flor do cume” que procure Afonso Santana, em Buerarema, misto de poeta, pesquisador de mosquitos patogênicos, aposentado da Ceplac e cultor das belas letras, com especialidade em poesias esquisitas – que ainda se lembra do texto completo e é muito Afonso Santana para recitá-lo inteiro, com suficiente engenho e arte, voz bem colocada, entonação certa e gesticulação pertinente. Mas eis que me perdi do assunto e enveredei pela poesia. Saio desta para entrar na história, como disse aquele presidente.

Eu pretendia dizer que em Buerarema tive meu primeiro trabalho remunerado, que não foi um empreguinho qualquer, mas coisa de muita responsabilidade e lirismo. Com imensas pernas de pau, uma bola no nariz e voz ampliada por megafone, o palhaço do Circo Nerino gritava:

– Hoje tem espetáculo?

E eu, no meio da meninada, respondia com aquele entusiasmo de que só as crianças e os loucos são capazes:

– Tem, sim, senhor!

– Oito horas da noite?

– Tem, sim, senhor!

– Hoje tem marmelada?

– Tem, sim, senhor!

– E o palhaço, o que é?

– Ladrão de *mulê*...

Esta chave de ouro variava. Às vezes, o palhaço berrava, simplesmente: “Então arrocha, *negada!*”. E nós, a *negada* feliz:

– Uhhhhhhhhh!!!

Outro texto, em tom mais cantado do que falado, era este, com a *negada* fazendo uma espécie de contracanto com o palhaço, cuja prosódia nem sempre era compreensível:

– O bom barqueiro da usina...

– Eu não, meu bem!

– ... tá danado pra *robar*...

- Eu não, meu bem!
- ... tanto *roba* na balança...
- Eu não, meu bem!
- ... quanto *roba* no pesar!

Era um estranho patrão, que não nos pagava em dinheiro, mas com a poesia do seu espetáculo, “oito horas da noite”, caso lá comparecêssemos com o sinal que identificava os integrantes do seu *backing* vocal.

Esse ingresso especial, representado por uma cruz a carvão feita no punho, nos exigia ginástica indescritível durante o banho (para que não fosse lavada e apagada) e ainda durante a ceia (a fim de que o “ingresso” não fosse percebido pelos adultos). E não eram poucas as vezes em que outra estratégia teria de ser armada incluindo ter de pular a janela do quarto para a rua (os adultos nos imaginavam dormindo a sono solto), e fugir para o grande espetáculo de palco e picadeiro, enquanto eles ouviam “O direito de nascer”. O que não se faz pela arte!...

E vocês, pessoas crescidas na cidade grande, não pensem que, ao chegar esbaforidos à porta do Circo Nerino, nós alimentávamos algum tipo de constrangimento. Muito ao contrário, estávamos impados de orgulho por aquela conquista que dependera apenas de nós mesmos, de nossa voz, competência e cara de pau.

Éramos todos trabalhadores e, de certa forma, poetas, muito bem pagos.

O dia em que soltei Pepeu Gomes

A infância em Buerarema me deu certa habilidade para identificar sangue-de-boi, garrincha, canário-da-terra, lavandeira, anuns pretos e brancos, caga-sebo, rolinhas, sabiás, papacapim, passo-preto, curió, gurim e cardeal. Mas isto não é suficiente para reduzir o mar abissal de minha ignorância sobre pássaros, pois, adulto, pouca intimidade tive com esses pequenos bichos de pena, bico e asa. Se alguma vez os aprisionei em gaiolas, vanglorio-me de que, em manhã de sol, soltei-os todos, em bando e em revoada, supostamente para a liberdade. Nesse desvario libertário me foi até um coleiro-do-brejo, muito popular entre as crianças, bom cantor, mas que deixava dúvidas sobre se era macho ou fêmea. Por essa indecisão, numa atitude típica da intolerância dos anos de chumbo, foi maldosamente apelidado de Pepeu Gomes.

E que o Ibama e os defensores das minorias não se valham destas confissões domingueiras para meter o nariz em assunto particular, pois o crime está prescrito, dele não existe prova material, o que me transforma num cidadão acima de qualquer suspeita, conforme o mais honesto dos políticos.

Tenho travado uma relação mais ou menos recente com um casal de sanhaços que frequenta a aceroleira do meu pequeno quintal. Amizade nova, ainda cheia de desconfianças e ziguezagues, eu na observação discreta, eles com um pé atrás, eu deixando marotamente água fresca e restos de frutas, eles

fazendo que não querem mas querendo, a bicar essas ofertas tão logo me imaginam ausente.

São minhas tentativas de aproximação e carinho, que eles, talvez justamente prevenidos contra visgueiras, alçapões, gaiolas e cronistas, colocam sob suspeita.

Mas estamos fazendo progressos. Todo dia os dois chegam de mansinho, empoleiram-se na pequena árvore e dali saúdam a manhã, ao menos até que os pardais os expulsem. Estes, identificados por um barulho estranho a que certamente chamam de canto, são indivíduos surpreendentemente aguerridos, senhores de um território do qual ninguém lhes deu escritura ou qualquer outra forma de direito de posse.

Tomaram o local no peito e na raça, em feitio de sem-terra ocupando o bar sortido e deserto da fazenda do presidente FHC. Fazem questão, no entanto, porque são parasitas, de que o lugar onde se abancam seja produtivo e habitado (não por pássaros, que são concorrentes naturais, mas por gente), sem o que não lhes sobram restos, do que vivem sem cerimônia.

Montado o acampamento, fizeram da aceroleira seu quartel-general, base de operações, cabeça-de-ponte e atalaia: de lá vigiam a chegada de inimigos, saem para bicar o que encontram no chão, desde que se pareça com comida, namoram, passeiam, fazem ninho nos beirais, e, o mais grave, se reproduzem.

Senhores de fato da área ocupada pelo direito da força, defendem o local como se fossem *pitbulls* de asas, atacando a dentadas (o que digo?, a bicadas) qualquer pássaro estranho que lhes ameace a boa vida, não importa o tamanho do, aí sim, invasor.

Voltemos, no entanto, aos sanhaços. Esta subespécie que me visita creio que seja o sanhaço-de-coqueiro, chamado cientificamente de *Thraupis palmarum* (viram só?), pássaros canoros, bonitos no seu azul-esverdeado de organdi e, para azar

deles, pacifistas e finos (desde que solitários ou em grupos pequenos), incapazes de enfrentar de igual pra igual a grossura dos pardais.

Andei a ler umas coisas e descobri que o sanhaço-de-coqueiro, ao contrário da minha impressão inicial, é muito agressivo quando em bando ou em defesa do seu território. Se o assunto é proteção do ninho e da nascente prole, eles viram bicho e, como se armados até os dentes, botam a correr quem se aproxima.

Vá lá que seja, quando se trata de bandos habitando palmeiras ou assemelhados. Mas digo e provo, do alto das minhas observações, que, como invasores de aceroleiras previamente ocupadas pelos pardais, esses sanhaços são excessivamente tímidos, parece que nada aprenderam com José Rainha ou outros especialistas. Por eles torço a distância regulamentar, mesmo sabendo que me esforço em vão, como fazemos os torcedores do Flamengo.

A luta parece decidida, com um final que não é bem o que eu desejava: pardais mudos ou de canto rouco e desafinado expulsam os belos sanhaços cantores e ficam, como se reis fossem, a passear pelo quintal e bicar restos de alimentos. A não ser que os sanhaços voltem em bando e em bando se tornem competentes o suficiente, se não para expulsar os pardais, pelo menos para com eles dividir a aceroleira, pois, embora os litigantes não tenham pedido minha modéstia opinião de latifundiário, há espaço suficiente para os dois grupos. Ou os três, se tiverem a consideração de lembrar que a arvorezinha ainda tem dono.

Também na vida, as coisas têm sido mais ou menos assim: uns mais grossos, agressivos, aguerridos na sua faina diária de aparar migalhas, enquanto outros, que, discreta e educadamente, querem apenas seus direitos, freqüentemente são preteridos. Mas nos resta a certeza de que o bem é capaz de

vencer o mal, a nobreza tem valor universal e intangível, viver sem sonhos a sonhar e a realizar não é viver. Gostaria de dizer a esses sanhaços da minha convicção – talvez por efeito de releitura recente do *Dom Quixote* – de que os “outros” pensam que vivem, mas já estão mortos. De verdade, o paraíso na terra pertence aos ingênuos, aos que acalentam sonhos e utopias, aos que enfrentam moinhos de vento. E, principalmente, aos que cantam ou assoviam em manhãs de sol.

Na bola ou no apito

Em Buerarema, mesmo considerando que os tempos são outros, os torcedores fazem inevitável comparação e não conseguem entender porque tamanha celeuma em torno de Romário ser ou não convocado, assunto pequeno, de fácil resolução. Aqui, quando o Brasil Esporte Clube (BEC), verdadeiramente a nossa pátria de chuteiras (que, não por acaso, era verde-amarelo), tinha de adentrar o tapete verde, jamais se alimentou qualquer tipo de controvérsia: o time era uma democracia, desde que as decisões, inquestionáveis, fossem de Paulo Portela, dono, mentor, dirigente, cartola, técnico e centroavante titular do famoso esquadrão canarinho macaquense.

Paulo era um democrata tão ferrenho que, por ser torcedor do Vasco da Gama, colocou na sede do BEC um imenso pôster de Adhemir Menezes, dominando toda a cena do salão do clube. Ídolo de uma geração e, mais importante do que isso, ídolo de Paulo, o Queixada amarrava a chuteira e nos olhava do alto de sua fama, como a incentivar os que, como ele, se preparavam para entrar em campo.

Quando algum incauto e despeitado, provavelmente torcedor do Flamengo, questionava a presença da fera cruzmaltina, recebia de volta a informação de que “foi Paulo quem botou” e se recolhia de imediato à sua insignificância, de braço dado com o questionamento injusto e intempestivo, conforme o governo considera a greve dos professores.

Outra questão que nós não entendemos é esta de testar “n” jogadores na mesma posição e, ainda assim, só escalar o time na última hora. Quando técnico da seleção (1969), João Saldanha, que parece ter aprendido algumas manhas do futebol bueraremense, pensava ter acabado com essas práticas medievais, mas eis que elas estão de volta com Felipão e, diga-se de passagem, com todos os outros treinadores. Dão grande valor a essas bobagens, como se hoje, com a *internet*, espécie de *Big Brother* de Orwel, fosse possível não se antecipar a escalação de qualquer time do mundo. Em tempos de chips, cabos submarinos e outros mecanismos de espionagem, nem segredo de alcova existe mais.

O BEC, avançado no tempo, não admitia segredos. Era formado pelos de casa (Vadu, Teodolino, Armando, Valfredo, Luiz Pedreiro, Dorréia, Bieco, Dudinha, Adalberto, Elias, Almir do Buri, Nouca) e “enxertado” com alguns estrangeiros (Léo, Carlito, Asclepiades, Patuca, Luiz Neguinha). Gringo, apesar do nome sugestivo, não era estrangeiro, era local.

Entrava em campo quem estivesse em melhores condições, jogando bem e que não houvesse comido em demasia ou bebido além da conta, no almoço de confraternização. Este era assunto que Paulo resolvia numa simples e rápida avaliação psicológica, olho no olho: os irresponsáveis, de olhar enviesado e pedrês, meio pro sonolento, ar de saciedade, cara de quem solicita cama em vez de campo, recebiam sua dose de descompostura pelos excessos cometidos à mesa, e ficavam de fora. Tudo simples e fácil, que futebol não gosta de complicações.

Os adversários, a quem Paulo preferia tratar como inimigos, não eram a Argentina e a Inglaterra, e sim as igualmente fortes esquadras de Camacã e Jussari (e, mais tarde, a Associação Estudantil de Buerarema). Mas nem só desses jogos se alimentava nossa fome de bola: foram vezes sem conta que times de Ilhéus, a exemplo do Ferroviário e do Independente,

provaram as quase imbatíveis estratégias e táticas bueraremen-
ses no famoso esporte bretão. No tapete verde de Buerarema
desmoreram famas famosas como as do goleiro Ossada e do
ponteiro Taíca, que Deus tenha piedade de suas almas.

Vítima da desorganização histórica do nosso futebol, o
BEC deixou de contabilizar os títulos que ganharia, caso aqueles
embates, vencidos na técnica e, não poucas vezes, no grito,
não passassem de jogos, com licença da palavra, amistosos.

De verdade, o termo “amistoso” nunca foi destacado
no dicionário do futebol macaquense. Gente simples e ami-
gueira, sempre pronta pra uma boa farra, a cidade fazia uma
exceção radical, Paulo Portela à frente, quando o assunto era
jogar bola, usando uma adaptação de velho adágio: “amigos,
amigos; futebol à parte”.

As meninas até namoravam os jogadores adversários, mas
a intervalos regulares, antes do jogo, quando havia aquele gran-
de almoço de confraternização, com dirigentes, jogadores, dis-
ursos e variados salamaleques próprios da hospitalidade bue-
raremenense, e depois do jogo, a depender do resultado. Mas eis
que entre o antes e o depois havia o agora da peleja e, durante
esta, todo mundo transpirava patriotismo, os visitantes eram
alienígenas de alta periculosidade e, como tal, sujeitos a vaias,
xingamentos de mãe, eventuais pedradas e não incomuns pau-
ladas de bandeira, no caso em que a disputa tivesse que ser
decidida na mão e não no pé.

Aos adversários mais inteligentes, que perdiam apenas
na bola (sem que o árbitro Paulo Junot Borges, respeitável
agente dos Correios, precisasse intervir com algum pênalti
duvidoso e de última hora), e não forçavam Paulo Portela a
liderar ampla e irrestrita pancadaria, com paus de bandeirinha
especialmente feitos de jequitibá (que é madeira de dar em
doido), estava reservado o paraíso na terra: o baile no Líder
Social de Buerarema, namoro em compasso de dois prá lá,

dois prá cá, rosto colado, ao som do sax tenor de Pinheiro, o violão elétrico de Juarez Santana e a voz aveludada de Betinho Alfaiate. E mais, para animar a festa, cerveja e uísque com guaraná, tudo por conta da casa, que comemoração precisa ser feita por inteiro.

Bem sei que esses times que o Brasil vai enfrentar não têm cara feia nem tradição. Mas, a seguir a velha lição do futebol bueraremense, que é uma caixinha de surpresas, fosse Paulo Portela o técnico, além de levar Romário, ele reforçaria os paus de bandeirinha e, por mera questão de segurança, botava na mala também o árbitro Carlos Eugênio Simon. No sempre surpreendente esporte bretão, a gente nunca sabe quando vai precisar de um apito amigo.

A professora e o militar

Marcel Proust disse que o leitor não lê o autor, lê a si mesmo, no texto do autor.

No último dia 7, em solenidade na UESC, com a leitura lírica e generosa que a acadêmica Maria Luiza Nora fez do meu recém-lançado livrinho de crônicas *Luz sobre a memória*, esta lembrança me veio. Também entendo (e quem sou eu para discordar de Proust!) que o texto com pretensões literárias, longe de se constituir numa leitura única, fechada, cartesiana, abre janelas para múltiplos entendimentos. Há de criar cadeias de interpretações, pregar asas às costas do leitor, incendiar-lhe a imaginação, desencadear sentimentos, abrir *links*.

Uns poucos leitores encontram essas saídas em frases ditas ou sugeridas, também em frases que deixaram de ser ditas ou sugeridas, enquanto outros lêem o texto de forma linear e burocrática, dele não obtendo nada além daquilo que lhes salta aos olhos. Outros há, ainda, mais voltados para o lado pragmático da vida, que simples não nos lêem. E se sentem no direito de, mesmo assim, não gostar. Portanto, um livro já vale pelos poucos leitores que o entenderam e que, ao se apropriarem do texto, o multiplicam e o dividem com públicos eventualmente interessados.

A fala de Baísa Nora também me fez lembrar o Capitão Astor Badaró, que entra nesta história de forma inesperada e quase ilógica. Era um oficial do Exército que conheci já na

reserva, provavelmente como major, menos militar do que arduoso torcedor do Colo-Colo.

Todo domingo, com sol ou chuva, sentava-se na arquibancada do Mário Pessoa, magrinho, esgrouviado, estranho boné na cabeça grisalha e cigarro de palha a fumar entre os dedos, e dali, indiferente à torcida que o rodeava, aplaudia os acertos e reclamava dos erros do seu time, como se esses fossem direitos que exercia sem ter que dar satisfações a ninguém.

Vi pela primeira vez o velho Capitão bem antes desses domingos de futebol, quando me apresentei à CR, menino de Buerarema e estudante no IME, candidato a reservista de terceira categoria, procurando moleza, justificado pelo fato de minha cidade não ter, graças ao bom Deus, Tiro de Guerra.

À minha frente, na fila, um cidadão bem mais velho do que eu era atendido, não sei a propósito de quê, dando respostas a um formulário manuseado pelo militar:

– Sabe ler? – perguntou, à queima-roupa, o Capitão Badaró.

– Sou bacharel em Direito! – respondeu altivamente o interrogado.

– Não perguntei em que o senhor é bacharel, perguntei se o senhor sabe ler! – retrucou o oficial, sem sequer levantar os olhos do formulário, demonstrando a agudeza de raciocínio e a finura de tratamento utilizados na caserna.

Os iniciados em casernês estão cansados de saber que a pergunta “sabe ler” só comporta uma dentre duas opções de resposta: “sim” ou “não”, diretamente ao ponto, em linha reta, pois – e hoje reconheço que o militar, ainda que por linhas curvas, estava com a razão – ser bacharel em alguma coisa não significa saber ler. Pelo menos no sentido proustiano da expressão, esse “saber ler” não é apanágio de muitos, embora muitos sejam os que “pensam” que sabem ler.

A acadêmica Maria Luiza Nora, além dos seus títulos, mas não necessariamente por causa deles, atingiu de há muito essa forma de penetrar no texto alheio e ali apreender, em profundidade, o que nem sempre fica explícito em primeira e apresada leitura.

Num exercício de imaginação, penso que ela, embora em nada se denuncie como recruta do glorioso Exército brasileiro, daria, se estivesse na situação daquela vítima não identificada pela história, a resposta que o velho profissional verde-oliva, com seu raciocínio excessivamente limitado, gostaria de ouvir. Era juntar os calcanhares, levar à testa a mão direita espalmada e, sem medo de errar, assumir-se como proprietária desse privilégio reservado a poucos:

– Eu sei ler, sim, Capitão!

E o velho ranzinza, surpreendido por aquela resposta desaforada, levantaria a cabeça mergulhada em burocracia e, retirando os óculos que se escanchavam sobre o nariz, mediria a petulante de cima a baixo e lhe ordenaria, como teste definitivo e inapelável, a urgente leitura de um poema de Catulo da Paixão Cearense – poeta que ele freqüentemente recitava de memória – e, ao ouvir o ponto final, daria, de bom grado, o braço a torcer:

– É, soldado, seja bacharela ou não, seja ou não editora de livros, professora ou seja lá o que seja, tenho de admitir que você sabe ler...

O gol na garganta

O clima de copa do mundo que se instala no país me faz lembrar a conquista de 1962, acompanhada pelo rádio em ondas curtas, tempos em que se amarrava cachorro com língua, conforme já disse o filósofo Felipão.

Na época, ingênuo, eu ainda tinha um pouco de empolgação com a chamada “pátria de chuteiras” de Nelson Rodrigues, o que praticamente chegaria a zero sete anos depois, quando João Saldanha caiu da seleção, depois de erradicar todos aqueles procedimentos imbecis que presidiam (e presidem hoje) o futebol brasileiro. Mas a Copa-62 me ficou na lembrança, menos pelo futebol do que por uma aventura inusitada que vivi em torno dele. Explico, como Freud o faria.

Em Buerarema, habitava Ulisses Santana, cabo da briosa PM e que, nas horas vagas, treinava os estudantes para o desfile apoteótico do Sete de Setembro. Cheio de vocação para a vida militar, Ulisses era proprietário de inconfundível voz de comando, a tal ponto que, quando dizia “Henrique Alves, sentido!”, a população inteira de alunos, da primeira à quarta série ginásial, murchava a barriga, empertigava-se, juntava os calcanhares, colava as mãos espalmadas às coxas e assumia o recomendado “olhar de águia”, como se militares profissionais fôssemos, o que deixava Ulisses realizado.

No dia e hora do desfile, o militar era uma beleza de se ver, na sua impecável farda de gala, bem medido passo de

general de quatro estrelas, olho exigente passando em revista os alunos do velho e bom GHA, todos em rigorosa posição de sentido.

Ocorre que esse Ulisses, irmão do poeta Ivo Fontes (e pai do ator e também poeta Ramon Vane), era homem de gosto refinado, grande apreciador da boa cachaça *Vaidosa*, e, nas comemorações do bicampeonato do Brasil, tirou uma semana inteira de folga, para exercitar seu direito de patriota.

Em certa noite de sábado, já atingindo os limites da resistência etílica (postos a prova desde a sexta-feira), deliberou que suas privilegiadas cordas vocais abaritonadas estavam sendo subutilizadas com aqueles estudantes desinteressados das paradas militares, e que ele melhor faria se empregasse dito vozeirão não mais para comandar “um, dois, esquerda, direita, volver e sentido!”, mas para entoar boleros, xotes, maracatus e baiões.

Montado em tão grave deliberação, me procurou com urgência urgentíssima no primeiro bar, resolvendo que era hora de aprender “Frevo do Bi”, de Jackson do Pandeiro, *hit* que animava os festejos do grande acontecimento do futebol nacional. Devo dizer, despido de modéstia, que era do meu feitio dar uns dós de peito em altas madrugadas, quando mestre Alcides estava de veneta para suportar minhas aventuras canoras, justamente ele, que me aprovara em voz e afinação, mas diagnosticara uma genética e incurável falta de ritmo, que me fazia capaz de atravessar o compasso da música, ainda se fosse acompanhado por uma orquestra sinfônica.

Pois foi munido desses atributos, mais o auxílio luxuoso de Zito Calango (que pouco cantava, mas muito bebia e batucava na mesa), que aceitei a responsabilidade de introduzir Ulisses no *showbis* bueraremense. Aliás, não a aceitei, ela me foi imposta por ele que, em sendo autoridade militar em comando, assim decidira e decidido assim estava e haveria de ficar.

E lá fomos nós, sem ter escolha, ensaiando:

*Vocês vão ver como é / Didi, Garrincha e Pelé /
Dando o seu baile de bola.../ Quando eles pegam
no couro/O nosso escrete de ouro / Mostra o que é
nossa escola...*

Isto pode soar como coisa que parece muito simples aos olhos de leitores de hoje, mas que se constituía num emaranhado de colcheias, fusas e semifusas, algo absolutamente inalcançável pelo bestunho de Ulisses, já embotado pelo excesso de “comemorações”.

Ele quebrava ritmo e rimas, cantando “Pelé, Didi e Garrincha”, em vez de “Didi, Garrincha e Pelé”, embaralhava versos, desafinava, atravessava e, nos intervalos desse crime hediondo contra a música, ainda se achava no direito de reclamar da minha didática. Mas desistir, não desistia.

Enveredamos em longa jornada noite a dentro, vozes e ouvidos já cansados da repetição, mas Ulisses ali, firme, bebendo e cantando a seu modo particular, tão particular que já parecia antigo parceiro de Jackson do Pandeiro, tal a ousadia das alterações que impunha à letra do frevo.

Eis que lá pras tantas, ele parou pra respirar e eu resolvi pôr em prática minha vingança: contei ao insistente patriota bueraremense, para preocupação de Zito Calango, a piada de José Vasconcelos sobre o cara que ouvira *Juazeiro* (“Juazeiro, Juazeiro, me *arresponda* por favor...”) cerca de trezentas e trinta vezes seguidas e depois, feliz da vida, saiu cantando “Cajueiro, cajueiro...”.

Ulisses, sem sorrir, me olhou com olhos de tristeza e mágoa, dando a entender que, lá no fundo, apesar de todo aquele oceano de bebida, pressentira uma grande, uma inominável traição do seu “professor”, que tão grosseiramente

zombava de sua percepção musical. Seu tom era muito menos de zanga do que de decepção e desalento:

– Você está me gozando, rapaz? – conseguiu verbalizar, vozeirão quase encoberto por espesso cobertor de *Vaidosa*, cerveja e melancolia.

– Estou, mas foi o senhor quem começou... – respondi timidamente.

Ele me mediu de cima a baixo, passou a mão no rosto, como a espantar o sono, foi em crescendo do sorriso discreto ao riso aberto, grande, largo e sonoro, atingindo a altura da risada opulenta, em tom condizente com sua voz de comandante das tropas do GHA, as últimas amarras de conveniência soltas pelo álcool.

Embora me tenha forçado a repetir a piada, se bem me lembro, oito vezes, a cada repetição riu mais alto, desistiu da carreira artística naquela noite e, ao que me consta, para sempre. Optou, já vencido pelos sucessos noturnos, por descansar a cabeça sobre a mesa, entre garrafas, copos e cascas de ovo cozido, e cair imediatamente naquele sono profundo que é apanágio dos inocentes e dos justos como ele.

Com grande alívio, chamamos o táxi de Dorréia, recém-inaugurado, que levou o ex-futuro frevista para casa, onde o aguardava, com café sem açúcar e braços abertos, a escritã juramentada Raimunda Santana Fontes, sua mulher. Foi a última vez que vi o grande comandante.

Voltamos à mesa, Zito Calango e eu, com ares introspectivos, certamente ambos com a mesma sensação: por culpa de minha intolerância, o Brasil acabara de perder um grande artista.

Borges para amadores

Gostaria de ter algumas modificações em meu comportamento, gostaria até mesmo de fazer coisas que não fiz. Mas (quase) nada parecido com *Instantes*, aquele poema que circula por aí em nome de Jorge Luís Borges, certamente um Borges para principiantes, pois os especialistas no bruxo argentino afirmam de pés juntos e mãos postas que ele jamais escreveria algo tão óbvio.

Parênteses para dizer que tal poema foi publicado numa coluna do finado Roberto Campos (provocando uma enxurrada de cartas com aplausos a Borges), levou Moacyr Scliar ao mesmo erro, é citado em epígrafes de livros de poesia (ou “poesia”), está impresso em pôsteres, circula na *internet*, serviu como mensagem de Natal do deputado-sindicalista Luiz Antônio Medeiros e até uma emissora de tevê de Itabuna o utilizou em mensagem de fim de ano. Tudo impunemente em nome de Jorge Luís Borges, o que transforma este num dos mais famosos erros de autoria de todos os tempos.

Há quem encontre uma explicação plausível para o sucesso do poema: seus versos falam de uma segunda chance na vida que todo mundo gostaria de ter. A outra pista para a origem da confusão com Borges seria que a verdadeira autora, a americana Nadine Stair, como ele, tinha 85 anos e estava à beira da morte. O poema, que já se chamou *Momentos*, seria uma espécie de testamento da escritora.

A viúva de Borges, Maria Kodama (para evitar que os herdeiros de miss Stair venham a reclamar que o poema de sua autoria é utilizado com o nome do escritor argentino) teve o cuidado de ir à Justiça registrar que o texto não era da lavra de Borges e que ela não quer receber direitos autorais por esse trabalho.

Também eu, do alto da minha insignificância, tenho cá meus reparos a fazer, ao menos na parte que me toca desse latifúndio. Penso que se me beneficiasse a oportunidade da metempsicose ou qualquer outra forma de regresso da alma a corpo novo, eu pediria ao responsável por tão tresloucado gesto que me desse o direito de participar, armado de régua e compasso, do traçado do meu destino. Mesmo com direito a poucas intervenções, mas desde que suficientes para dar outro rumo conveniente às sugestões do tal “Borges”.

Eu não teria a pretensão de ser “mais tolo do que tenho sido”, pois imagino ter em minha vida já vivida cometido tolices bastantes para não ter compulsão de repeti-las, muito menos de desejá-las multiplicadas. Na presente encarnação, creio ter esgotado minha cota de ser ludibriado, principalmente pelos políticos em geral, em quem deposito esperanças em todas as eleições e colho, com impressionante rapidez, frustrações imensas.

Não retocaria, no entanto, uma frase do poema, aquela que diz “bem poucas coisas levaria a sério”. Também pretendo (se vidas futuras tiver), até porque o mundo se torna cada dia mais ridículo, continuar rindo de coisas que para muita gente parecem graves e, no mesmo tom, de pessoas que se consideram sérias, importantes e imponentes, quando não são mais do que ridículas, farsescas e patéticas. Quer dizer: se no instante do meu renascimento surgir um anjo torto disposto ao diálogo, eu lhe direi que quero continuar a ser *gauche* na vida...

Quanto ao “seria menos higiênico”, frase de entendimento dúbio no tal poema de “Borges”, prefiro me abster de comentários.

Se “correria mais riscos”, não sei. Viver não é, por si, correr riscos? Bicho arisco e urbano, cheio de instintos de sobrevivência, me imagino, pelo simples ato de viver, sempre em mais perigo iminente do que o bom senso recomenda. Não contem que, apesar dessa vida extra, vá eu sair por aí de peito aberto oferecido às balas perdidas, insensatez que só seria praticada por um “Borges” de anedota, desconhecedor da insegurança que nos ronda.

Ao dizer que “viajaria mais...”, o suposto Borges mostra que não conheceu o fusca nem montado num deles comeu poeira, com hora marcada em ermas cidades e vilas do sertão baiano, em eras anteriores ao asfalto, com irreparáveis seqüelas na coluna vertebral. Baseado nessa experiência, meu novo eu aspiraria, desde que lhe fosse fornecida a escolha, a uma atitude de mais repouso, tranqüilidade e contemplação, sem contar que não “iria a mais lugares onde nunca fui” – uma besteira para quem sempre se bastou com Buerarema e que fora daqui se sente no estrangeiro.

Quanto ao “nadaria mais rios...” , tenho muitas dúvidas sobre a qualidade da construção gramatical (disfarçada com o manto da licença poética), mas não tenho nenhuma sobre a inutilidade de tal desejo: quem nesta vida deu gangapé no rio Macuco e se lavou no Banheiro dos Homens considera praticamente esgotado esse assunto, já não ressuscita vontades de “nadar mais rios”.

“Borges”-Nadine Stair à parte, eu gostaria, por exemplo, caso ouvisse novamente o SRDP (Serviço Regional de Divulgação e Propaganda), o sistema de alto-falantes de Buerarema, de não proporcionar aquelas velhas vaias vis, às vezes veladas, aos “hits” de Cely Campelo, como *Estúpido Cupido*.

Aproveitaria para ser menos resistente à música estrangeira, me esgoelar com *Diana e Oh, Carol*, não carimbar como “alienado” quem não cultivasse gosto musical semelhante ao meu ou não tivesse a capacidade de ouvir e entender estrelas em noites de serenata, ao som de vozes que queriam ser Sívio Caldas ou Orlando Silva.

Com algum incentivo, dançaria o *twist*, pois (a minha geração de machistas que não me interprete mal) ele faz bem à alma e aos ossos, principalmente à alma e aos ossos daqueles que têm mente e coluna vertebral enferrujadas pela intolerância e pela idade. E até me sentiria capaz de compreender, caso o tempo me fizesse a gentileza do regresso ao passado, quem, como eu na versão de anos atrás, achava que nenhum cantor novo valia a pena, se não se chamasse João Gilberto e tudo que não fosse jazz ou bossa-nova carecia de legitimidade para ser chamado de música.

No mais, era deixar essa outra vida correr, que elas foram feitas para vivermos, não para alimentar perdidas ilusões em poemas de qualidade duvidosa.

Caçador de mim

Considerações feitas nesta coluna na semana passada estariam fora de propósito, se rapidamente não explicarmos o que as motivou. Tento justificar agora a ocorrência desse estranho surto, que misturou lamentações do passado, ilusões perdidas, preocupações futuras e uma pitada de misticismo, tudo num pacote por mim intitulado, um tanto esnobemente, de “proustiano”.

É conveniente antecipar que acredito em Proust, mas não creio em recuperação do tempo que se foi. Penso que cada instante é único, o indivíduo está condenado a nunca mais viver o mesmo momento, tanto quanto lhe é vedado banhar-se duas vezes no mesmo rio, nem que seja o rio Macuco, que anda devagar numa cidade do interior.

As águas passam, o tempo passa, as palavras são levadas pelo vento, vão-se os bons e, ainda bem, os maus momentos. Isto, todos sabem, não é discurso novo, pertence a um cara chamado Heráclito de Éfeso, nascido há 25 séculos, e a quem seus colegas filósofos (uns despeitados de quem ninguém lembra o nome) chamavam O Obscuro (não se pode agradar a todos). Mas voltemos ao nosso surto proustiano.

Em recente festinha familiar, dessas que nos dão grande alegria quando começam e prazer maior ainda quando terminam, percebi o passado vindo em ondas. E antes que por elas fosse atropelado e afogado, tive consciência do imenso prejuízo

social que soffro, por não me haver, no tempo certo, preparado para o futuro. “As coisas estão no mundo, só que eu preciso aprender”, disse o sábio Paulinho da Viola, mostrando que nós somos freqüentemente submetidos à possibilidade do aprendizado e o desdenhamos, transferimos para depois, procrastinamos decisões, conforme fazem os dirigentes públicos.

Isto tudo é para dizer que perdi, em tempos que não voltam mais, a oportunidade de treinar uns passos de rock em *Jambalaya*, com que Brenda Lee ganhava o mundo e assombrava Buerarema, e hoje disso muito me lamento, ninguém há de duvidar, desde que me visse na tal festinha. No entanto, a noção maior do tempo perdido explodiu em mim quando, na famigerada comemoração, *The house of the rising sun*, com todos aqueles acordes dançantes, saltou do aparelho de som e invadiu meus ouvidos, trouxe de volta os anos da *dance* e humilhou minhas articulações, lembrando a vítima que fui de mim mesmo, por culpa de um comportamento intolerante e esnobe.

Refresco memórias esmaecidas: esta era, no longínquo 1965, a faixa de trabalho da banda The Animals, um grupo que disputava o gosto de quem amava os Beatles e os Rolling Stones, e que foi revivida no fim dos anos setenta pelos ciganos da Santa Esmeralda, provocando verdadeiro “estouro” nacional. Entre aprender a música e derrubar a ditadura militar, minha geração preferiu a segunda escolha e fracassou rotundamente nas duas.

A história, impiedosa como é do seu costume, sepultou a ditadura e os Beatles (estes, apenas fisicamente, apressome a dizer, diante da previsível ira dos beatlemaníacos), fez dos Stones inesperados sobreviventes, com suas “titias” aí dando o maior banho na mesmice, enquanto do *The Animals* tudo que restou, ao menos para minha tribo, foi *The house...*

O que não é pouco. Quando Eric Burton (ele era “o

cara”), apoiado pelas guitarras do grupo, berra “There is a house in New Orleans/They call the rising sun...” é, como dizem alguns criativos redatores de tevê, “pra não deixar ninguém parado”. O mundo balança, as lembranças acordam, a vontade proustiana é de regressar a tempos de antanho e, não importa de que modo, recuperá-los, mesmo os sabendo irremediavelmente perdidos.

A história de *The house of the rising sun* é boba, uma daquelas músicas americanas em que o forte é a melodia (e, neste caso, a pulsação): fala de uma casa chamada “do sol nascente”, que era a ruína de muitos pobres rapazes (*the ruin of many poor boy*), entre os quais esteve o autor (“E Deus, eu sei, fui um deles - *And God, I know, I'm one*).

A “Casa do Sol Nascente” poderia parecer, em Buerarema, o Bar K Te Espero, de Maria, no Ponto Certo, mas isto seria uma versão livre, romântica, forçada e mentirosa: o K Te Espero jamais arruinou (diz-se, para o caso, “desencaminhou”) quem quer que fosse e, caso as coisas fossem postas de outra forma, dariam a impressão de que Maria teria sido alguma espécie de pedófila, se é que o termo e o crime existiam na época, o que seria de uma injustiça brutal.

Como na música, o jovem que, suspeito, existiu em mim, poderia dizer, pedindo perdão ao adulto de hoje, que muitos de nós, intelectualóides de nariz torcido, fizemos grande mal a nós mesmos, com a intolerância que nos alimentava. Por todas as coisas de que minha geração se privou, eu posso lamentar, parodiando a canção sobre “desencaminhar” os pobres meninos: “E Deus, eu sei [que pena!], *não* fui um deles”...

Gilda, quem diria, acabou em Macuco

– O maior jogador que a região já viu, depois de Leo Briglia (em Buerarena) e Francisquinho (em Itajuípe), porque esses não tiveram comparação, foi Joãozinho Calça Frouxa” – atesta Abel, beque acostumado a endurecer sem perder a ternura, e que nunca foi do tipo que confunde pescoço com canela. “Calça Frouxa era o capeta com a bola nos pés”, reafirma, de olho brilhante, copo de cerveja na mão, o ex-zagueiro direito do quase invencível Bahia de Itajuípe.

Tal opinião, em inteligente unanimidade, é encontrada em qualquer boteco de Buerarema, seja em Zequinha Mug (uma casa de material de construção que se transforma em bar quando os amigos chegam), no boteco de Cambucá (tão especial que só as pessoas escolhidas sabem onde fica) ou na barraca de Marlene.

Os zagueiros Gute e Amail, que não eram grandes diplomatas, foram, ambos os dois (conforme diria Zeca Buião, ruim de bola e péssimo de gramática), vítimas das diabruras de Joãozinho. Gute, com toda sua altura, conta que levou humilhante banho-de-cuia em certa tarde de domingo, enquanto Amail, que prefere não falar do assunto, teve uma bola enfiada por debaixo das canelas, instante em que ouviu o barulho ensurdecedor e espantado do estádio cheio.

Calça Frouxa guarda relação com um dos maiores jogadores de futebol do Brasil, Heleno de Freitas, o Gilda

(inesquecível personagem de Rita Hayworth). Claro que, nequinhão atarracado e cheio de marcas da pobreza (pele manchada, dentes ruins e analfabetismo), ele jamais seria comparado, a sério, com a beleza preocupante do extraordinário goleador do Botafogo. A semelhança é no futebol e no destino.

Procurando talentos, Neném Prancha, técnico tornado imortal por João Saldanha e Sandro Moreyra, punha-se atrás de um tabuleiro de laranjas, na praia, e, para cada candidato a jogador, atirava uma fruta (sem saber, antecipava um princípio filosófico-futebolístico de Vadu, grande meia direita do Brasil Esporte Clube de Buerarema, que costumava dizer, muitos anos depois, que “quem sabe matar uma bola, é capaz de matar até uma jaca mole”). A reação a essa laranja atirada fazia Neném Prancha decidir, com rapidez e segurança, entre um craque e um cabeça-de-bagre. Uma laranja foi jogada, certa manhã, para Heleno de Freitas.

O menino mineiro de 12 anos fez da tal cítrica gato e sapato: amorteceu no peito, passou para a coxa, deixou cair no pé direito, fez umas embaixadas, levou à cabeça, passou para o pé esquerdo, jogou pro alto, tocou com o ombro, aparou com o pé direito e fez a pobre laranja, escrava do talento, pousar suavemente na areia. Estava descoberto aquele que, para muitos, foi o mais fino, temperamental e brilhante craque do país. Até a morte, Neném levou na carteira a foto do jogador que, em brilhantismo, rivalizou com Garrincha.

Joãozinho, no campo de bola de Buerarema, não teve descobridores nem olheiros, salvo o médico e desportista Valfrido dos Santos Lessa, que o batizou de Calça Frouxa, em razão do modelito um pouco grande demais que o menino usava num baba de meio de semana. Mas, no fim da vida, loucos, Heleno de Freitas-Gilda e Joãozinho (dele ninguém jamais soube o nome completo) se encontram feito as paralelas de Newton ou Belchior.

No Maracanã, o estádio do Rio, antes do hospício, a torcida anti-Botafogo gritava “Gilda!”, “Gilda!” – o suficiente para tirar Heleno do sério, fazendo-o partir para a briga e, quase sempre, ser expulso. No outro Maracanã, o cinema de Buerarema, nosso grande artilheiro, penosamente decadente, tendo, além da calça, folgados os parafusos da cachola, mostrava reações nada convencionais diante da realidade que ele confundia com a ficção.

Juca, o dono do cinema, permitia que Calça Frouxa entrasse de graça nos dias de faroeste com muito tiro e murro, coisa da especial preferência do ex-craque) – que os dramas lacrimajantes não lhe faziam bater a passarinha – rogando a Deus que ele se controlasse durante a projeção.

Joãozinho se continha até certo ponto, mas quando percebia aquela chusma de bandidos perseguindo John Wayne, Clint Eastwood ou algum dos caubóis italianos da moda, perdia as estribeiras, subia ao palco, na tentativa de entrar em campo (aliás, na tela) e, a poder de socos e pontapés, punir aquela injustiça de tantos contra um.

O terror dos zagueiros reais queria pegar a unha os malfeitores de mentira, armados até os dentes. Era necessário que, com as luzes acesas, um improvisado grupo de seguranças, sob os urros da moçada na platéia (“Dá-lhe, Calça Frouxa!”, “Dá-lhe, Calça Frouxa!”), o manietassem e, a pedido de Juca, sem violência, pusessem controle em tão exacerbado espírito de justiça. Só depois de serenadas tanta raiva e coragem, o filme e a vida voltavam a seu leito normal.

Desmiolado, Joãozinho foi, em seus últimos dias, justiceiro de caubóis de mentira, humilhados e ofendidos. Morreu num sanatório, igualzinho a seu colega da estrela solitária.

A morte e a morte de Raymundo Sá Barreto

Em 3 de janeiro de 2000, primeiro dia útil do novo ano, pergunto a Walmir Rosário, na redação do *Agora*, sobre uma cópia de reportagem que deveria ser enviada, por correio eletrônico, a Raymundo Sá Barreto.

– Você não soube? Sá Barreto morreu!...

– !

Diante do fato surpreendente e consumado, perdi a urgência da remessa e passei a tratar do meu espanto, com um copo d'água fria, para, em seguida, controlado o susto, filosofar sobre a fragilidade da vida. Aproveitei-me desse filosofar e cometi uma nota para a próxima edição (sábado), chorosa, cheia das lamentações habituais de quem perde amigos.

Sem mais providências a tomar, procurei esquecer a notícia, porque o *show* de todo artista tem que continuar – mas o assunto já tomara ares próprios e teimava em não me esquecer... Tanto assim que, em conversa com Ramiro Aquino, demonstro meus sentimentos pelas morte e ouço, para minha surpresa:

– Tô sabendo agora!...

Comecei a ficar desconfiado. Dia seguinte à tarde, em Ilhéus, na casa de Alberto Hoisel (checando informações para o livro *Solo de Trombone*), falo do infausto acontecimento a Gracinha. Ela me olha como se eu estivesse em estado de visível esclerose mental, antes de telefonar para uma amiga do “morto”, voltando com um comentário cheio de compreensão

e bondade:

– Creio que há algum engano...

À noite, não sei a propósito de quê, ligo para Ton Lavigne, e assim que ouvi “alô” descobri que ainda não me livrara do problema, pois me esqueci do que ia tratar:

– E Sá Barreto, hein? – provoco.

– O que houve com Sá Barreto? – pergunta Ton, me devolvendo outra vez a sensação de que havia alguma besteira no ar, além dos aviões de carreira...

– Morreu... – balbucio sem convicção.

– Hoje à tarde? Eu estive com ele pela manhã...

Aí percebi, com grande alívio, que tudo não passara de uma tragédia de erros. Expliquei a Ton a situação ridícula em que me encontrava e ele me disse que, realmente, morrera um Sá Barreto, só que era o escrivão aposentado João Diogo Sá Barreto Soub, que vinha a ser primo do “Senador”, daí a confusão em que me envolvi. A nota que registrava meus lamentos por uma morte que não houve foi retirada da boca das impressoras do *Agora*, ainda com tempo de evitar o maior ridículo da história do jornal.

Na terça-feira passada, cedinho, um telefonema de Maria Schaun me trouxe de volta a angústia de três anos e meio atrás. Sá Barreto, com toda sua alegria, verve, memória excepcional e língua afiadíssima, nos deixou. E o fez sem apelações, com a velha classe de sua época, sereno, sem choro ou imprecações, “sem agonia”, como diz seu filho Thadeu. Morreu como quem se muda, porque a hora é chegada.

Difícil é falar de Sá Barreto sem resvalar no lugar-comum: último coronel, senador, último boêmio... todas são expressões repetidas. Na minha memória está o Sá Barreto que conheço há mais de quarenta anos, bengala à mão, charuto ao beico (em tempos de pulmões resistentes), verbo candente na Câmara de Vereadores, em combate duro, porém ético, ao

governo Henrique Cardoso.

Sua versão século XXI, que visitei há cerca de vinte dias no casarão do Jardim Savóia, se diferenciava da antiga por ser fisicamente frágil, sobre um colchão d'água, charuto abandonado há muitos anos, bengala sem serventia. Mas era o mesmo Sá Barreto espirituoso, interessado nas pessoas e nas coisas, a memória privilegiada, marca de toda uma vida.

Entrei em sua casa, em tempo de doença, como em tempos de alegria: destituído da paranóia de segurança que acomete a população, o Senador tinha os portões sempre abertos, a campanha inútil – os amigos e os inimigos (se acaso os tivesse) entravam ali sem pedir licença. Avesso a cercas elétricas, portões eletrônicos e outras “modernidades” – conservando um canzarrão velho, gordo e preguiçoso, que não tomava conhecimento dos “invasores” – Sá Barreto, que já tivera corpo de Sancho Pança, era agora um tipo magro, quase faceiro, mais apropriado à espécie de Don Quixote que sua personalidade sugeria.

No quarto, quinze dias antes de sua morte, percebi que o Senador estava cercado por quase imperceptível aura de cavaleiro antigo. A impressão era que, sem prévio aviso, ele ia saltar do colchão incômodo, pegar a bengala aposentada (agora transformada em espada flamejante) e, escanchado sobre uma nuvem, o havana fumegando entre os dedos, dar um sorriso moleque e ganhar o vasto mundo. Era sair por essas ruas de sua Ilhéus, a desfazer agravos, corrigir injustiças, repor direitos traumatizados, pôr os pontos nos “is”, oferecer sua fé pública de tabelião onde necessário fosse, combater o bom combate contra moinhos de vento, bruxos e anões travestidos de gigantes – tudo em nome de sua senhora Dulcinéia, que atende também pelo doce nome de Itassucê.

Creiam, foi assim que vivi meu momento, diante do último cavaleiro andante das terras do sem fim.

A bem da verdade

A notícia do primeiro implante de pênis, ocorrido há poucos dias em Salvador, ecoou em Buerarema com um misto de descrédito e riso amarelo. O riso, obviamente, se deve ao inusitado da coisa implantada, que nós aqui ainda não tomamos aula com dona Marta Suplicy, ou outras sexólogas iminentes, e não nos acostumamos a falar certos termos em presença de mulheres e crianças. O descrédito é porque não nos deixamos fascinar por esses exageros da mídia sobre aparentes avanços da ciência, quando noticiados em jornal leigo.

Colocando de lado a modéstia que nos caracteriza, é imperioso repetir, em nome da verdade histórica, com todas as letras, para que dúvidas não parem: nossa vila, sem querer abafar ninguém, fez, há mais de quatro décadas, proeza semelhante à dos médicos soteropolitanos, quiçá até mais ousada, se considerarmos os recursos científicos da época, nada comparáveis ao arsenal terapêutico e à técnica cirúrgica hoje disponíveis.

Afonso Santana, respeitável funcionário aposentado da Ceplac, poeta e pesquisador do mosquito chupança, foi, em seus tempos de aluno do Ginásio Henrique Alves e balconista da Farmácia Maria, o agente de tal experiência, aí sim, pioneira. Mas, avesso à publicidade pessoal, deixou o caso entregue ao esquecimento das fontes orais, nunca permitiu que seu feito chegasse sequer ao *Diário de Itabuna* ou à *Rádio Clube*. Em

verdade vos digo que Afonso não apareceu no *Jornal Brasileiro de Medicina* ou no britânico *Lancet* porque teve humildade. O caso eu conto como o caso foi.

Em certa madrugada chuvosa, a vila sem médico, ele foi chamado a abrir a farmácia para um atendimento de urgência urgentíssima, caso de vida ou morte. Um cidadão que andara a arrastar a asa para Zizi do Ponto Certo, morena de olhar fatal e andar provocativo, desagradara a outro arrastador de asa para a mesma Zizi e, em função desse duplo arrastamento, entraram em discussão, já animados por sucessivas talagadas de cachaça *Vaidosa*.

Um dos contendores, achando ofendida a honra de sua dama (acusada pelo outro de práticas sexuais pouco conservadoras), considerou que, conforme a praxe em casos tais, a lavagem da ofensa exige o sangue do opositor, e que, para ser cumprido tal desiderato, este deveria, na menos traumática das hipóteses, ser sangrado.

Montado nessa conclusão, puxou da cinta seu reluzente banda lisa de roçar cacau, e, a poder de competente e único golpe, como prova cabal e insofismável de amor eterno por Zizi, tentou separar do corpo a cabeça do desafeto, em modelo de quem mata jaracuçu da marca pico-de-jaca ou, antes, como quem corta cabeça de peru bêbado para o jantar natalino com a família. Por falta de solidariedade da vítima, que retirou da trajetória do facão o pescoço a ser seccionado, errou a facçãozada e apenas decepou a orelha esquerda do don-juan, provocando gritinhos românticos e quase desmaio de Zizi, afogueada com essa inesperada e surpreendente prova de afeto.

Golpe errado, mas ainda com acerto suficiente para lavar a honra e decidir o duelo, o homem do facão houve por bem não desfrutar do prêmio (a bela Zizi, em carne e osso, tremendo de paixão), pois se gastasse tempo a gozar essas delícias da carne que a vitória lhe garantira, cairia fatalmente nas

unhas do brioso delegado Isaque Santos, auxiliado pelo soldado Louro, o que significava cadeia na certa, além de outros contratempos não propriamente recomendados pela Comissão de Direitos Humanos.

Apropriou-se de nova e definitiva deliberação: deixou a sangrar o homem e sua orelha cortada, também a sangrar, aberto e dilacerado, o coração de Zizi (a quem ainda dedicou uma mesura na despedida) e desapareceu em longa jornada noite a dentro, na direção das matas do Maruim, de onde nunca mais mandou notícia.

Afonso, em chegando à farmácia, encontrou o apaixonado clamando por Deus e todos os santos conhecidos ou por inventar, na busca de socorro, com uma mão no ouvido, para estancar a hemorragia, e outra a segurar uma orelha ensanguentada e suja, envolvida em amarrotada página do jornal *Mensagem*, editado por Solon Fontes e Manuel Lins. O diagnóstico foi imediato, frio, definitivo e irretorquível: não havia como, em Buerarema, fazer o serviço, nem chegar a Itabuna com o material suficientemente conservado para ainda ter serventia (caso o homem, até lá, não se esvasse em sangue).

Comovido com tanto tormento e tanto dano, Afonso concluiu que “perdido por um, perdido por dez”, como faria seu patrão Juarez Santana, não por acaso técnico de futebol na Associação Estudantil de Buerarema. Deitou o homem de lado em cima do balcão, chegou-lhe às narinas um chumaço de algodão embebido em amoníaco, para reduzir os efeitos da cachaça, tomou-lhe a orelha suja de terra e tinta de impressão, deu nesta um caprichado banho de água da cisterna e sabão massa da saboaria de seu Artur, enxaguou-a em álcool canforado e a deixou descansando em solução de mercúrio cromo.

Fez semelhante pré-operatório no outro pólo do paciente, aproximou as duas partes e as colou milimetricamente, num trabalho de cirurgião e relojoeiro, sem pontos, para não

incentivar o sangramento. Com esparadrapo e cuidado, uniu o que o facão separou, envolveu a região com pomada e gaze, protegendo-a de naturais agressões. Depois, como arremate da obra d'arte, aplicou no braço do azarado conquistador do Ponto Certo uma injeção antitetânica. Para maior segurança, baixou-lhe a cueca e, surdo ao homem que protestava contra essa invasão de privacidade, injetou-lhe no quadrante superior externo da nádega alguns milhares de unidades de penicilina benzatina, para barrar a infecção que estava a caminho.

Em dias alternados, troca de curativo e novas injeções de Benzetacil, até que – por volta de um mês e meio – a orelha ficou coladinha da silva, apenas marcada por leve cicatriz, como um risco de lápis.

– Há por aí uns exagerados dizendo que a orelha cortada ficou até melhor do que a outra – reconheceu Afonso, modestamente, muito anos depois.

Contam que a própria Zizi, romântica incurável, terminou apaixonada por esse herói de orelha renovada, em total esquecimento do outro (a quem ela passou a se referir como “o *trocudento*”), e que viveram felizes por muitos e muitos anos, sobretudo depois que ele disse “vou tirar você desse lugar”, promessa cumprida na semana seguinte, quinze dias antes do casamento celebrado pelo padre Granja, tendo Afonso como padrinho.

Perguntado se seria capaz de fazer uma recuperação do tipo realizado em Salvador na semana passada, o improvisado cirurgião de Buerarema, pioneiro em implante de orelha, não se fez de rogado:

– Tecnicamente, até que poderia, mas moralmente não, porque desde menino sempre tive ojeriza pelo manusear daquela parte a que chamam eufemisticamente de genitália masculina. E não é nesta quadra da vida que eu vou mudar de opinião.

Falou e disse Afonso Santana.

LOUVAÇÕES

Discurso de posse do
autor na Cadeira nº 4
da Academia de Letras
de Ilhéus, em 28 de
maio de 2001

O que é o viver sem sonhar? O que fazemos todos nós neste mundo, se não andar correndo pelos descampados da vida, em busca do ideal?

(Aloysio de Carvalho)

Senhoras e senhores:

Não fosse a gratidão alguma coisa intangível, mas manto palpável, eu o estenderia indistintamente sobre todos os que habitam esta Casa. Mas haveria de salientar, por inadiável dever, um dentre vós, aquele que me impulsionou a dar este passo e quase me convenceu de que eu amealhava méritos suficientes para estar onde agora me encontro.

Por não deter nenhuma forma brilhante de agradecimento, uso a voz simples, vinda do coração e gestada na alma, para dizer “muito obrigado” ao acadêmico João Hygino Filho.

Chego aqui na condição de operário do jornalismo, pois não sou mais do que isso. E quando digo jornalismo, o digo no mais habitual dos sentidos: texto impresso em papel, dobrado ao meio, com cheiro de tinta, vendido nas bancas. Outras formas ditas de jornalismo, a exemplo de televisão e *internet*, ainda não contam com o meu total entendimento. O jornal, com todos os seus defeitos, omissões e excessos, ainda é o

meu pouso. Sempre que me senti cansado das guerras perdidas em outras formas de ganhar o sustento, voltei à Redação, onde, provavelmente, morrerei, não por escolha: confesso que prefiro viver no jornal a nele morrer, mas esta decisão está fora do meu controle.

Em recente passeio pelos arquivos do *Diário da Tarde*, deparei-me, surpreso e gratificado, com o meu primeiro artigo num veículo profissional, ainda aluno do I.M.E., no distante 1960. O texto é piegas, frouxo, infantil, imagino que publicado apenas por bondade de Octávio Moura. Mas é esse produto de estilo trôpego a prova provada de que minha iniciação se deu no mais importante veículo de comunicação já visto no sul da Bahia.

Ali onde eu comecei estão nomes ilustres que vão de Eusínio Lavigne e Heitor Dias a Francolino Neto e Plínio de Almeida; de Soane Nazaré e Ruy Penalva a Telmo Padilha e Sosígenes Costa; de Edgar Souza a Paulo Kruschewsky, Nestor Passos, Raymundo Sá Barretto, Ariston Cardoso, Valdeny Andrade, Juracy Cardoso, Firmino Rocha, Abel Pereira, Ariston Caldas, Ton Lavigne, Florisvaldo Mattos, Helvécio Marques, Tandick Rezende, Nelson Schaun, João Hygino Filho, Alberto Hoisel, Leopoldo Campos Monteiro, Milton Rosário, Clarêncio Baracho... e tantos e tantos e tantos outros.

Mas parece que estamos todos condenados a uma inevitável, fatal e quase trágica dicotomia: o mesmo *Diário da Tarde* que me encheu de orgulho hoje me deixa de coração pesado, ao cerrar suas portas. Parodiando o dizer sábio de Ruy, quando se fecha um jornal, danifica-se um pulmão da democracia; quando se trata do *Diário da Tarde*, perde-se mais do que pulmão e voz: perde-se, porque sepultada e condenada ao esquecimento, ponderável parte do passado heróico da região cacauceira da Bahia.

O jornalista Aloysio Lopes Pereira de Carvalho, nascido em 27 de março de 1866, é também, e principalmente, o humorista Lulu Parola. Fundou e dirigiu durante 18 anos o diário *Jornal de Notícias*, em que manteve, por igual período, a lendária coluna “Cantando e Rindo”. A partir de 1919, fechada sua empresa, continuou no jornal *A Tarde*, com a seção “Por Aqui, Por Ali”.

O professor Wilson Lins – no seu *Musa Vingadora, a Crônica do Epigrama na Bahia* – diz: “Lulu Parola aplicava beliscões com luvas de pelica, sem causar grande incômodo à vítima”. Era do tipo que fazia rir sem machucar muito, ao contrário do mestre Gregório de Mattos, pai do epigrama baiano.

Cronista atento e ágil, repórter do seu tempo, esse Lulu Parola embebia suas críticas nos assuntos corriqueiros, nas coisas do dia-a-dia. Aos que o estranharam tão bem vestido em certo dia de 1906, dedicou estes decassílabos, que parecem atuais, como se feitos hoje à tarde:

*Há nesta terra muita coisa torta
Sem se tratar de política ou de rua
Exemplo: toda a gente aqui se importa
Mais com a vida dos outros que com a sua.*

*Quanto ganha fulano, quanto gasta?
Se, quando compra, ajusta ou não ajusta...
Se se dá uma festa é quanto basta:
Sentem como se fosse à própria custa!*

*Querem prova constante? É quando alguém
De roupa preta e de cartola sai...
Perguntam logo à missa de quem vem,
Ou, sendo à tarde, ao enterro de quem vai!*

*Uma roupinha nova que se bote
Deixa logo a cidade em desacordo:
Ou dizem que se trata de calote
Ou então que o finado era mais gordo.*

*Ora, afinal de contas, que se importa
A minha perna com a calça alheia?
Tem nossa terra muita coisa torta
Coisas pequenas de uma grande aldeia.*

No “Cantando e Rindo” de 13 de junho de 1911, o poeta se dirige a Santo Antônio – chamado o santo casamenteiro – neste tom:

*Os teus milagres são tantos
Que é justo que eu te consagre
Hoje meus pálidos cantos
Também pedindo um milagre!*

*Deves fazer a união
Bem sei que o encargo é tremendo
Entre casais que aí estão
Como solteiros vivendo.*

*Destes assim mal casados
Alguns exemplos darei:
A União e os Estados;
Os governantes e a lei...
O orçamento e a receita;
A meninada e a instrução;
A sementeira e a colheita;
O eleitorado e a eleição;*

*O vendilhão e a balança;
O telegrama e a presteza;
A política e a confiança;
Qualquer horário e a certeza;*

*O deputado e o mandato;
A criadagem e o serviço;
Certas modas e o recato;
Cumprimento e compromisso;
O cidadão e o Direito...*

*Posso, em resumo, dizer
Fazendo quadro perfeito...
O cidadão e o dever.*

“A história não se repete: o que se repete é o fato sociológico”. Os alunos do professor Leopoldo Campos Monteiro bem se lembram desta frase a que o mestre recorria freqüentemente.

Em 9 de maio de 1918, Aloysio de Carvalho – Lulu Parola publica o que chamou de “monólogo queixoso de qualquer dona de casa da Bahia”, resumindo a desgraça que se abatia sobre a cidade, como efeito da Primeira Guerra. Neste momento em que o fato sociológico se repete, com as palavras “apagão” e “acionamento” entrando em nossas vidas sem pedir licença, a quadrinha vem bem a propósito:

*É bem funda minha mágoa
Bem pesada minha cruz:
Quando amanheço, é sem água
Quando anoiteço, é sem luz!*

Em 22 de junho de 1935, em resposta a um texto sobre as mudanças nos costumes em geral, ele escreve no jornal do

dr. Ernesto Simões Filho:

*Vi lampião... o de azeite
Cadeirinha de arruar
Requeijão feito de leite
Vi estudante estudar
Já contava que assistisse
A coisas que não havia...
Mas nunca pensei que visse
O que estou vendo hoje em dia...*

*Tudo difere, hoje em dia
Desde o edifício ao costume...
No imposto e na carestia,
Não há ninguém que se aprume...
Vivemos todos no ar,
Que o auto mais o cinema
Mudaram muito o sistema
Da nossa vida no lar...*

*Antigamente a mulher
Quase que nunca saía...
E indo a um ponto qualquer
Com seu marido é que ia...
Tudo, porém, se alterou
E os dois perguntam agora:
– Meu marido já chegou?
– Minha mulher está fora?*

*Também a língua assinala
Lapidações complicadas...
Da forma porque se fala
São as palavras grafadas...*

*Da ortografia o primor
Sofreu tamanho carinho
Que o analfabeto e o doutor
Escrevem hoje igualzinho!....*

Aloysio de Carvalho procurou ser fiel a seu estilo. Num momento solene da Academia de Letras da Bahia, quando saudava o poeta português Júlio Dantas, surpreendeu a muitos com esta deliciosa crítica, em prosa, referindo-se a tempos anteriores, e colocando à prova o humor de sisudos acadêmicos:

... a dança predileta era a valsa, que arrebatava e enlevava, que separava da terra o homem e o faz voar pelas regiões da fantasia – principalmente quando se ama – valsa, que não é a desengonçada massagem sensual de agora, que desconjunta, e desarticula e desparafusa os pares, que, meia volta depois, de novo se enlaçam, e se engrazam, e se grudam, para novos desengonços.

Considerando que a recepção a Júlio Dantas foi feita em 28 de julho de 1923, fico a imaginar o que o humorista diria da dança da galinha, do crocodilo e de outros bichos que nos espreitam neste ano da graça de 2001...

A voz de Lulu Parola calou-se aos 76 anos, em 2 de fevereiro de 1942. Além desta Casa, pertenceu também à Academia de Letras da Bahia, sendo fundador da cadeira número 39. Deixou três livros publicados, muita fama, várias árvores plantadas e um filho famoso: o jurista, grande autoridade em Direito Penal, senador da República, intelectual, professor universitário, respeitável estudioso de Machado de Assis, Aloysio de Carvalho Filho.

– Meus professores me deseducaram!...

Assim, o matemático Júlio César de Mello e Souza, o Malba Tahan, começou uma conferência no I.M.E., lá pelos albores dos anos sessenta, transformando este choque inicial em verdadeiro constrangimento, quando passou a enumerar os defeitos mais comuns em seus colegas de magistério.

Tantos anos depois, baseado na minha própria experiência, eu ousou desmentir o competente mestre carioca, e o faço com grande prazer:

– Meus professores me educaram.

Minha crença no homem, apesar de tudo, a visão política do mundo, as primeiras noções de ética, o senso crítico, a leitura nas entrelinhas, devo, mais do que a qualquer outro, a Elias Couto Almeida. Mas é justo citar uma lista de muitos nomes, mesmo com as omissões inevitáveis:

Aflaudísia Souza, Pastor José de Freitas Ramos, padre Antônio Granja, Gil Xavier, José do Rosário, Noelina Almeida Conceição, Ernandi Lins, Juarez Santana, Manuel Lins, Evandro Silva Araújo, todos de Buerarema.

Em Ilhéus, testemunha dos tempos de glória e um pouco ator da agitação no I.M.E., destaco Antenor Brown, Horizontina Conceição, Leopoldo Campos Monteiro, Wilson Rosa, João Arbage, Lourença Fialho, Wilson Trindade, Pedro Lima, Simone Cerqueira, Washington Landulfo.

Outros, observados a distância, sequer sabiam que me ajudavam a ler o mundo à minha volta: Oswaldo Ramos, Antônio de Almeida Cruz, Milton Santos, Acioli da Cruz Moreira.

Uma dessas influências, está hoje entre nós: era um jovem padre, de batina preta e vasta cabeleira da mesma cor, verbo fácil e dialética suave, mas demolidora. Vejo, quarenta anos depois, que os janeiros lhe foram leves: o verbo está

aprimorado com mais erudição; a cabeleira se conservou, apenas mudada do negro para o prateado; a dialética, sem abandono dos princípios que sempre a alimentaram, trocou o discreto tom agressivo do seminarista que ia com muita sede às escrituras, pelas notas suaves da maturidade de quem sabe que andar é preciso, correr não é preciso. Confirma-se o adágio que assegura não depender o monge do hábito: a batina, depositada no armário sabe-se lá até quando, mais do que memória, é baliza, bóia e farol para a vida inteira do sacerdote que – mesmo sem os paramentos – se orgulha dos votos que fez.

Nesta chamada de saudade, em que sobra emoção e falta brilhantismo, eu pretendo destacar, como síntese e símbolo desse período, o nome deste ex-diretor do nosso velho e querido I.M.E., o padre Dorival de Freitas.

Devo esclarecer que minha felicidade se complementa com o fato de ser recebido nesta Casa por um dos mais aparelhados intelectuais do Brasil, pensador muito bem equipado como jornalista, contista, crítico literário, cronista de jornal, poeta – embora disso não faça alarde – crítico de cinema e tradutor.

Meu currículo modesto ganhará importância no futuro, quando eu disser que na noite de 28 de maio de 2001 fui saudado na Academia de Letras de Ilhéus por ninguém menos do que o autor de *Os Galos da Aurora*, o grande escritor brasileiro Hélio Pólvora.

Esta noite parece apropriada para se pôr em dia a contabilidade afetiva.

Cumprir citar meu irmão e pai João Lopes e sua mulher Nicinha, minha cunhada e um pouco mãe, responsáveis diretos por este momento.

A artista plástica Conceição Portela, minha mulher, a promotora de Justiça Cinthia Portela Lopes, minha filha, que compensam a ausência involuntária da primogênita, Andrea,

uma musicista que mora em São Paulo, três mulheres de intensa, confortante e tolerante participação em minha vida.

Costumo dizer que o *Agora* é o jornal de conduta mais democrática em que já trabalhei, comparável ao alternativo SB – Informações e Negócios, que ajudei a fundar, no fim dos anos sessenta. Ao ser demitido de certa empresa, por não concordar com a prática de lesões à ética – e quando a influência do poder em Itabuna levou redações a me tratar como se eu estivesse acometido de alguma doença contagiosa – a única oferta de trabalho profissional que recebi foi do *Agora*, via José Adervan de Oliveira. Apesar das pressões políticas sofridas, ele me permitiu reiniciar uma carreira mais comprometida com a qualidade do texto e com a ética da minha profissão, sem jamais interferir sequer na colocação de uma vírgula. Foi no *Agora* que a Academia de Letras de Ilhéus me descobriu. Tenho o dever de dizer publicamente “muito obrigado” a José Adervan de Oliveira e ao seu jornal.

(IMPROVISO)

O jornalista José Adervan de Oliveira foi submetido hoje pela manhã em Salvador a cirurgia de longa duração, motivada por moléstia grave, havendo bom prognóstico, segundo a análise dos seus médicos. Nos últimos dias, com crescente angústia, dor e um sofrimento pessoal – cuja intensidade sou incapaz de transmitir – tenho, a meu modo atípico, orado e vigiado os sinais dos céus, pedindo a Deus que traga

de volta ao convívio dos amigos, familiares e funcionários do Agora, esse seu filho e nosso irmão querido José Adervan.

Buerarema, Ilhéus e Itabuna me deram tudo e nunca me pediram nada. Se sou grato a Itabuna, que me tem ofertado o pão, a mim, minha mulher, minhas filhas e meus netos, credito a Ilhéus e Buerarema o fornecimento da matéria dos sonhos, sem o que a vida é sofrimento atroz, travessia tormentosa, não raro intransponível. A elas devo a felicidade desta noite incomum, que – bem sei – jamais se repetirá.

O fundador da cadeira que ocuparei, Wilde Oliveira Lima, nasceu em Vitória da Conquista a 15 de novembro de 1923 e morreu em Salvador no dia 8 de julho de 1997, pouco antes de completar 74 anos.

Bem melhores do que minhas palavras são as do jurista Manuel Pereira, que o saudou na despedida compulsória da Magistratura:

...percorreu caminhos tantos, de inteligência, talento, destemor, culto ao belo e à sensibilidade pelo humano, em vida marcada pelo coro da vitória.

Jornalista eventual, mas competente; poeta sensível e inspirado, embora de versos na gaveta; pintor e caricaturista de amplos méritos, com muitas telas presenteadas aos amigos; foi promotor de Justiça, professor de curso médio, deputado estadual, procurador-geral, desembargador e professor de

Direito. Em Itabuna, no curto espaço de seis anos (de 1952 a 1958) esteve na linha de frente de todos os movimentos da época: participante ativo da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, co-fundador desta Academia, da Companhia Telefônica Sul Baiano, do Lions Clube e da Faculdade de Direito de Ilhéus.

Integrou a Frente Itabunense de Ação Renovadora (FIAR), foi professor de Direito Constitucional da nossa então nascente universidade, ensinou Língua Portuguesa e Literatura Universal na Ação Fraternal de Itabuna, além de História e Geografia no colégio da Divina Providência, paraninhou formandos, pronunciou conferências, exerceu intensa atividade forense, escreveu dezenas de matérias para o *Diário da Tarde*, *O Intransigente* e o *Diário de Itabuna*.

Já chegou aqui casado com Dona Maria da Conceição Sampaio Oliveira Lima, de tradicional família conquistense, com quem teve três filhas: Isabel Maria, nascida em Itabuna, hoje juíza em Salvador; Bethânia, economista e Maria Inês, psicóloga, ambas nascidas na capital.

Wilde Lima se fez deputado após uma campanha de 60 dias, tendo levantado em palanque uma tese ainda hoje cara à nossa sociedade: o voto em candidatos da região. Pedia aos que nele não quisessem votar que escolhessem representantes com raízes na região do cacau, pessoas comprometidas em transformar nossa realidade. Parece que isso deu certo, pois com ele foram deputados – ao contrário da pálida bancada de hoje – Henrique Cardoso, José Cândido de Carvalho Filho, Arthur Leite da Silveira, Herval Soledade, Paulo Nunes e José de Almeida Alcântara.

Teve atuação destacada na Assembléia Legislativa: foi líder da maioria no governo Lomanto Júnior, anualmente entrava na lista dos melhores deputados escolhidos pelos jornalistas, e em 1964 foi eleito o melhor deles. O impiedoso crítico, e

nosso confrade, José Augusto Berbert de Castro, conta que – como setorista da Assembléia para o jornal *A Tarde* – sempre votou em Wilde Oliveira Lima como melhor deputado do ano.

Exerceu mandato parlamentar a partir de 1958, foi reeleito em 1962 e ficou no exercício até 1967, em segundo mandato. Na terceira campanha, vítima de grave acidente de automóvel, não conseguiu eleger-se. Homem de muita energia, não deixou que sua atividade parlamentar o retirasse da sala de aula: continuou lecionando Direito Romano na Faculdade Católica. Deixou a Câmara Estadual em 4 de abril, e já no dia seguinte reassumiu as funções de Promotor Público em Salvador, ao tempo em que era consultor jurídico da Associação dos Prefeitos e professor de Ciência Política na Academia da Polícia Militar. Na opinião insuspeita do desembargador Manuel Pereira, Wilde Lima foi, em sua época, o maior orador do Tribunal de Justiça, e um dos seus melhores redatores.

Pena que o tribuno de mãos eloqüentes, palavra mágica e brilhante, gestos largos, condoreiro de discursos memoráveis, tenha sua prosa tão irrecuperável quanto seus versos. É que o verbo erudito, candente e persuasivo era quase sempre improvisado, nascido e acalentado no auditório, combinando – lamentavelmente para as novas gerações – grande resplandência com incomensurável indisciplina intelectual.

Os arquivos de cartórios são sarcófagos onde se emparedam, para todo o sempre, os despachos e sentenças, mesmo os de notável relevo cultural ou literário,

sentenciou o jurista Barros Porto, citado pelo professor Fernando Santana Rocha, em discurso na Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Grande parte da produção de Wilde Lima, representada

em votos, acórdãos, pareceres, discursos e divergências, está adormecida naqueles sarcófagos, constituindo-se o que conhecemos em pequena mostra do grande cabedal perdido, talvez de maneira definitiva, por não ter sido construído de maneira sistematizada.

Foi homem da justiça, do tipo raro, cuja erudição, temperada nos compêndios de Filosofia do Direito, não competia com o senso comum captado nas ruas, nascido das aspirações do homem brasileiro sedento de justiça. Em 6 de dezembro de 1984, disse, num libelo contra a lei distanciada do povo:

A lei deve ser vista como um instrumento que permite a distribuição da justiça, e não como algo acima das nossas realidades, intangível, acastelada no cimo de sua empáfia, segura de que conta com os seus guardiães – que, afinal, somos todos nós – e a dizer com arrogante fastio: venham a mim os fatos, os acontecimentos...

Opositor de uma estrutura jurídica que não se arrisca a “cobrir de pó as sandálias, salpicar de lama as vestes ou ferir os ouvidos com as lamúrias do povo”, Wilde Lima tinha como preocupação constante fazer a lei descer ao convívio dos fatos, mostrar-se menos distante, pretensiosa e fria. Eis o conceito, explicitado em suas próprias palavras, no discurso referido:

Difícil, mas não impossível, é saber equilibrar, na dosagem exata, a sisudez da toga com essa capacidade de pensar mais aberta e livremente a respeito das questões a serem por nós examinadas, sobretudo quando entendemos não se dever julgar por emulação, caprichos pessoais ou a título de originalidade... Deus nos livre dos juízes “originais”!

Faz muita falta hoje a atitude lúcida e destemida de Wilde Lima, quando ponderável parcela da sociedade brasileira está ameaçada e – talvez por isso – clama equivocadamente por novas leis e punições rigorosas, exige mais dureza contra a violência, pretende responder ao crime com o crime, ao sangue derramado com mais sangue derramado, combate efeitos e não combate causas, quer dar prisão a quem necessita de escola, pede justiceiros, quando precisa de professores, quer polícia, quando devia reivindicar justiça, principalmente justiça no equilíbrio dos pratos da balança social.

Numa época em que o mundo estava ideologicamente partido ao meio, Wilde Lima fez sua opção pela ala direita – ao seguir uma tendência de família – militando no Partido de Representação Popular, o PRP de Plínio Salgado. Mas sua escolha não o desvestiu do respeito e da dignidade, tanto assim que na longa escuridão iniciada em 1964 – quando muitos oportunistas davam plantão nos quartéis para denunciar desafetos – Wilde fez o contrário: compareceu aos porões do governo – onde tinha amigos presos – para oferecer o abraço e o ombro àqueles que, discordantes do ideário oficial, estavam submetidos à privação da liberdade e da dignidade. Exercia com essas visitas, de uma só vez, dois dos atributos que lhe eram mais caros e que precisam ser apanágio de qualquer homem, em qualquer latitude: solidariedade – artigo raro de encontrar naqueles dias de amarga recordação; e coragem pessoal – sem a qual as outras coragens não encontram razão para existir.

Mas creio ser chegado o tempo de abandonar esse tom levemente panfletário, talvez impróprio às academias, em favor do lírico, certamente mais adequado. Por impossibilidade de mostrar suas aquarelas e caricaturas, permitam-me outro tipo de quadro, outra manifestação do talento vário de Wilde Lima. O local, não identificado, tem intenções no universo

das secas: solo gretado, rios secos, sol a pino, gado morto, fome, miséria, exploração... constituem o cortejo de desesperança comum ao sertão de qualquer estado nordestino.

Ouçamos Wilde Oliveira Lima:

*Chia na velha estrada do sertão toda a sua angústia
cabocla um triste carro de boi...*

*Nuvens de pó ao longe se levantam em louco redemoinho,
carregando no bojo das espirais as folhas do caminho.*

*Um sol vermelho – tinto do sangue de todos os mártires –
impiedoso pai desse impiedoso estio, suga as últimas seivas da terra sertaneja,
ouvindo o último arquejo do derradeiro rio...*

*Chia na velha estrada do sertão toda a sua angústia
cabocla um triste carro de boi...*

*Nervosos periquitos, assustados, fogem como um bando de crianças,
levando em festival ruidoso, esvoaçante, o verde... o verde de todas as esperanças...*

*Pelo céu desnudo e esfumaçado o carcará que volteia é um triste andejo
rompendo a solidão em seu vôo lento... Lembra, até, com aquele jeito desconfiado,
a alma simples do pobre sertanejo, purificada ao calor do sofrimento...*

*Chia na velha estrada do sertão toda a sua angústia
cabocla um triste carro de boi...*

*Não há canção mais pungente!
Gemida ao calor do areião, na efervescente natureza,
é lamento e cântico de vitória, é alegria sem deixar de ser tristeza...*

Quero passar aos anais da Academia de Letras de Ilhéus dois documentos que julgo importantes para futuras pesquisas sobre o fundador da cadeira número 4: uma coletânea de versos de Wilde Lima e o depoimento do juiz Claudionor Ramos sobre este seu colega.

Wilde Oliveira Lima fez nesta Casa o que faria na Academia de Letras Jurídicas da Bahia, onde ocupou a cadeira 39, nas ruas, como cidadão; nos tribunais, como promotor de Justiça; nos palanques, como candidato; na Assembléia Legislativa, como parlamentar, ou no Tribunal de Justiça, como desembargador: em todos esses lugares, despido de arrogância ou empáfia e vestido com a simplicidade dos verdadeiramente grandes, praticou a convivência humana, combateu o bom combate das idéias, pregou as liberdades mais amplas, exerceu atividade proselitista em torno dos valores mais caros ao homem.

Pela sua atuação profissional e humana, Wilde Lima recebeu muitas honrarias, dentre elas títulos de cidadão em Sapeçu e Santo Antônio de Jesus; medalha Marechal Argolo – Visconde de Itaparica e condecoração como Grande Oficial da Ordem do Mérito da Bahia. O fórum de Santo Antônio de Jesus chama-se “Fórum Wilde Lima”. Em Itabuna, recebeu título de cidadão, o salão do júri do Fórum Ruy Barbosa foi batizado com seu nome, e também foi criada, no mesmo fórum, a Medalha Wilde Lima, para distinguir anualmente autoridades baianas.

Com estas palavras, embora toscas e sem brilho, o novo acadêmico tentou mostrar – de acordo com o rito secular das academias – o exemplo de Wilde Oliveira Lima como agente transformador do seu meio, exemplo a ser cultuado pelos mais velhos e seguido pelos que iniciam a caminhada da vida. A imortalidade acadêmica de Wilde Oliveira Lima, que me parece inquestionável sob qualquer ponto de vista, é honra para esta Casa e honra maior para este seu mais recente e humilde servidor.

Quando falha a garganta do orador, já se cansam os ouvidos da platéia. É chegado o tempo de parar.

Começamos esta oração citando o patrono Aloysio de Carvalho – Lulu Parola:

O que é o viver sem sonhar? O que fazemos todos nós neste mundo, se não andar correndo pelos descampados da vida, em busca do ideal?

O escritor Marcos Santarrita – um nome que a meu juízo, já se faz tardar nesta Academia – me disse ter dúvidas sobre se a minha diminuta produção literária – por ele vista com olhos de muita generosidade – encontrava público em quantidade suficiente na região onde moro. E após algumas considerações, concluiu que a geografia não faz, no final das contas, maior diferença. “A luta – disse Marcos Santarrita – a nossa luta, é uma só: clamar no deserto, onde quer que estejamos”.

Mas que exemplo posso dar, quando comparo minha fugaz atividade literária com os 42 anos de clamor desta instituição? A que sofrimento pessoal me posso referir, diante dos abnegados, uns após outros, que – superando entraves da mais variada sorte – tocaram por todo esse tempo, a Casa dos sonhos de Abel Pereira? O que fizeram os nossos mais velhos – aqui representados pela figura exemplar de Francolino

Gonçalves de Queiroz Neto – se não, em nome das coisas do espírito, resistir a incompreensões e preconceitos, e persistir na busca de um ideal, mesmo que seu clamor fosse dirigido a ouvidos moucos?

Peço ajuda a Paladas de Alexandria, poeta grego do século quatro, com o seu muito citado epigrama 82, em tradução de José Paulo Paes:

Nós, que imaginamos a vida semelhante a um sonho, acaso estamos mortos e só aparentamos estar vivos, ou estamos vivos e foi a vida que morreu?

Nesta Casa, também se imagina a vida semelhante a um sonho, até mesmo como fórmula de evasão da vulgaridade cotidiana. Aqui são cultivados o ideal e a espiritualidade. A quimera, a utopia, o sonho, a fantasia são também alternativas para o pão de que nos alimentamos. É isto me faz lembrar o poema “Se” (IF, no original inglês), de Rudyard Kipling – em que um pai faz exigências torturantes ao filho, para que ele se possa tornar verdadeiramente homem. É um texto de muitas e belas traduções, sendo a de Guilherme de Almeida a mais divulgada. Valho-me aqui da tradução de Alcântara Machado:

Se puderes sonhar, sem permitir que o sonho te domine; pensar, sem que em pensar tua ambição se confine, e esperar, sempre e sempre, infatigavelmente...

Senhoras e senhores, só os vivos sonham, só os vivos reagem. Portanto, nem estão mortos os acadêmicos, nem a vida morreu na Academia de Letras de Ilhéus. Nem morrerá, enquanto houver sonhos e pessoas para sonhá-los, pensamentos e pessoas que pensam, esperança e pessoas que esperam, sempre, sempre e sempre, infatigavelmente... Foi assim nesses

primeiros 42 anos e assim será nos próximos 42 anos, por vontade de Deus e por esforço dos homens.

Senhores acadêmicos, pregadores do deserto, buscadores de ideais, lavradores de sonhos, eu vos saúdo e peço permissão para sentar ao vosso lado.

Discurso do acadêmico
Hélio Pólvora, ao receber
Antônio Lopes na Cadeira
nº 4 da Academia de Letras
de Ilhéus, em 28 de maio
de 2001.

Senhor acadêmico Antônio Lopes:

Vossa Excelência foi tocado desde cedo pelo cheiro de tinta e pelo matraquear das impressoras. É homem de jornal, movimenta-se à vontade no pequeno universo caótico de um jornal – universo que reflete o mundo, como se um espelho fora. Isso me faz lembrar um grande e venerado escritor, Machado de Assis.

Com pouco mais de vinte anos de idade, e tendo passado de aprendiz de tipógrafo a redator, em certo periódico do Rio de Janeiro, o sisudo jovem Machado de Assis, então chamado Machadinho, entrou a assinar crônica semanal. É que o titular daquele palmo de prosa demitira-se, e o redator-chefe, agoniado, há de ter passeado os olhos pela redação. Os olhos detiveram-se em Machado. “Aquele ali leva jeito”, pensou, com certeza, o astuto editor.

Há escolhas iluminadas, palpites mais certos que olhar lânguido de mulher bonita. Machado, pena suspensa, todo ele atento, demonstrou frieza, porque desde cedo, mulato e pobre, aprendera a disfarçar as emoções. Por dentro, fervia. Era a oportunidade. Tinha de agarrá-la e nela firmar-se. A sorte é um cavalo em pelo que passa correndo diante de nós. Ou saltamos no seu lombo e desembestamos, ou ficamos à margem do rio do Olvido. Machado, aos 22 anos, se não me trai a memória, cavalgou logo.

Mas antes da temida estréia, e ao contrário do que faziam

seus companheiros de ofício, não convocou as musas. Preferiu uma conversa franca, a sós, com a sua pena.

Provavelmente não era uma pena de pato, daquelas que faziam letra grossa e borrada. Afinal, já havia à época alguma tecnologia: penas metálicas de fino bico flexível eram ajustadas a hastes de canetas e, molhadas no tinteiro, garatujavam pensamentos sobre a folha em branco. Escrever desse jeito exigia estilo. Por estilo, aliás, entendia-se o próprio instrumento de trabalho – a pena.

Travou, assim, o moço Machado de Assis um diálogo sério com a sua pena. Há umas penas que parecem molhadas de orvalho e de luar, como a do romancista José Cândido de Carvalho, autor de *O Coronel e o Lobisomem*. Outras há que mergulham no tinteiro denso da melancolia, como a dos pessimistas e descrentes. Existem ainda as penas iracundas e as penas líricas que soam, estas, como arquejos de harpa. E há, por fim, as leves e levianas, e as desajeitadas e desleixadas, que destas não queremos saber. Às penas dos ingênuos e delirantes também não me refiro. Pena que se preze tem de ir além da caligrafia.

Machado, já montado no cavalo da sorte, porque convém montar antes para só depois cuidar das rédeas, esporas e estribos, interrogou a sua pena, apostrofou-a, aconselhou-a e pediu-lhe conselhos. Foi uma consulta longa. Disse-lhe Machado, a certa altura – e, como ficcionista que sou, respondo pela transcrição:

– O pugilato das idéias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te na luta e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Cronista ou articulista consciente aproveita sempre a viagem entre a folha em branco e a idéia; se não alcança a idéia, que geralmente está no fundo, agita as águas da superfície. Afinal, é preciso encher as folhas, que no tempo de Machado chamavam-se

tiras. O diálogo com sua pena rendeu-lhe uma crônica, a primeira, e, mais de um século depois, dá-me agora este comentário com que saúdo a entrada de Vossa Excelência, Senhor Antônio Lopes, na Academia de Letras de Ilhéus.

Machado cresceu muito como escritor, a partir daquele diálogo com a sua pena, que o ouviu compenetrada, como a linha à agulha, ou vice-versa, já que sem a parceria da outra nenhuma delas costura o vestido de gala da baronesa. O mais interessante é que, naquela conversa com a sua pena, Machado expõe, além do temperamento e caráter, toda uma filosofia de vida: evitar o confronto muitas vezes inglório, recatar-se, cuidar mais do seu jardim do que da horta alheia. Em vez de pugilatos, o pulo de gato que se esquiva e segue maneiro; em vez da presença ostensiva no palco, o cômodo lugar na primeira fila, de onde se acompanha melhor o espetáculo dos outros e a parvoíce da vida.

Como se comportaria hoje o cronista Machado de Assis, já que a época prima pelos pugilatos e somos forçados a sair dos bastidores para recitar as falas da tragicomédia humana? A máquina de escrever foi abolida, as penas de pato, de ganso e de outras origens são adornos de museus. Em pleno reinado do computador, como escreveria Machado? Teria as mesmas sutilezas de estilo?

Acredito que sim. Creio que o velho Machado teria com o micro forte relação conjugal, tão terna quanto a que lhe inspirou Carolina – e à máquina abraçado, lhe daria “o coração de companheiro”.

Mas Vossa Excelência, Senhor Antônio Lopes da Silva, há de estar inquieto, a indagar-se: gosto de Machado de Assis, sim, mas o que tenho a ver com o seu estilo e as suas penas? Tem – e muito. Cuido, como diria o mestre Machado, que Vossa Excelência, chamado a escrever, e conseqüentemente chamado a opinar, porque escritor que se preza faz questão

cerrada do ponto de vista crítico, travou com a pena um diálogo franco, sem meios-tons, mais ou menos assim:

– Sê ágil e brejeira quando eu desejar rememorar acontecimentos gostosos; sê dura e seca quanto tratar dos apagões da vida nacional – o apagão moral, sobretudo; afinal, sê ferina e furadeira como aquela ponta-de-lança de Oswald de Andrade, quando eu quiser fustigar a Pessoa Nefasta.

Em tempo: Pessoa Nefasta é o maior personagem de Antônio Lopes, a quem ele cobre de ironias e sarcasmos. Aliás, sempre temos uma Pessoa Nefasta, pelo menos uma, a nos pisar os calcanhares, a querer puxar-nos o tapete, a tudo fazer para nos atropelar.

A pena, por metáfora, o teclado do microcomputador submisso aos dedos de Vossa Excelência, ouviu a ordem de esgrimir e acutilar, e saiu em campo, mesmo sem rocim fraco e sem galgo corredor, mas com a ardente cavalaria dos que insistem em participar porque se indignam contra o malfeito e algo sempre têm a dizer.

Eis que das primeiras andanças e cavalarias, com passagem por uma redação, em São Paulo, onde imperava a figura respeitável de Samuel Wainer, a quem também conheci e com quem trabalhei, veio Vossa Excelência atracar em Buerarema, que já teve o nome mais feliz porque mais sonoro de Macuco. Ora, entre Macuco e Itabuna há menos distância do que entre Seca e Meca. De modo que, quando decidi desandar, como fazem os caranguejos, e retornei na década de 80 às neves do Kilimanjaro itabunenses, encontrei Vossa Excelência em plena faina e furor jornalísticos, já então considerado um dos melhores textos da Região. Assim dizia, por exemplo, Telmo Padilha, que pertenceu a esta Academia.

É certo que a pena, de tanto riscar, ferir, contundir ou alfinetar, afinou de tal maneira a ponta que acabaria por dar a Vossa Excelência um livro, o primeiro, no qual ela, sem

disfarces, é a primeira a rir. E rir de si próprio, convenhamos, é sinal certo de salvação.

Chama-se esse livro *Buerarema Falando para o Mundo*, editado por nosso comum e querido amigo Jorge de Souza Araujo, pela Editora Vozes Grapiúnas. Nele, o riso de Vossa Excelência, Senhor Antônio Lopes, é desses que mal afloram as comissuras dos lábios. Riso contraído, zipado, umas vezes com um traço bem moleque, quase sempre com um toque sarcástico, tenso, mais para ironia do que para bênção. Se o seu riso falasse, ouviríamos decerto um trincar de dentes. Sendo Vossa Excelência um pernambucano cabra da peste, isto é, nascido no sertão adusto e calcinado, no município de Triunfo, em Pajeú das Flores, comunidade de pequenos lavradores, terra de muito bode e cangaceiro, de muito xiquexique, mandacaru e rabo-de-raposa, fiquei a pensar se acaso não se teria inspirado na divisa daquela emissora de rádio pernambucana que anunciava pela voz solene e cavernosa de um locutor dos anos 50 ou 60: “Pernambuco falando para o mundo”.

Sempre que entrava esse prefixo, eu me punha a pensar que o mundo esquecia o capital predador, as dores-de-cotovelo, as drogas e a Aids, Mr. Tio Sam e seus escudeiros, a revolução das mulheres e as guerras, para pôr-se à escuta daquela voz pernambucana que mais alto se alevantava. Pernambuco falava, falava, falava – e o mundo, com um suspiro, talvez se sentisse melhor. Ignoro se o mesmo ocorreu em *Buerarema* após o livro de Vossa Excelência. De uma coisa, porém, estou certo: Vossa Excelência, com as suas crônicas semanais sobre *Buerarema* no semanário *Agora*, crônicas malandras e matreiras, ora lírico-sentimentais ora espinhentas como o mandacaru do seu brabo sertão pernambucano, está pondo *Buerarema*, com seus tipos populares, no mapa literário baiano e brasileiro.

É possível que a pena de Vossa Excelência, por ter livre trânsito na classe dos radialistas grapiúnas, pegasse em cheio o

sopro das musas radiofônicas. Neste seu primeiro livro de pequenas crônicas, ferozes e apimentadas vinhetas, ela dá a palavra a Buerarema, mas Buerarema basta-se, não quer sair do seu casulo, nega-se a falar até ao telefone, prefere rir. Sábia atitude: para rir bem dos outros, convém aprender antes a rir de nós mesmos. De quem é o pensamento? De Léautaud, acho eu.

Há muitas maneiras de rir. Os franceses têm a expressão *rire aux anjes*, que significa rir distraidamente, sem motivo. Nós, modestos brasileiros de Buerarema ou de Ilhéus, temos todos os motivos para rir. Rindo, porque não adianta mesmo manifestar a nossa ira, parecemos mais felizes, perdemos um pouco daquele medo de morrer sem ter apelado para a vingança do riso escarninho. Esta lição é de outro francês, La Bruyère.

Observador atento da realidade, testemunha auditiva e visual de tantas tolices ditas, escritas e praticadas nestes Brasis em que as Brasília dos oligarcas e as Bueraremas dos sofredores anônimos foram enfiadas no mesmo saco, Antônio Lopes ri e faz rir. Ótimo. Quereis exercício mais salutar?

O povão precisa rir. Nisso, ele se parece com os reis, que antigamente contratavam bufões ou, eles próprios, comportavam-se como bufões. E de bufoneria em bufoneria ia-se levando a vida no vai-da-valsas.

Neste seu livro, o Sr. Antônio Lopes, que durante anos empenhou-se em refletir o universo grapiúna em noticiários de TV, ri-se de todos os jeitos e modos. Há o riso nas fuças. O riso nas barbas. Muitas vezes o riso de motejo, mas também aquele que trai um travo amargo de dor pessoal e coletiva. Esse riso é pior que o riso amarelo; é o riso da desesperança, brota de depressões em geral cavas. Basta ouvir-se um noticioso de TV, ou ler-se um jornal, para rir assim, com um grunhido subterrâneo de vulcão, ou um rosar de fera enjaulada.

Sem humoristas, o mundo vai mal das pernas. Eles têm

o dom de dourar por breve instante a pílula azeda de cada dia. Louve-se portanto *Buerarema Falando Para o Mundo*, do comunicador Antônio Lopes, que teria aprendido a rir com o saudoso Stanislaw Ponte Preta - a primeira voz a denunciar o festival de besteiras que assola o pís. E o patrono de sua cadeira é Lulu Parola – ninguém mais do que Aloísio de Carvalho, cronista do *Jornal de Notícias* e da Rádio Sociedade da Bahia, com as seções *Cantando e Rindo*, *Meu Caderno* e *Conversas Fiadas*, e também de *A Tarde*, onde ingressou em 1925. Foi um verzejador espontâneo, um repentista que às vezes exibia língua afiada.

É de Lulu Parola esta quadrinha, a propósito de troca de insultos entre parlamentares:

*A coisa vai num progresso
que é da gente se espantar...
BESTA já é no Congresso
palavra parlamentar.*

Em 1903, o Congresso Nacional marcou a abertura dos trabalhos para um dia de domingo – o que acendeu a verve de Lulu Parola, nestes versinhos:

*Principia o Congresso a trabalhar
em dia de descanso.
Que resolva, em desforra, descansar
nos dias de trabalho.
Vamos ver.*

Sobre a crise, produziu estas quadras divertidas:

*Eu sei que a crise está preta,
mas eu a faço menor;*

*tenho vazia a gaveta
mas, se eu chorar é pior!*

*Nada me bota no fundo,
que vivo de qualquer modo!
Pode vir abaixo o mundo
que por mim não me incomodo!*

A um péssimo poeta, que vivia a aborrecer os amigos com a leitura de seus versos, Lulu Parola dedicou esta primor de irreverência:

*Deu-se a uma Ema um toro de madeira
e a Ema engoliu...
Deram pedras depois... De igual maneira, a Ema as
ingeriu...
Alguém, após, uns ferros lhe atirou,
e a Ema os devorou;*

*Jogaram-lhe, em seguida, o teu poema
e a Ema,
sabem vocês que foi que sucedeu?
Engoliu, e...morreu!*

De Aloysio Lopes Pereira de Carvalho (27/3/1866 – 2/2/1942), Hildegardes Vianna, minha companheira na Academia de Letras da Bahia, traçou excelente perfil: "... foi inegavelmente o mais espontâneo de quantos poetas-humoristas haja a Bahia produzido na imprensa diária. Conhecedor profundo da natureza humana, riu das coisas aparentemente graves, criticando o que passou ao seu alcance sempre sadio, numa linguagem brejeira que nunca descambou para a injúria ou a ofensa.

Dono de uma veia satírica extraordinária e de uma observação apurada, bem nascido, bem educado, convivendo com gente de escol, Aloísio poderia ter sido um esnobe, mas preferiu, embora sem se afastar dos princípios que norteavam o ambiente, dar vazão ao homem simples que trazia dentro de si, o homem capaz de amar a vida com seus encantos e desencantos”.

Do Desembargador Wilde de Oliveira Lima dispenso-me de falar, mesmo porque o novo Acadêmico dele já traçou perfil definitivo. É que ele atuou durante a época – 32 anos – em que residi no Rio de Janeiro. Não o conheci pessoalmente, mas convivi um tanto com o seu saudoso irmão Waly, também cronista, e de méritos, assíduo colaborador de *A Tarde*. Embora não fosse natural de Água Preta, Waly de Oliveira Lima tinha vínculos especiais com aquela cidade que deu escritores do porte de Jorge Medauar, desta Academia, e Florivaldo Mattos. Sem mencionar o educador Soane Nazaré de Andrade, de quem nunca será demais lembrar a criação da hoje portentosa Universidade Estadual de Santa Cruz.

Além de inspirar-se no impagável Lulu Parola, do qual todos nós somos herdeiros e legatários, o novo acadêmico Antônio Lopes vem sentar-se, agora, na cadeira que o tem por patrono, a Cadeira n.º 4. É muita coincidência feliz. Vamos rir enquanto é tempo, porque, segundo um ditado francês, quem ri na sexta-feira poderá, quem sabe?, chorar no domingo. E domingo, positivamente, é dia de sol, cerveja, sal e salsa.

Senhor Acadêmico Antônio Lopes:

Vossa Excelência ingressa muito jovem na imortalidade. Vejo-lhe apenas alguns fios brancos no cabelo, vejo-lhe o rosto liso e os gestos desenvoltos. Sinto-lhe, sobretudo, a língua bem esmerilhada e amolada, nos seus textos semanais do jornal *Agora*. A sua juventude é a garantia, para seus amigos e admiradores, de que Vossa Excelência não ficará naquele primeiro livro. Buerarema continuará falando para nós, grapiúnas, e para

o mundo, se este tiver ouvidos. Sei que está no prelo da Editus, tão bem dirigida pela nossa querida Baísa Nora, nova obra da lavra de Vossa Excelência, intitulada *Solo de Trombone*. Calma, senhoras e senhores, que não se trata do solo de trombone de um notório cacique baiano, mas dos ditos e feitos de Alberto Hoisel, um satírico ilheense da melhor estampa, recentemente desaparecido do nosso convívio. O Sr. Antônio Lopes empreendeu levantamento completo e criterioso da vida e da *verve* de Alberto Weyll Hoisel, que, na arte do epigrama ferino, equipara-se a Sylvio Valente, o *Pepino Longo*, e outros satíricos baianos, catalogados e *antologados*, se me permitem o neologismo, por Wilson Lins. Entre esses humoristas que perdiam um amigo para não perder uma piada, quero incluir o itabunense Gil Nunesmaia, também autor de haicais comparáveis aos de Oldegar Vieira e Abel Pereira.

O livro de Sr. Antônio Lopes sobre Alberto Hoisel recupera a sua vida, as suas façanhas literárias. É sedutor, um modelo de biografia, um modelo de pesquisa. Traz uma iconografia importante para Ilhéus e a Região. É um atestado de como se resgatar a memória de alguém, a memória de uma cidade, a memória, enfim, de uma geração. E tem a vantagem de compilar, em grande parte, a obra satírica de Hoisel, que cutucou muita gente boa em Ilhéus. Certamente não darei nome às vítimas. Mas vou citar alguns exemplos da sátira de Hoisel:

Esta, a propósito do *imbróglio* Jânio Quadros-UDN, em 1961:

*A UDN está vendo
o erro que foi cometido:
antes, um doido varrido,
agora um doido varrendo.*

E mais esta, quando Jânio Quadros quis estabelecer relações diplomáticas e comerciais com a China:

*Até o Jânio sustenta
esta infalível doutrina:
neste país se agüenta
quem faz negócios da China.*

Sobre a ponte Ilhéus-Pontal, que demorou a ser feita, Alberto Hoisel comentou:

*De moda sai o colete
em tempo que longe vai.
Sai Getúlio do Catete,
Só essa ponte não sai!*

*Saem Herval da Prefeitura
(seu prestígio não decai!),
Catalão, da “Agricultura”....
Só essa ponte não sai!*

*De Abel um livro de haicai...
E “Ilhéus, Terra do Cacau”...
Sai livro bom, livro mau,
Só essa ponte não sai!*

Se a Vossa Excelência, Senhor Antônio Lopes, faltassem outros atributos, seguramente esta biografia *Solo de Trombone*, sobre o grande repentista satírico Alberto Hoisel, justificaria o seu ingresso na imortalidade acadêmica, que “eleva, honra e consola”, como disse Machado de Assis. E eu acrescento: sobretudo, consola.

Agradeço a grande paciência com que me ouviram.

DEPOIMENTO

Confesso que sobrevivi

Ao que consta, desembarquei neste mundo, que já era velho e sem fronteiras, em 24 de maio de 1941, numa comunidade de pequenos lavradores, no município de Triunfo, região do Pageú de Flores, território habitado por bode, cangaço, xiquexique e mandacaru. Estava com pressa: quando a parteira chegou, me encontrou aboletado em cima da cama de varas, aos berros.

Logo cedo perdi meus pais, em boa hora fui adotado pelo primogênito da família, João Lopes, meu meio-irmão e futuro pai. A seus cuidados, de matulão às costas, aportei em Buerarema, o que me foi de muito proveito. A ele devo a vida, e não pensem que exagero.

Fui criado ao ar livre. Dei cangapé no rio Macuco, joguei sinuca no bar de seu Ramalho, bebi laranja-turva no Pingo de Ouro, estudei no Ginásio Henrique Alves e joguei (muito mal, dói-me confessar) babas no campo de seu Abelar.

Fui foca na *Última Hora* de Samuel Wainer (São Paulo), pelas mãos do jornalista ilheense Manuel Victal, que era secretário de Redação, e ali presenciei as exéquias do nariz-de-cera e a solidificação da pirâmide invertida como técnica de redigir notícias, em moda até hoje – e, tudo indica, para sempre.

Em 1964, o ritmo acelerado de vida (auxiliar de escritório durante o dia, jornal à noite e, nos intervalos, frustradas tentativas de derrubar o governo) me rendeu um pneumotórax

expontâneo, mas isso não foi o pior: tão logo deixei o hospital, topei com os militares na rua. Era o golpe, com seu festival de paus-de-arara e unhas arrancadas, coisa muitíssimo superior a uma pneumonia dupla ou tuberculose galopante.

Na *UH*, os milicos à porta, posição de sentido e baionetas caladas. No escritório da Rhodia, recusei-me a contribuir com a campanha “Ouro Pelo Bem do Brasil”, dizendo ao chefe que não era pelo dinheiro, mas pelos princípios. Fui demitido, com princípios e tudo.

De bilhete azul em punho, sem jornal e sem perspectiva, voltei a Buerarema, meu pouso. Descoberto por Telmo Padilha, fui trabalhar com ele, Milton Rosário e Arthur Brandão, que montavam a *Tribuna do Cacau* para Adélcio Benício dos Santos e Antônio Vianna Dias da Silva.

Além do factual, cometi uns textos com pretensão a engraçados, que dividiram a opinião dos donos do jornal: Antônio Vianna, bem humorado, dava risadas de sacudir a pança avantajada; Adélcio, de natural enfezado, sempre disposto a morder a própria sombra, achava aquilo tudo um monte de asneiras, coisas que “comprometiam” um jornal sério como o dele...

Além dos citados Telmo, Milton e Arthur, convivi com os grandes da época, a exemplo de Manuel Victal, Robert Assef, Otávio Moura, Nelito Carvalho e outro que tem lugar de honra em qualquer lista de comunicadores da região, pelo seu conhecimento de todas as mídias da época: Mirthes Petitinga. Sou, conforme se vê, um dromedário melancólico, espécime em extinção, a requerer, além dos cuidados do Estatuto do Idoso, proteção do Ibama.

Jornalista, dividi as autoridades em mocinhos e bandidos, sem que, com frequência, soubesse a diferença entre elas. Fiz rádio (Baiana de Ilhéus e Difusora de Itabuna), estive entre os fundadores do *SB – Informações e Negócios* (matéria com o

jurista Alberto Galvão), cobri a inauguração da Ponte Ilhéus-Pontal, editei, por mais de uma vez, *A Região* e o *Agora* (principais jornais de Itabuna), colaborei com o *Diário da Tarde*, fui assessor de imprensa do Ceplus, dirigi o jornalismo da *TV Santa Cruz*. E, principalmente, sobrevivi por longos 64 anos (o que considero uma façanha e tanto para quem nasceu no sertão brabo do Pageú).

No mais, tenho duas filhas e quatro netos e uma vontade quase incoercível de tocar sax tenor num conjunto de *jazz*. Se reencarnação houver e nela eu vier embarcado, ainda que clandestino, seria muito do meu especial gosto retornar a este vale de lágrimas com a vocação de Coleman Hawkins ou Charlie Parker.

Ilhéus (Bairro do Malhado), Carnaval de 2005
(A. L.)

Em cima da hora, sem tempo para esperar a boa-vontade de São Pedro, o Barão de Macuco tomou uma decisão rápida, arrojada e inovadora, bem ao seu estilo: puxou o facão corneta que carregava preso à lua da sela e, dos arredores de Buerarema até São José, foi rebatendo os pingos e os desviando de sua imaculada indumentária, para tanto utilizando a mão direita, que a esquerda estava ocupada em controlar as rédeas.

